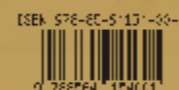


Este livro sistematiza uma das experiências mais inovadoras de ATER já colocadas em prática na região semiárida brasileira. As ações desenvolvidas pelo Projeto Dom Helder Camara privilegiam a formação do ser humano por meio da valorização dos saberes popular e científico na construção do conhecimento. Ademais, considera o território como espaço privilegiado para o diálogo entre atores sociais. As experiências aqui apresentadas infundem uma nova dimensão ao conceito de desenvolvimento sustentável na agricultura familiar e de uma reforma agrária para essa região.

**Pedro Carlos Gama da Silva**  
Pesquisador da Embrapa Semiárido

O Projeto Dom Helder Camara representa o mais bem-sucedido projeto realizado no semiárido brasileiro. Não é pouca coisa, considerando as inúmeras iniciativas já realizadas e o imenso desafio que isto representa para a viabilização da agricultura familiar e reforma agrária nesse ecossistema. Foi preciso adotar uma concepção de convivência com o semiárido, ter uma visão holística, atuar no território, apostar no talento humano, na igualdade de gênero e no protagonismo social, optar pela Agroecologia, focar em resultados concretos na vida das famílias, além de criar instrumentos metodológicos apropriados. Este livro apresenta um novo referencial capaz de influenciar uma profunda mudança nos serviços de ATER para esta região.

**José Humberto de Oliveira**  
Secretário de Desenvolvimento Territorial  
– SDT / MDA



A Estratégia de Assessoria Técnica do Projeto Dom Helder Camara

Pablo Renato Sidersky, Felipe Tenório Jalfim e Espedito Rufino de Araújo



## A Estratégia de Assessoria Técnica do Projeto Dom Helder Camara

Pablo Renato Sidersky, Felipe Tenório Jalfim e Espedito Rufino de Araújo

2ª Edição



A superação da noção de transferência de tecnologias e a mudança na qualidade das relações entre o Estado e a sociedade civil figuram entre os maiores desafios a serem transpostos para que a inovação local protagonizada por agricultores e agricultoras impulse dinâmicas de desenvolvimento capazes de tirar partido dos potenciais ecológicos, econômicos e socioculturais existentes nos territórios rurais. A experiência do Projeto Dom Helder Camara tem muito a ensinar sobre essas questões que, em essência, sintetizam o desafio da incorporação da perspectiva agroecológica nos sistemas de ATER.

**Paulo Petersen**  
Diretor Executivo da AS-PTA  
Vice-Presidente da Associação Brasileira de Agroecologia

A questão fundamental desta publicação é revelar uma nova estratégia e um novo jeito de fazer assessoria técnica, nos assentamentos de reforma agrária e nas comunidades rurais, do semiárido brasileiro. A sua essência é enfatizar o papel da assessoria na geração de processos participativos capazes de desenvolver agroecossistemas mais sustentáveis, e fortalecer a construção da autonomia social dos (as) agricultores (as) e suas organizações.

**César José de Oliveira**  
Diretor de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento – INCRA







# A Estratégia de Assessoria Técnica do Projeto Dom Helder Camara

Pablo Renato Sidersky, Felipe Tenório Jalfim e Espedito Rufino de Araújo

2ª Edição



**Fotos**

Pablo Sidersky, Felipe Jalfim e Antônio Melcop (capa)

**Projeto gráfico e diagramação**

Tríade design

**Impressão**

Gráfica Unipauta

**Tiragem**

5.000 exemplares

**2ª Edição**

**Projeto Dom Helder Camara**

Recife - PE, Novembro 2010

Catálogo na Fonte

Elaborada por Ana Catarina Macêdo - CRB 1781

---

S568e Sidersky, Pablo Renato

A estratégia de assessoria técnica do Projeto Dom Helder Camara / Pablo Renato Sidersky, Felipe Tenório Jalfim e Espedito Rufino de Araújo. – 2ª Ed. – Recife, PE: Projeto Dom Helder Camara, 2010.

166 p.:il.

**Bibliografia.**

ISBN: 978-85-64154-00-1.

1. Agricultura Familiar – Sertão Central (CE) 2. Agricultura Familiar – Sertão do Apodi, RN 3. Comunidade Rural – Sertão do Apodi, (RN) – Condições Econômicas 4. Ecologia Agrícola – Brasil, Nordeste 5. Desenvolvimento Sustentável – Brasil, Nordeste 6. Políticas Públicas 7. Semiárido – Brasil, Nordeste 8. Projeto Dom Helder Camara 9. ATER 10. Assessoria Técnica I. Jalfim, Felipe Tenório II. Araújo, Espedito Rufino de III. Título.

CDD 631

---

Índice para catálogo sistemático:

1. Agricultura Familiar 338.1 (19ª Ed.)
2. Técnicas, Equipamentos e Materiais Agrícolas 631 (19ª Ed.)
3. Ecologia Agrícola / Agroecologia 630.2745 (19ª Ed.)

À memória do

Pr. Arnulfo Barbosa,

Que nos proporcionou elementos de esperança, pelo testemunho da partilha e da prática do diálogo, em prol dos menos favorecidos da região semiárida brasileira.



# Sumário

Nota à segunda edição	7
Apresentação	9
1. Introdução	17
2. O desenho do Sistema de Assessoria Técnica do Projeto Dom Helder	21
2.1 – O ‘conteúdo’: os temas que devem ser tratados pela Assessoria Técnica	22
2.2 – A opção da sustentabilidade com base no enfoque agroecológico	23
2.3 – As opções metodológicas	26
2.4 – O desenho institucional	30
2.5 – O funcionamento global do sistema de ATP	32
2.6 – Os arranjos operacionais	33
3. A implementação da estratégia de assessoria técnica no Sertão Central (CE) e no Sertão do Apodi (RN)	37
3.1 – O contexto: características comuns dos territórios estudados	37
3.2 – O caso do Sertão Central do Ceará	40
3.2.1 Rápida apresentação do Território do Sertão Central	40
3.2.2 A ação do PDHC no Território	49
3.2.3 O trabalho nos assentamentos e comunidades	53
3.3 – O caso do Sertão do Apodi	72
3.3.1 Rápida apresentação do Território do Sertão de Apodi	72
3.3.2 A ação do PDHC no Território	83
3.3.3 O trabalho nos assentamentos e comunidades	91
3.4 – A assessoria nos temas de gênero e geração	115

3.4.1 O trabalho das equipes referenciais de gênero	115
3.4.2 A equipe referencial de geração	121
3.5 – O trabalho dos mobilizadores sociais	123
3.6 – Aspectos institucionais	128
3.7 – A visão das entidades ‘parceiras’ sobre a estratégia de ATP	131
4. Discussão: acúmulos, lições, desafios.	137
4.1 – Um sistema de assessoria técnica com foco amplo	137
4.2 – A assessoria prestada é orientada pela demanda?	139
4.3 – A assessoria técnica e a geração de agroecossistemas mais sustentáveis	139
4.4 – Aprendizado, experimentação e UD’s	144
4.5 – O papel dos projetos FISP	145
4.6 – Sobre o formato da assessoria técnica: o desenho do ‘sistema’ com diversos ‘níveis’ e instâncias	147
4.7 – Sobre o formato da assessoria técnica: o foco na ‘comunidade’ versus outras formas de atuação	149
4.8 – O potencial dos ‘mobilizadores sociais’	152
4.9 – Sobre as entidades de assessoria técnica	152
4.10 – Sobre as políticas públicas de ATER e os custos da assessoria do PDHC	158
Siglas	161
Referências citadas	164



## Nota à segunda edição

A primeira edição deste livro foi publicada em março de 2009. A receptividade nos mostrou que o livro vem cumprindo um papel interessante no apoio à reflexão de acadêmicos, estudantes, gestores públicos, técnicos de órgãos governamentais e não governamentais e lideranças dos movimentos social e sindical envolvidos com o tema da assessoria técnica junto à agricultura familiar.

Na avaliação de diferentes leitores, o livro traz uma contribuição significativa ao debate em tela por, pelo menos, dois motivos: primeiro, ele apresenta uma sistematização da experiência do Projeto Dom Helder Camara, tão frequentemente citada, num contexto em que se consolida no Brasil o reconhecimento da importância da assessoria técnica para a agricultura familiar com a lei de ATER, recentemente promulgada. Segundo, a sistematização dessa experiência, através do livro, coloca em movimento aspectos conceituais e metodológicos no campo do desenvolvimento rural sustentável, com ênfase na assessoria técnica. Nesta dimensão, o livro apresenta o arcabouço conceitual e metodológico que alicerça a proposta do Projeto e busca, de forma crítica e exemplificada, analisar a aplicação deste embasamento sob a ótica de sua concretude, através dos processos estabelecidos na prática do Projeto junto às famílias, bem como seus resultados e lições.

Por outro lado, a primeira edição deste livro se esgotou poucos meses após o seu lançamento. Desde então, foram muitas as solicitações não atendidas e consequentes sugestões por uma nova edição.

Os fatos narrados acima convidaram-nos à publicação desta segunda edição. Apesar da atualidade do conjunto do livro, a interação com alguns leitores e com a supervisão do FIDA mostrou que esta segunda edição seria também uma oportunidade para uma revisão e ampliação do mesmo. Assim, a revisão tem o sentido de atualizar alguns temas específicos, que evoluíram após quase dois anos da realização do estudo de caso, que resultou no livro. A ampliação, por sua vez, busca aprofundar a análise dos temas mais relevantes do livro, a exemplo do seu último capítulo que trata dos acúmulos, lições e desafios.

Os autores



## Apresentação

O Projeto Dom Helder Camara é uma experiência piloto do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura, das Nações Unidas, realizada no semiárido do Nordeste brasileiro. Seu propósito maior é gerar e difundir referências que orientem ações de políticas públicas de combate à pobreza e de promoção do desenvolvimento rural sustentável.

O estudo de caso, que ora apresentamos, faz parte do esforço do Projeto Dom Helder Camara em sistematizar as diferentes dimensões das experiências desenvolvidas com famílias beneficiárias e parceiros, nos territórios de atuação do Projeto, ao longo dos últimos oito anos.

### O contexto

Gostaríamos de assinalar algumas questões que julgamos pertinentes, no contexto da região para a atuação do Projeto.

O semiárido brasileiro<sup>1</sup> tem uma população de aproximadamente 21 milhões de habitantes e ocupa um território com cerca de 970 mil quilômetros quadrados. A vegetação dominante é a das caatingas, tem regime de chuvas concentrado em período único e curto (três a cinco meses), com distribuição irregular no tempo e no espaço, e altos índices de evapotranspiração. Na maior parte da sua superfície, os relevos são declivosos e os solos rasos e frágeis.

O Nordeste concentra, aproximadamente, 50% dos estabelecimentos de agricultura familiar do Brasil, 88,3% dos estabelecimentos rurais nordestinos. Estes absorvem 82,9% da mão-de-obra ocupada no campo e são responsáveis por 43% do valor bruto da produção agropecuária da região. Trata-se, portanto, de um setor importante da economia regional.

---

1 Para aprofundar o conhecimento sobre o Nordeste semiárido, ver a excelente publicação da EMBRAPA. ALBUQUERQUE, Ana Cristina Sagebin e SILVA, Aliomar Gabriel da. (Eds). Agricultura tropical: quatro décadas de inovações tecnológicas, institucionais e políticas. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.

A agricultura familiar, embora importante produtora de alimentos básicos que chegam diretamente à mesa dos consumidores e às agroindústrias das cadeias alimentares da região, acessava apenas 14,3% do financiamento; 18,7% da energia elétrica; e 2,7% da assistência técnica destinados a esta categoria de agricultores no Brasil<sup>2</sup>. No entanto, este quadro, ainda distante do necessário, vem melhorando de forma significativa nos últimos anos.

Diferentes diagnósticos constataam que, ao longo da história, as políticas públicas para a região, descontínuas e fragmentadas, até então foram marcadas pelo clientelismo, assistencialismo e paternalismo, quase sempre vinculadas a pacotes tecnológicos inadequados e degradadores das condições ambientais existentes, pouco ou nada contribuíram para o protagonismo, a autonomia e o fortalecimento dos(as) agricultores(as), em regime de economia familiar, e suas organizações sociais representativas. Este cenário aprofundou o descrédito nas políticas públicas e redundou numa profunda baixa estima e desorganização social.

Vale salientar que esta região se caracteriza também por ter elevados níveis de pobreza (particularmente no meio rural), altos índices de analfabetismo, indicadores socioeconômicos relativamente baixos, deficiente e concentrada infraestrutura hídrica, produtiva e social. Ainda marcada, fisicamente e em seu imaginário, pelo flagelo e ‘indústria das secas’.

Outros diagnósticos dão conta da resistência, dos protestos e da organização do seu povo trabalhador e criativo. Proposições de políticas alternativas foram formuladas ao longo de diversas manifestações: nos levantes por ocasião das secas; na criação da SUDENE (1960) e ocupação desse órgão estatal, em 1993, pelos trabalhadores, em sua defesa e por Ações Permanentes para o Desenvolvimento do Semiárido; movimentos propositivos, como o Muda Nordeste e a Articulação do Semiárido (ASA). Além das reiteradas manifestações, através da rica produção cultural, literária, musical, poética, etc.

Em 2003, quando a equipe atual assumiu o Projeto Dom Helder Camara, numa nova conjuntura política, um dos nossos maiores desafios era como gerar e difundir, neste contexto, referências de combate à pobreza e apoio ao desenvolvimento rural sustentável nos diferentes agroecossistemas do semiárido, com inclusão social, produtiva e promoção de cidadania, nas áreas de abrangência do Projeto<sup>3</sup>.

---

2 Censo Agropecuário 1995-96. Brasília: IBGE, 2000. Elaboração: Projeto de Cooperação INCRA/FAO

3 Seis Estados, oito territórios, mais de 60 municípios e um público, envolvido diretamente, de aproximadamente 15.000 famílias.





Sendo o Projeto concebido como uma ação a ser desenvolvida de forma compartilhada entre Estado e sociedade, a equipe conduziu um processo de discussão com as famílias e os diferentes parceiros. O intuito foi revisar conceitos, estratégias, objetivos, planejamento, monitoria e avaliação, modelo de assessoria técnica, metodologias e instrumentos, sistema de gestão e controle social, para orientar seus componentes e dar concretude às ações do Projeto junto às famílias.

## Conceitos

O PDHC é, na sua essência, um programa de assessoria técnica. Como tal, ele trabalha embasado em conceitos<sup>4</sup>. A seguir vamos definir brevemente os principais conceitos com os quais trabalha o Projeto.

### Desenvolvimento sustentável

Ao conceito de desenvolvimento humano das Nações Unidas, que orientava a concepção original do Projeto, com as dimensões econômica, social, institucional e ambiental, acrescentamos<sup>5</sup> as dimensões política e cultural, as relações sociais de gênero, geração e etnia e, na questão ambiental, definimos como essencial o conceito de convivência com o semiárido. A ideia-força que guardamos foi a de que investir no ser humano é essencial para transformar o semiárido, uma opção estratégica.

### Pobreza

Constatamos que a pobreza é marcada por um conjunto múltiplo e variado de carências. E que as políticas de combate à pobreza deveriam superar as ações intermitentes, atomizadas e setorializadas. Só uma abordagem sistêmica, multidimensional poderia superar suas deficiências crônicas.

---

4 “Toda ação de extensão rural tem por trás, mesmo que seja de forma implícita, uma teoria do desenvolvimento” - TRUJILLO, Fernando Sanchez de Puerta. “Agroecologia, desenvolvimento, comunicação e extensão rural: a construção de um paradigma ecossocial na América Latina”. Seminário Internacional Agroecologia: uma estratégia para a agricultura familiar. Recife: UFPE-Sabiá-CONTAG, 16-19.09.2003

5 Algumas dessas mudanças já eram reivindicadas por instituições representativas da sociedade civil ao Projeto.

## **A agricultura familiar, os assentamentos de reforma agrária e comunidades de agricultores/as tradicionais<sup>6</sup>**

Atores e atrizes principais do processo, e das ações a serem desenvolvidas, caracterizam-se, como já foi definido por diversos estudos, por serem multifuncionais e pluriativos. Essas qualidades fortalecem uma abordagem multidimensional bem como estratégias que aglutinem suas potencialidades, saberes e fazeres, em diversos projetos, capazes de combinar interesses e criar condições para financiamentos de múltiplas atividades, em projetos produtivos e sociais inovadores.

### **Diretrizes orientadoras e estratégias para a execução do Projeto**

A superação da pobreza e o desenvolvimento das famílias/comunidades rurais dar-se-ão, sobretudo, pela definição de um projeto de futuro, de vida, orientados e articulados com políticas públicas permanentes, superando a ideia de que existem políticas para os ricos; para os pobres, projetos.

#### **O protagonismo**

Implica a apropriação do projeto pelas famílias e suas organizações. Cabe ao Estado, promotor das políticas, ONGs e demais parceiros, a função de facilitadores. Uma mudança radical de postura e atitude impõe-se aos agricultores/as, que precisam assumir a responsabilidade dos projetos como sujeitos de seu próprio destino. Esta mudança de atitude precisa também ser assumida pelas entidades de apoio e pelo Estado, fortalecendo a autonomia dos sujeitos sociais e suas organizações.

#### **Autonomia**

Significa respeito e fortalecimento do(da) agricultor(a) e de suas organizações, afastando toda e qualquer tentativa de cooptação e/ou ingerência e manipulação da ação pública. Só assim é possível criar as condições necessárias para o empoderamento individual e coletivo e, portanto, o exercício da cidadania.

---

6 O público do Projeto Dom Helder Camara, na sua proposta inicial, era quase que exclusivamente formado por agricultores/as das áreas de assentamentos da Reforma Agrária. Isso foi revisto em 2003, quando o Projeto ampliou o seu público para incluir as comunidades rurais tradicionais (remanescentes de quilombos e indígenas) e os agricultores/as familiares.

## **Desenvolvimento e democracia**

Sem fortalecimento das organizações sociais, não é possível consolidar e qualificar a democracia representativa e participativa, preconizada na nossa constituição. Desenvolvimento, portanto, exige investimento, não só nas questões técnicas, mas também nas organizativas. Para tanto, é necessário fortalecer espaços democráticos - novas institucionalidades, como comitês territoriais e regionais - para concepção, implementação, gestão e controle social de políticas públicas.

## **Aprendizagem**

Orientar as ações do Projeto e seus instrumentos para a geração participativa de conhecimento, buscando aproximar assessoria técnica, pesquisa e ensino, para que as famílias se apropriem de novos processos, conhecimentos, tecnologias e inovem na elaboração, execução, monitoria e avaliação de seus projetos e das políticas públicas.

## **Integrar políticas, programas e projetos**

É necessário uma estratégia de integração das diversas políticas, programas e projetos, dos diferentes níveis de governo, com intuito de alavancar apoio e recursos disponíveis, formar parcerias, as mais amplas, e comprometer instituições públicas e privadas com as estratégias de saída da pobreza.

Quebrar a setorialização, a compartimentação, superposição e pulverização de recursos, inibindo dinâmicas locais de estruturação e organização. Elementos reflexos de um Estado oligárquico que não se integra.

## **Interação Estado/Sociedade**

Implica definições claras sobre papéis e responsabilidades das famílias e suas organizações, técnicos e parceiras na gestão e implementação do Projeto e de políticas públicas. A interação entre governos e sociedade tem papel fundamental para que os pobres possam encontrar a porta de saída da pobreza e uma inserção produtiva e social, com a superação da baixa estima e (re)encontro com a dignidade e a cidadania.

## **Articular ações locais, territoriais e nacionais**

Identificar, por meio de diagnósticos rápidos e participativos, as potencialidades e carências ou necessidades da comunidade. Planejar, de forma participativa, projetos/ações indicando onde, como e com quem se articular para realizar suas demandas, objetivos e obter resultados. Pretende-se, também, com isso, que as famílias compreendam os diferentes níveis de decisão política para uma intervenção mais organizada e qualificada na gestão de suas ações e de políticas públicas.

## **Fortalecer processos locais, participativos e solidários de construção social**

Implica a formação e desenvolvimento de capacidades e institucionalidades locais, formando redes de parceiros e prestadores de serviços essenciais ao desenvolvimento territorial sustentável.

Especificamente, em relação à assessoria técnica, nos orientamos, basicamente, por dois momentos importantes no debate nacional: o workshop nacional sobre uma nova assistência técnica e extensão rural centrada na agricultura familiar<sup>7</sup> e a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural<sup>8</sup>. A partir da configuração teórico-metodológica, proporcionada por esses dois momentos, e do acúmulo de conhecimentos que foi sendo gerado junto às famílias e parceiros envolvidos com essa temática, no âmbito do Projeto, vimos que algumas premissas seriam um marco na nossa proposta de assessoria técnica.

### **Objetivos**

#### **Objetivo geral**

Gerar e difundir referências para orientar políticas públicas de desenvolvimento sustentável no semiárido do Nordeste.

#### **Objetivos específicos**

- Elevar o nível de segurança hídrica e alimentar;
- Ampliar a capacidade tecnológica e de gestão;
- Ampliar a ocupação produtiva, emprego e renda;
- Apoiar a diversificação de atividades e culturas;
- Ampliar acesso a serviços financeiros e crédito;
- Apoiar espaços interinstitucionais, democráticos para implementação e controle de políticas públicas;
- Fortalecer práticas organizacionais autônomas e solidárias;

---

7 Workshop Nacional. Uma nova assistência técnica e extensão rural centrada na agricultura familiar. Proposta. ASBRAER-CONTAG – FASER – FAO – MA/SDR/DATER – PNUD/Projeto BRA 92/020. Brasília, 24-28 de novembro de 1997.

8 MDA/SAF/ATER. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília: MDA, 2004.



- Promover o acesso a novos mercados;
- Reduzir as desigualdades entre homens e mulheres;
- Estimular e potencializar a participação direta dos jovens;
- Promover e apoiar ações para inclusão étnica, visando a fortalecer a cidadania das populações negras e indígenas;
- Dinamizar a consolidação de conhecimentos e práticas sobre as alternativas de convivência com o semiárido.

### **Aspectos relevantes a assinalar:**

#### **A assessoria técnica deve ser permanente**

Superar a descontinuidade, a baixa frequência e a fragmentação das ações. Atuar nos diferentes níveis e dimensões do desenvolvimento, ter equipe técnica transdisciplinar, incorporar conceitos e metodologias participativas de geração de conhecimento, adotar enfoque agroecológico, holístico e integrador, com equidade e inclusão social.

#### **A assessoria técnica deve ser facilitadora e animadora**

Animar e facilitar processos de organização e qualificação das demandas das famílias agricultoras face a uma oferta crescente de políticas governamentais para o desenvolvimento rural. Utilizar tecnologias de produtos e processos, os mais simples, de fácil apropriação e de pouca dependência de fatores externos, geralmente caros e de difícil acesso.

#### **A assessoria técnica deve ter gestão compartilhada Estado-Sociedade**

Descentralizar a supervisão e o acompanhamento para facilitar a participação e o controle social exercido pelas famílias agricultoras. Executar as ações de campo, prioritariamente, por instituições da sociedade civil (ONGs, cooperativas de técnicos, movimentos sindicais e sociais), Universidades e Centros da EMBRAPA. Sendo seu núcleo formado por técnicos/as, especialistas e mobilizadores/as sociais, com contratos específicos, submetidos à aprovação das famílias e colegiados gestores do Projeto. Este desenho de ação piloto/experimental pública e execução não estatal, por si só, já justificaria um grande esforço de sistematização e debate nas áreas governamentais e não governamentais sobre seus resultados e ensinamentos.

O presente estudo de caso, realizado no Sertão do Apodi (RN) e Sertão Central (CE), é parte desta sistematização<sup>9</sup>. Procura verificar em que medida as famílias, parceiros e equipe técnica se apropriaram destes conceitos, estratégias e práticas; se estas têm levado aos objetivos desejados; se os resultados quantitativos e qualitativos são consistentes, e quais seriam as lições aprendidas e os desafios a superar.

Desejamos que a publicação deste livro sirva para fortalecer nossas opções por um desenvolvimento com sustentabilidade e por cadeias produtivas e alimentares que privilegiem a defesa da vida.

Recife, novembro de 2010.

Espedito Rufino de Araújo

Diretor do Projeto Dom Helder Camara

---

9 Alguns trabalhos acadêmicos anteriores tiveram como objeto de estudo ações realizadas pelo Projeto Dom Helder: Sistema agroecológico de produção e conservação de forragens na agricultura familiar - A experiência do Projeto Dom Helder Camara no Sertão do Pajeú, Pernambuco, de José Adelmo dos Santos (Universidade Federal de Lavras, MG, 2008); A experiência do Projeto Dom Helder Camara com unidades demonstrativas de piscicultura em tanques-redes, em assentamentos e pequenas comunidades rurais do semiárido nordestino, de Alexandre Carlos Araújo de Santana (Universidade Federal de Lavras, MG, 2007); Agroecologia e agricultura familiar em tempos de globalização: o caso dos sistemas tradicionais de criação de aves no semi-árido brasileiro, de Felipe Tenório Jalfim (Recife: Projeto Dom Helder Camara/Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2008. Dissertação de Mestrado defendida na Universidade de Córdoba, Espanha). FOX, C.; GAMARRA-ROJAS, G.; REGO NETO, J.; DOS SANTOS, J.A. Agricultura familiar e projetos de mecanismo de desenvolvimento limpo. É possível? (Recife, PE: Projeto Dom Helder Camara, 2007).

# 1. Introdução

O Projeto Dom Helder Camara (PDHC), fruto de um Acordo de Empréstimo Internacional, firmado entre o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) e o FIDA (Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola), é um programa de ações complementares de fortalecimento à Reforma Agrária e Agricultura Familiar na região do Semiárido. Ele é implementado pelo MDA, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial.

O objetivo geral estabelecido para o Projeto era o de *“aumentar a participação das famílias beneficiárias nos mercados locais e melhorar a gestão sustentável das suas atividades produtivas”*. Este foco, bastante restrito, é, em seguida, ampliado por objetivos específicos que mencionam, por exemplo, a necessidade de proporcionar as mesmas oportunidades para as mulheres, de implementar programas de formação, etc. (FIDA, 2007). Documentos recentes do próprio PDHC enfatizam, como objetivo primordial, o fortalecimento de processos locais, participativos e solidários, de construção social do desenvolvimento humano sustentável (PDHC, FETAPE et al., 2007).

Podemos dizer então que *“na sua essência, o Projeto Dom Helder Camara é um projeto de ações referenciais voltadas para o desenvolvimento sustentável do semiárido do Nordeste do Brasil, que orienta a suas ações embasado no conceito de convivência com o semiárido, articulando as dimensões sociopolíticas, ambientais, culturais, econômicas e tecnológicas e reconhecendo, nas diferenças estruturais e culturais e nos processos de concertação, as possibilidades para construção de alternativas”* (PDHC, 2006c).

O Acordo de Empréstimo foi assinado em 2000, tendo as atividades de campo começado no final de 2002. O encerramento do projeto está previsto para dezembro de 2010<sup>10</sup>. Um levantamento recente mostra que a sua atuação abrange atualmente 77 municípios em oito territórios<sup>11</sup>, localizados nos estados de Sergipe, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí<sup>12</sup>. O número de famílias atendidas pelo projeto em 2009 alcançou 15.050 (PDHC, 2009).

10 Esta data foi aprovada recentemente, em substituição da anterior (dezembro de 2008).

11 O PDHC define territórios como *“espaços socialmente utilizados em um contexto ambiental, no qual as relações sociais, econômicas, políticas e culturais estão mediadas por características que são reconhecidas pelas pessoas no seu interior”* (PDHC, 2006c).

12 Os oito territórios de atuação do PDHC são: São João do Piauí (PI), Sertão Central (CE), Sertão dos Inhamuns (CE), Sertão do Apodi (RN), Cariri Paraibano (PB), Sertão do Pajeú (PE), Sertão do Araripe (PE) e Sertão Sergipano (SE).

No lapso de tempo decorrido, desde o início de sua trajetória, a atuação do PDHC ganhou volume e visibilidade. O Projeto inovou em diversos âmbitos. As ações apoiadas contam com serviços de assessoria, que, pautados na perspectiva da Agroecologia, estão voltados para aspectos tais como a segurança hídrica e alimentar, produção, beneficiamento e comercialização, organização e apoio aos temas transversais de gênero, geração e etnia, além de educação e serviços financeiros (apoio ao cooperativismo de crédito, economia solidária, entre outros). Esta assessoria – que é um eixo central da ação desenvolvida pelo PDHC – é desenvolvida, sob contrato com o PDHC, por Organizações Não Governamentais e por Movimentos Sindical e Social, que formam equipes de Mobilizadores Sociais.

*Esta trajetória tem feito com que o PDHC se constitua atualmente “como um projeto de referência no Semi-Árido Nordeste, fundamentalmente por desenvolver uma proposta de Assessoria Técnica, diferenciada e multidisciplinar, concebida como uma ação contínua, sistêmica, pautada pelas demandas, interesses e necessidades das famílias beneficiárias e referendada também em posicionamento técnico que se baseia nos princípios da Agroecologia” (PDHC, 2008). Assim, trabalha-se com a hipótese de que esta forma inovadora de conceber e implementar o apoio às famílias rurais do Semiárido poderá se transformar em referência para a formulação de políticas públicas para esta região. É justamente esta possibilidade que coloca na ordem do dia a necessidade de sistematizar a experiência acumulada.*

Foi este contexto que motivou a realização do presente estudo. A ideia foi a de empreender “*um processo reflexivo com capacidade de investigar as experiências para além das aparências, com o intuito de compreendê-las melhor*”, tendo como ponto de partida as percepções dos diversos atores sociais envolvidos (PDHC, 2008).

Como já foi dito, o objeto deste trabalho é a **estratégia de assessoria técnica** que o PDHC foi montando desde que começou a sua implementação. O primeiro eixo trabalhado foi a sistematização da própria estratégia, tal como ela foi pensada pelo PDHC. Mas também é fundamental registrar como esta estratégia está funcionando na realidade. Assim, num segundo eixo de trabalho, indagamos sobre diversos aspectos práticos da sua implementação. Isto nos levou a investigar como funciona, de fato, o sistema de assessoria técnica (AT) nos Territórios. Quais os efeitos que a atuação do PDHC está tendo? Quais os problemas, dificuldades e desafios que devem ser enfrentados? Qual o custo da AT promovida pelo PDHC?

Para realizar o presente estudo, foi feito um trabalho de campo em dois dos Territórios onde trabalha o PDHC: o Sertão Central (CE) e o Sertão do Apodi (RN). Foram visitados cinco assentamentos e duas comunidades nestes dois Territórios, o que permitiu um contato direto com agricultores e agricultoras. Também tivemos oportunidade de





conversar com técnicos e dirigentes de diversas entidades parceiras, tanto de AT como entidades referenciais de gênero e uma entidade referencial que trabalha com jovens. Dedicamos um bom tempo às conversas com as pessoas do PDHC (das Unidades Locais de Supervisão) nos Territórios<sup>13</sup>. Isto nos permitiu recolher as percepções de diversos atores, diretamente envolvidos sobre o desenvolvimento do trabalho da assessoria técnica, sobre os resultados alcançados e sobre os elementos do contexto que incidiram sobre este trabalho. Levantamos informação sobre os acertos acumulados, mas também nos debruçamos sobre os problemas e desafios que precisam ser enfrentados.

As informações levantadas, nos dois eixos acima mencionados, deverão permitir tirar algumas conclusões sobre diversos aspectos da experiência. A partir delas, pretendemos identificar as principais lições a serem tiradas com base no caminho percorrido e definir assim elementos de aprendizado a serem utilizados para melhorar o desempenho e, quem sabe, para ampliar a abrangência da estratégia de assistência técnica, objeto deste estudo.

---

13 O trabalho de coleta de informação foi feito em dois momentos. O primeiro, que incluiu as viagens de campo, aconteceu nos meses de abril e maio de 2008. O segundo momento aconteceu em de fevereiro de 2010.



## 2. O desenho do Sistema de Assessoria Técnica do Projeto Dom Helder

Conforme vimos no capítulo anterior, o presente estudo vai trabalhar duas dimensões. A primeira tratará de sistematizar a **estratégia de assessoria técnica**, tal como o PDHC a define. Posteriormente, estudaremos o **desempenho desta ‘estratégia’ na prática**.

O presente capítulo buscará, portanto, descrever a própria **estratégia de assessoria técnica**.

Considerando que a extensão rural foi, durante muito tempo, uma tarefa desempenhada quase que exclusivamente por organizações governamentais, com um enfoque metodológico ‘difusionista’ e uma opção técnica baseada no que é chamado de ‘pacote da revolução verde’, **o PDHC busca romper com esta realidade. Sendo ele mesmo uma iniciativa governamental, o PDHC afirma a sua identidade com visões renovadas de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, como a do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS) ou ainda, aquela explicitada na PNATER (Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural) (MDA, 2004).** (Ver Box 1)

### **Box 1 – Princípios da Política Nacional de ATER (PNATER)**

A PNATER estipula que os serviços públicos de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural), realizados por entidades governamentais e não governamentais, deverão ser executados mediante o uso de metodologias participativas, com os seus agentes atuando como animadores e facilitadores de processos de desenvolvimento rural sustentável. Ao mesmo tempo, as ações de ATER terão de privilegiar o potencial endógeno das comunidades e territórios, resgatar e interagir com os conhecimentos dos agricultores familiares e demais povos que vivem e trabalham no campo em regime de economia familiar, e estimular o uso sustentável dos recursos locais. Ao contrário da prática extensionista convencional, estruturada para transferir pacotes tecnológicos, a nova ATER pública deve atuar partindo do conhecimento e análise da realidade, adotando um enfoque holístico e integrador de estratégias de desenvolvimento, além de uma abordagem sistêmica capaz de privilegiar a busca de equidade e inclusão social, bem como a adoção de bases tecnológicas que aproximem os processos produtivos das dinâmicas ecológicas. *Fonte: (MDA, 2004)*

Para poder colocar esta visão em prática, o Projeto Dom Helder Camara faz uma série de escolhas em termos de conteúdo, de opção técnica e de método que são certamente inovadoras. Neste capítulo, apresentamos sucintamente estas opções.

## 2.1 – O ‘conteúdo’: os temas que devem ser tratados pela Assessoria Técnica

Embora não tenha nascido com esta característica, na época de ouro da ‘revolução verde’ o serviço de extensão rural tinha uma concepção muito restrita do que ela devia fazer, preocupando-se quase que exclusivamente com a ‘modernização’ dos agroecossistemas, por meio da difusão de inovações técnicas<sup>14</sup>. O PDHC busca romper com esta ‘tradição’, definindo o serviço de assessoria técnica que ele quer proporcionar de forma muito mais ampla. O “*Termo de Referência para Contratação de Assessoria Técnica Permanente (ATP)*” estabelece que os objetivos da assessoria (que não é mais chamada de ‘assistência’) são bastante amplos, abrangendo temas tais como o acesso a serviços sociais básicos, o fortalecimento das organizações dos/as agricultores/as, a segurança alimentar, além de temas mais convencionais como “*ampliação da capacidade tecnológica*” e “*ampliar as oportunidades de inserção (...) nos mercados*” (PDHC, sd). A seguir, detalharemos um pouco melhor o que se espera que esta Assessoria Técnica faça.

### O ‘desenho’ de agroecossistemas mais sustentáveis

Por uma série de motivos, é generalizada a necessidade, tanto em assentamentos como em comunidades da região semiárida, de pensar novos agroecossistemas sustentáveis que permitam uma intensificação (aumentando a produtividade das áreas cultivadas) onde for possível, para aumentar a produção e diminuir a pressão sobre as zonas de maior fragilidade e, ao mesmo tempo, que promovam um melhor manejo dos recursos naturais, favorecendo a sua regeneração.

Assim, é possível dizer que o ponto de partida para a assessoria técnica do PDHC é a idéia de que o desenho ou geração de **agroecossistemas mais sustentáveis** (num sentido amplo) é uma tarefa central (PDHC, 2006d), sendo, ao mesmo tempo, um instrumento de luta contra a pobreza, e um meio de preservação dos recursos dos agroecossistemas

---

14 O primeiro serviço de extensão rural no Brasil foi fundado em Minas em 1948, difundindo-se rapidamente pelo país afora. Inicialmente, ele tinha uma preocupação mais educativa. Segundo Caporal, na década de sessenta, o serviço de extensão rural passou a enfatizar a necessidade de aumentar a renda e a produtividade do trabalho no meio rural. Isto deveria ser feito por meio da introdução de novos métodos e técnicas de trabalho. Um maior impacto econômico da atuação da extensão passou a ser a meta principal. Começava então o que tem sido chamado de ‘era produtivista’ da extensão rural (Caporal, F. R., 1998).



de gestão familiar. A Agroecologia (cf. a seção 2.2 a seguir) é uma ferramenta crucial para esta atividade.

### **O beneficiamento da produção**

Sendo o beneficiamento da produção agropecuária uma forma de agregar valor e renda para as famílias, o PDHC apoia, sempre que possível, iniciativas deste tipo.

### **O acesso aos mercados**

Com base na premissa de que produzir mais e preservar os recursos são elementos importantes, mas não suficientes, para que as famílias tenham uma qualidade de vida melhor, o PDHC estimula a assessoria técnica a tratar também do tema do acesso da agricultura familiar ao mercado em melhores condições. Nesse sentido, o acesso aos mercados locais, por meio das cadeias curtas de comercialização, é à base da atuação do PDHC.

### **O acesso às políticas públicas**

Partindo da constatação de que existem diversas políticas públicas que têm como público preferencial a agricultura familiar, mas que este público pouco tem se beneficiado delas, o PDHC estabelece, como objetivo estratégico, “*ampliar as oportunidades de acesso das comunidades ao crédito rural, a serviços sociais básicos, à infraestrutura produtiva e social e a outras políticas públicas definidas para o espaço rural*”. (PDHC, sd)

### **O fortalecimento das organizações**

Para o PDHC, atuar para melhorar o desempenho dos agroecossistemas de gestão familiar não é o suficiente. Incorporando análises sociais que estabelecem uma relação entre a pobreza e a falta de organização, afirma que é preciso atuar no campo da organização e mobilização social. Embora esta não seja uma inovação absoluta, já que no passado os órgãos de extensão rural também tentaram trabalhar esta dimensão, a forma que o PDHC estruturou esta ação – estabelecendo um diálogo intenso com os movimentos sociais e contratando mobilizadores sociais – é certamente uma novidade. Note-se que uma parte importante desta faceta do trabalho é realizada por atores sociais diferentes daqueles envolvidos na assessoria técnica propriamente dita.

## **2.2 – A opção da sustentabilidade com base no enfoque agroecológico**

Em lugar de buscar promover a ‘modernização’ dos agroecossistemas com base principalmente na trilogia clássica que inclui as variedades de alto rendimento, a adubação

química e o controle químico de pragas, o PDHC busca apoio na Agroecologia para sugerir inovações que sejam, ao mesmo tempo, mais produtivas em termos econômicos, mas também mais sustentáveis do ponto de vista social e ambiental.

No final dos anos 80, diversas entidades que atuavam no apoio à Agricultura Familiar no Nordeste conheceram a Agroecologia. Esta ‘descoberta’ teve um impacto bastante importante, passando a constituir um pilar do discurso e da ação destas entidades.

Mas, afinal, qual o conceito de Agroecologia que mais se aproxima da perspectiva do Projeto Dom Helder?

Para o PDHC, duas definições são assumidas como complementares: Altieri destaca, na definição da Agroecologia, a importância da aplicação dos princípios da Ecologia para uma melhor compreensão do que acontece na agricultura. Mas ele vai além disso, lembrando que a Agroecologia se interessa também pelos aspectos sociais, econômicos e culturais que caracterizam os agroecossistemas:

*“Agroecologia (é) uma disciplina que fornece os princípios ecológicos básicos para estudar, desenhar e manejar agroecossistemas que sejam produtivos e conservadores dos recursos naturais e que também sejam culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis. (...) Ela engloba um entendimento dos níveis ecológicos e sociais da coevolução, da estrutura e do funcionamento dos sistemas. A Agroecologia incita (...) a identificar o potencial sem limite de agregar biodiversidade, a fim de criar sinergismos úteis que dotem os agroecossistemas da capacidade de manter-se ou voltar a um estado inato de estabilidade natural” (Altieri, 2002 : p. 15 – 16).*

Sevilla Guzmán propõe uma definição de Agroecologia que também afirma as suas diversas dimensões e faz referência à estratégia de ação:

*“A Agroecologia pode ser definida como o manejo ecológico dos recursos naturais através de formas de ação social coletiva que apresentam alternativas à atual crise de modernidade, mediante propostas de desenvolvimento participativo (...) desde os âmbitos da produção e a circulação alternativa de seus produtos, pretendendo estabelecer formas de produção e consumo que contribuam para encarar a crise ecológica e social, e com isso a restaurar o curso alterado da coevolução social e ecológica (...). Sua estratégia tem uma natureza sistêmica, ao considerar a propriedade, a organização comunitária, e o resto dos marcos de relação das sociedades rurais articulados em torno à dimensão local, onde se encontram os sistemas de conhecimento (local, agricultor familiar e/ou indígena) portadores do potencial endógeno que permite incrementar a biodiversidade ecológica e sociocultural (...)”(Sevilla Guzmán, 2006 : p.202).*

## Box 2 – O tipo de agroecossistema buscado

---

Vimos anteriormente que a criação de agroecossistemas mais sustentáveis é uma questão central para o PDHC. Na região semiárida, a experiência e a matriz técnica agroecológica aconselham a busca de agroecossistemas com um certo tipo de perfil:

- que busquem o aumento do produto comercializável, mas garantam também espaço ao autoconsumo, à autonomia e à diversificação;
  - que procurem reduzir o risco (particularmente aquele advindo das secas);
  - que valorizem a produção existente, sem desprezar novas oportunidades;
  - que, do ponto de vista técnico, procurem a produção de maior quantidade de fitomassa, aproveitando a biodiversidade, a constituição de estoques.
- 

Mas aplicar o enfoque agroecológico ao trabalho cotidiano não é algo fácil: exige um esforço importante para torná-lo operacional na região. Isto foi sendo feito paulatinamente, com base em um processo repetido de “leitura” e de interpretação sistêmica da realidade, nas suas dimensões ecológica, agrônômica, socioeconômica e cultural. A experiência de diversas entidades neste esforço de adaptação da Agroecologia à realidade sertaneja foi sendo sistematizada. Diversos autores recolheram informações e reflexões, e assim foram construindo uma percepção elaborada e abrangente do funcionamento dos sistemas agrícolas – os agroecossistemas – da região e dos seus problemas, para depois sugerir uma linha de intervenção. Por exemplo, Tonneau (2004), falando da estratégia agroecológica para a região do Cariri paraibano, afirma que *“a hipótese principal é que é possível aumentar a produtividade dos sistemas apostando na biodiversidade e valorizando os recursos disponíveis localmente da melhor maneira possível”*. Esta hipótese principal é desdobrada em *“três hipóteses específicas:*

- *É possível produzir mais biomassa. A diversidade das plantas cultivadas permite valorizar meios (nichos) diferentes... Não existem mais os espaços inférteis a priori. A arborização mobiliza a água e os elementos minerais das camadas profundas do solo.*
- *Esta biomassa pode ser valorizada por meio de usos múltiplos e não apenas pela produção de alimentos ou fibras.*
- *Por último, os fluxos desta biomassa podem ser otimizados para, ao mesmo tempo, responder às múltiplas necessidades das populações e melhor gerir o capital ecológico, em especial os solos e a sua fertilidade, mas também o recurso água, apoiando-se em sinergias (agricultura - criação, produção - transformação) e num investimento, principalmente de trabalho”* (Tonneau, 2004).



Um elemento que merece ser destacado é a relação entre os princípios da Agroecologia e a idéia de ‘convivência’ com o meio semiárido. A constituição de **estoques** – de alimentos, sementes, forragem e água – é primordial nesta estratégia (Petersen, Silveira et al., 2002), tanto para poder enfrentar o ‘verão’ ou período seco normal, quanto para o caso das secas. Neste quesito, a ideia de ‘estoque estratégico’, destinado a aliviar a escassez nos momentos de grande seca é um elemento importante. Como exemplo, podemos citar as fontes d’água permanentes, ou ainda, as plantas cactáceas, que podem constituir uma ‘reserva estratégica’ de forragem, na medida em que não são consumidas durante um “verão” normal, mas podem ser acionadas nos momentos de seca.

A estratégia de conversão agroecológica busca ter um impacto nos agroecossistemas de gestão familiar e na qualidade de vida das famílias. Assim, espera-se que as propostas inovadoras agroecológicas produzam resultados em duas frentes. Por um lado, espera-se um incremento nas produções agrícola e pecuária, que busca fazer crescer o produto obtido nestas atividades, o que tem um impacto na renda, mas também reforça a segurança alimentar das famílias. Ao mesmo tempo, as inovações também buscam fazer com que os agroecossistemas de gestão familiar possam ter uma maior estabilidade (definida como melhores condições para enfrentar a época seca anual, o que inclui uma maior segurança hídrica para a família e o rebanho) e maior resistência (ou seja, maior capacidade de resistir às secas), o que implica a preservação da base de recursos sobre a qual estão apoiados estes sistemas produtivos.

### 2.3 – As opções metodológicas

Partindo de uma crítica do modelo clássico de ATER<sup>15</sup>, o PDHC postula a necessidade de uma assessoria técnica presente na vida das famílias agricultoras e defende e estimula o uso de uma série de inovações metodológicas.

#### O enfoque participativo

Em primeiro lugar, afirma-se que as atividades de assessoria técnica deverão ser planejadas, desenhadas, implementadas e avaliadas de forma **participativa**, junto com os principais interessados / beneficiários. Isto busca inverter a lógica com que funciona a ATER convencional: para o PDHC, ela deverá deixar de ser movida pela ‘oferta de inovações’, para passar a ser mais orientada pela demanda vinda da realidade das famílias agricultoras. Assim, conforme afirma um documento de trabalho de 2004, a atuação do PDHC “*deve ser marcada pela adoção de metodologias que favoreçam o aprendizado*”

---

15 Não cabe, no presente documento, desenvolver este ponto. Para maiores detalhes, ver Sidersky, P. (2001).

*gradativo e a construção participativa/coletiva dos conhecimentos. Assim, os processos de aprendizado devem viabilizar a reflexão a partir de uma vivência prática das famílias, no seu cotidiano, com as propostas em questão” (PDHC, 2004c).*

### **Um sistema de planejamento ‘ascendente’**

Este enfoque exige um processo de planejamento adequado. Quando se inicia um trabalho numa comunidade ou assentamento, o primeiro passo é a realização de um Diagnóstico Rápido e Participativo (ou DRP). Deste diagnóstico, deve-se construir um plano de trabalho para o primeiro ano (estes planos têm o nome de Plano Operativo Anual ou POA).

Depois, nos anos subsequentes, renova-se o processo de planejamento, com a elaboração de novos Planos de Trabalho, que passam a fazer parte dos contratos entre o PDHC e as ‘parceiras’ de ATP. Assim, no seu formato atual, o processo de planejamento anual começa com uma Reunião Local de Planejamento, realizada em cada uma das comunidades atendidas. Nestes eventos, são definidas as ações prioritárias para o período (geralmente um ano).

As propostas elaboradas no nível das comunidades e assentamentos devem ser aprovadas pelo Comitê Territorial. Na realidade, é esta instância que estabelece as prioridades, já que nunca existem os recursos que seriam necessários para realizar todas as ações previstas nos planos locais originais. Além disso, cabe ao Comitê Territorial decidir sobre as ações territoriais que deverão ser implementadas no período (PDHC 2004b).

### **Box 3 – Os momentos do planejamento, segundo o PDHC**

---

A ação do facilitador, o uso dos instrumentos de moderação, e a ação proativa do PDHC devem estar todos inseridos nos momentos que compõem o planejamento. O momento inicial do planejamento propriamente dito é o resgate e explicitação dos grandes problemas e potencialidades do assentamento, seguido da identificação das prioridades de ação, entre os grandes problemas e potencialidades, depois complementado pelas metas desejadas para cada prioridade e, finalmente, chega-se ao passo a passo de atividades necessárias para se alcançar as metas. *Fonte: (PDHC, 2004b)*

---

Tendo então as diretrizes estabelecidas pelas comunidades e pelo Comitê Territorial, cabe então às entidades ‘parceiras’, sob a supervisão das equipes técnicas do PDHC, preparar a versão definitiva do POA. É neste momento que cabe a elas definir o que podem e aquilo que não podem fazer, para depois detalhar as atividades. A peça principal deste POA é o ‘Plano de Ação’, em que constam as diversas atividades que deverão ser realizadas no marco de cada ação prioritária, para cada assentamento ou comunidade.

## Os aspectos de gênero, geração e etnia

Outro aspecto metodológico inovador do PDHC é inclusão, em todas as suas ações, da preocupação com a garantia da igualdade e equidade de gênero, a dinamização da participação dos jovens e a inclusão étnica, visando a fortalecer a cidadania das populações negras e indígenas (PDHC, 2006c; PDHC, 2006d).

## A inovação como fruto da construção de conhecimento

Outra faceta do caráter inovador do Projeto Dom Helder, que complementa o enfoque participativo aqui mencionado, refere-se à interpretação que se faz do próprio processo de inovação tecnológica. Ao contrário da interpretação convencional, que postula que a inovação é criada pela pesquisa científica e ‘levada’ aos usuários-agricultores pelos extensionistas, o PDHC reconhece que as soluções, tanto técnicas, quanto sociais, organizacionais ou institucionais, devem ser produzidas, testadas, inventadas, adaptadas e acompanhadas com medidas adequadas, num **processo coletivo de aprendizagem**. Ou seja, a Assessoria Técnica é vista como *“um processo de diálogo e aprendizado mútuo (comunicação e facilitação de processos de aprendizagens) entre técnicos/as e agricultores/as, distanciando-se do modelo do difusionismo (transferência de tecnologia), no qual a ATER atua na busca da reprodução de um saber constituído”* (PDHC, 2006d).

## Intercâmbios, UD e FISP: instrumentos inovadores

A renovação do arsenal metodológico requer também o uso de **novos instrumentos**. Assim, ao invés de patrocinar a famosa dupla do ‘Treinamento e Visita’ do enfoque convencional de ATER, o PDHC recomenda o uso de instrumentos tais como as Visitas de Intercâmbio, as Unidades Demonstrativas (UD), os Grupos de Interesse, os Grupos Solidários, o acesso ao Fundo de Investimento Social e Produtivo (FISP) (PDHC, 2004c).

Em muitos casos, a solução de muitos problemas, assim como o aproveitamento de potencialidades até então não aproveitadas numa região ou comunidade, requer informação que outros agricultores já dominam. Neste caso, é muito mais interessante que as famílias interessadas busquem esta informação junto a quem a detém. Assim, *“os intercâmbios se constituem numa (...) valiosa ferramenta, na qual os agricultores(as), de maneira espontânea, podem comparar suas próprias experiências com as de outros, em um processo prático e interativo”* (PDHC, 2004c). Um elemento primordial deste instrumento é que a apresentação da informação para os visitantes é feita por agricultores/as, o que facilita enormemente a comunicação. O PDHC tem incentivado, e financiado, a realização destes intercâmbios.

A Unidade Demonstrativa, no âmbito do PDHC, tem dois objetivos complementares entre si. Primeiro, a UD serve como um instrumento metodológico do trabalho da assessoria técnica, visando obter uma ação mais eficaz de mobilização de conhecimentos, especialmente

no que concerne à troca de saberes entre assessor(a) técnico(a) e agricultores(as) e entre estes últimos. Segundo, a UD objetiva propiciar à comunidade meios para a experimentação de propostas técnicas e/ou organizativas promissoras para a solução de problemas e/ou para o melhor aproveitamento de potencialidades (PDHC, 2004d). Em tese, não é indispensável um financiamento para a realização deste tipo de atividade. Mas sendo necessário, o PDHC financia esta experimentação, por meio da formulação de uma demanda ou projeto.

#### Box 4 – Elementos conceituais e metodológicos da UD

---

A Unidade Demonstrativa prioriza o caráter educativo diante do aspecto econômico. Por isso, a escala da experiência deve ser apenas suficiente para os(as) agricultores(as) familiares se apropriarem dos conhecimentos pertinentes à prática produtiva e/ou organizativa. Nas UD's, as experiências produtivas devem constituir módulos replicáveis cujo tamanho possa ser multiplicado, caso a caso, para a posterior constituição de áreas produtivas com o objetivo de gerar ocupação produtiva, renda e segurança hídrica e alimentar.

As Unidades Demonstrativas devem, sempre que possível, ser constituídas por grupos de experimentação coletiva, nos quais vários agricultores(as) testam a prática agrícola simultaneamente. Isto reforça o caráter pedagógico da UD e fornece respaldo a uma aplicação posterior desta por outras famílias da comunidade.

A implantação de Unidades Demonstrativas com experimentação participativa ajuda também no sentido de mostrar que é possível solucionar seus próprios problemas. Isto se dá porque, neste tipo de experiência, o(a) agricultor(a) também aprende a trabalhar de forma organizada e solidária, desenvolvendo competências que vão além das questões das técnicas produtivas. *Fonte: (PDHC, 2004d)*

---

O FISP (Fundo de Investimento Social e Produtivo) é um fundo de financiamento de projetos que é administrado pelo PDHC. Ele tem o propósito de efetuar investimentos, não reembolsáveis, visando à melhora das condições de vida das famílias atendidas pelo PDHC. Ele pode financiar iniciativas produtivas (tais como uma unidade de beneficiamento de castanha de caju), e também projetos de infraestrutura social (como, por exemplo, a construção de uma sede de associação). Este conjunto de características faz com que o FISP seja uma fonte de financiamento para iniciativas locais muito parecida com outros programas que existem no Nordeste, tais como os PCPR – Programas de Combate à Pobreza Rural, presente em diversos estados nordestinos<sup>16</sup>.

---

16 Estes projetos são iniciativas cofinanciadas pelo Banco Mundial e os governos estaduais respectivos.

Mas este fundo administrado pelo PDHC se diferencia dos seus semelhantes pela forma como é implementado. Assim, foi desenhada uma sistemática de montagem de projeto que exige uma participação bastante intensiva dos futuros beneficiários<sup>17</sup>, sendo este o seu aspecto mais inovador. Em geral, um projeto FISP, quando é do domínio ‘produtivo’, não é para realizar um experimento (como é o caso da UD) ou permitir que um grupo faça o primeiro contato com uma inovação. Um projeto FISP é destinado a cobrir o investimento requerido para consolidar uma proposta no campo econômico. Como tal, este tipo de projeto deve procurar viabilidade econômica. Novamente, a metodologia de elaboração do projeto busca associar os futuros beneficiários a esta reflexão sobre os resultados econômicos esperados, em lugar da prática convencional de ser um exercício técnico feito num gabinete (PDHC, 2006b). As regras de funcionamento deste fundo determinam que os projetos apresentados para financiamento do FISP não podem ser individuais (para atender a uma pessoa ou família), podendo ser grupais (ou seja, para uma somatória de pessoas ou famílias) ou coletivos (para um grupo, que funciona como unidade de gestão específica). Os projetos coletivos são considerados prioritários<sup>18</sup>. Outro aspecto interessante é que a elaboração dos relatórios narrativos e financeiros também deve ter o envolvimento ativo dos beneficiários.

## 2.4 – O desenho institucional

A estratégia de assessoria técnica pensada prevê que esta seja presente nas comunidades e assentamentos. Mas como o PDHC não atua diretamente nas comunidades, contrata organizações ‘parceiras’ (chamadas de ‘parceiras de ATP’) para fazer isto. Em geral, estas são ONGs ou cooperativas de técnicos. As ‘parceiras de ATP’ se comprometem então a montar e manter as equipes que fazem a assessoria técnica (AT) nos assentamentos e comunidades.

A atuação destas equipes acompanha, grosso modo, um formato geral no qual cada ‘parceira de ATP’ atua com um número específico de assentamento ou comunidades, não havendo mais de uma organização trabalhando no mesmo assentamento. As equipes das ‘parceiras de ATP’ são formadas por técnicos com perfil de ‘clínicos gerais’. São estas equipes que detêm os conhecimentos gerais sobre as diferentes demandas das famílias.

---

17 Por exemplo, é exigido que a decisão sobre a prioridade e a aprovação do ‘projeto’ sejam feitas pela assembleia da associação.

18 O processo de elaboração, tramitação e aprovação de ‘projetos’ FISP tem também outras regras. Por exemplo, há uma percentagem dos fundos reservados para projetos apresentados por grupos de mulheres. Há também a exigência de contrapartida do grupo a ser financiada, etc. Para mais detalhes, ver PDHC (2006).

A característica destacada desses profissionais deve ser, principalmente, a capacidade de assessorar a comunidade na organização e gestão e, sobretudo, em processos participativos de planejamento, de experimentação e de realização de atividades concretas (de formação, de implantação de projetos, etc.) (PDHC, 2004a).

Mas, ao mesmo tempo, as equipes que fazem este trabalho no campo dificilmente terão condições de atender as diversas demandas por novas informações e conhecimentos, vindas das comunidades onde trabalham. Assim, o modelo de ATP, montado pelo PDHC, conta com vários níveis. Num território de atuação, haverá um conjunto de agentes de extensão ‘generalistas’ que farão o trabalho diretamente nas comunidades, conforme foi visto acima. Mas estes agentes poderão contar com o apoio de alguns ‘especialistas’, contratados em função da competência específica em temas de ampla incidência no conjunto de comunidades atendidas no território. Como exemplo, podemos citar a existência de ‘especialistas’ em piscicultura, em irrigação, em criação de galinhas. Além destes ‘especialistas’ em temas técnicos, existem também ONGs que trabalham com gênero e geração, que fazem o acompanhamento do trabalho dos agentes ‘generalistas’ e ‘especialistas’ para garantir um tratamento adequado destes temas. Além destes especialistas, as demandas mais pontuais podem ser atendidas também por consultores temáticos, que atendem demandas técnicas, como, por exemplo, uma consultoria para esclarecer quais são as exigências necessárias para se obter o certificado SIF (certificado do Serviço de Inspeção Federal) para um entreposto de mel.

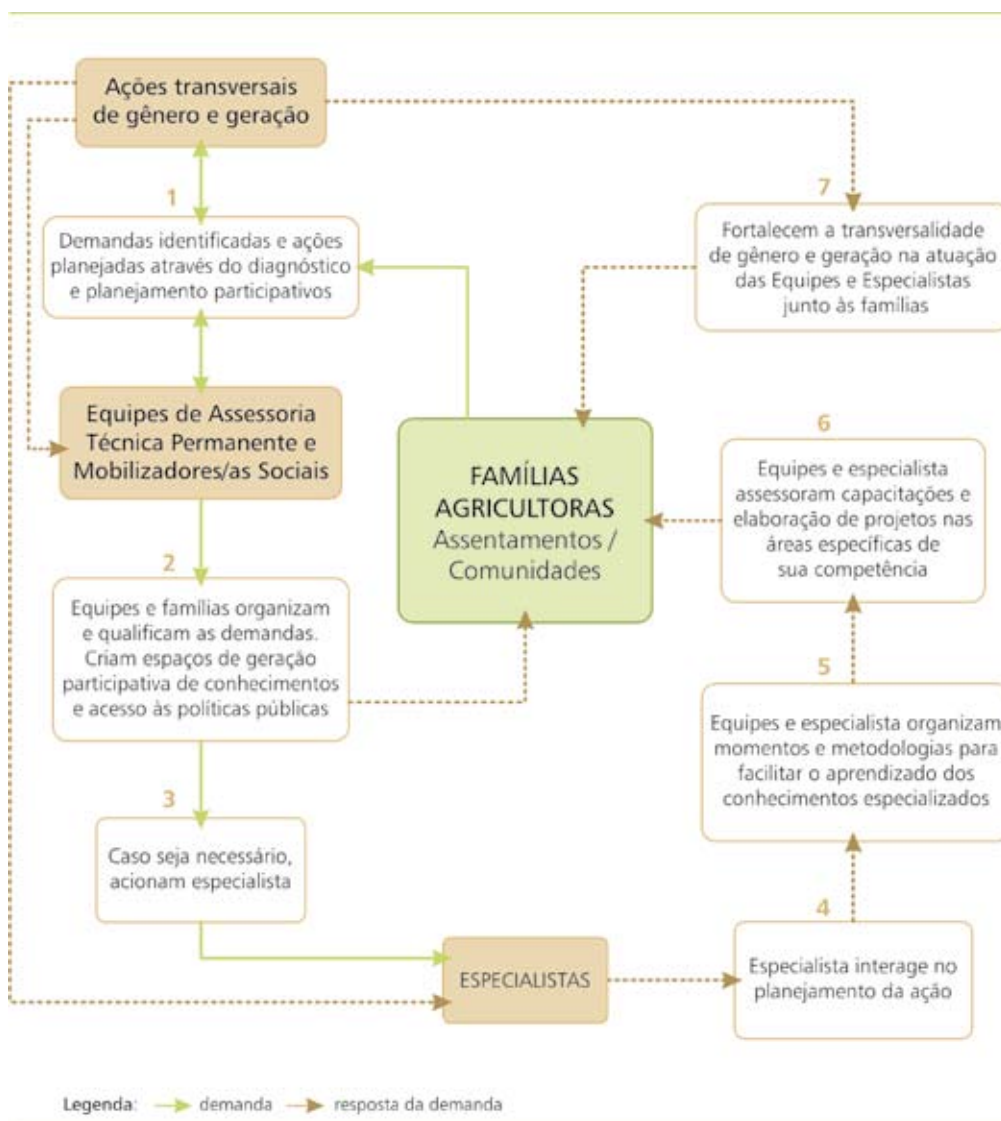
O desenho institucional do ‘sistema PDHC’ conta também com mobilizadores/as sociais. Estes são responsáveis por um trabalho de reforço à participação da base e à organização, mobilização, articulação e também de controle sobre a execução geral do projeto. O Relatório 2001-2006 define o trabalho dos ‘mobilizadores’ sociais como sendo o de “*apoiar a gestão social (do próprio Projeto) e de contribuir com a discussão das políticas públicas*” (PDHC, 2006c). Neste caso, o PDHC estabeleceu uma ‘parceria’ com organizações dos agricultores (Movimentos Sociais, incluindo o movimento sindical de trabalhadores/as rurais) para que estas organizem (do ponto de vista metodológico e também operacional) o trabalho dos ‘mobilizadores’ (FIDA, 2007).

Finalmente, cabe mencionar as equipes do próprio PDHC – uma equipe em cada território, chamada de Unidade de Supervisão Local ou ULS, e a equipe central no Recife, a Unidade Gestora do Projeto ou UGP – que têm um papel importante no funcionamento do sistema de ATP. Evidentemente, estas equipes têm funções de supervisão (como indica, por exemplo, o nome das equipes territoriais). Mas eles desempenham outras funções de vital importância para o bom funcionamento da ATP. Dentre elas, destacamos as atividades de coordenação do apoio metodológico e técnico para as equipes de ATP, a articulação de ações territoriais amplas envolvendo órgãos municipais e estaduais, capacitação metodológica, entre outras.

## 2.5 – O funcionamento global do sistema de ATP

O conjunto de elementos mencionados anteriormente – as opções técnicas, metodológicas, institucionais – devem se combinar num sistema coerente de planejamento e execução das ações que conformam a materialização da assessoria técnica. A figura a seguir é uma representação esquemática de como está previsto que funcione este sistema.

Figura 1 – Esquema simplificado do funcionamento do sistema de ATP, no plano territorial.





## 2.6 – Os arranjos operacionais

Conforme vimos anteriormente, a ATP prestada pelo PDHC passa pela contratação de ‘parceiros’. Para que este sistema de ATP possa funcionar, foi montado todo um sistema que denominamos de arranjos operacionais, que devem ser considerados como fazendo parte da própria estratégia.

### **Sobre os contratos estabelecidos entre o PDHC e as entidades ‘parceiras’**

Uma peça importante destes arranjos é o contrato anual assinado entre o PDHC e cada ‘parceiro’, que estabelece as obrigações de cada uma das partes. O planejamento mencionado na seção 2.3 serve de fundamento para a elaboração das cláusulas do contrato, que é firmado entre o PDHC e as diferentes parceiras. O POA (com a sua programação anual), assim elaborado, faz parte do próprio contrato. Esta programação é detalhada trimestralmente. O processo de formalização da contratação é renovado anualmente.

A necessidade de uma ATP que seja presente na vida das famílias agricultoras que, como já vimos, é um postulado básico do PDHC, se vê refletida nos próprios contratos, onde está especificado que 60% do tempo dos técnicos devem ser dedicados ao trabalho nos assentamentos e comunidades das suas áreas de atuação.

A cada trimestre, as entidades devem apresentar um Relatório de Acompanhamento. Além disso, como o contrato se refere a ‘horas de assessoria técnica’, os técnicos (que são cadastrados pelo PDHC e cujos nomes constam do contrato) devem registrar as horas trabalhadas no ‘sistema ATP’ (ou seja, no sistema de monitoramento on-line no site do PDHC). A liberação dos recursos é feita também trimestralmente. A primeira parcela é liberada após assinatura do contrato, exigindo-se no ato a apresentação da programação detalhada do primeiro período. As liberações seguintes são realizadas com a apresentação do Relatório de Acompanhamento do período findo e a programação do período subsequente.

As principais rubricas de custo que são financiadas pelo PDHC são as seguintes:

- a) “*Assessoria Técnica Permanente*”, que inclui a remuneração dos técnicos, o deslocamento de rotina (transporte para ir às comunidades, sob a forma de quilômetros rodados) e um aporte mensal de coordenação da equipe técnica da entidade (que varia de acordo com o número de famílias atendidas);
- b) “*Atividades Estruturantes*”<sup>19</sup>, item que cobre oficinas, visitas de intercâmbio, eventos de capacitação;

---

19 Esta rubrica não aparece em todos os contratos.

c) “Outros”, com despesas com estagiários, os 5% referentes ao documento final, etc.

A liberação da última parcela, que representa sempre 5% do valor do contrato, é feita contra a apresentação de um Documento Final. As entidades devem emitir nota fiscal global da prestação de serviços.

### **O sistema de monitoramento**

Conforme já mencionado, existe um sistema *on line* de monitoramento operativo, que deve ser considerado parte destes arranjos. Isto significa que há uma série de informações que são ‘carregadas’ em um banco de dados *on line*, e que podem ser consultadas. Quais são estas informações? Há dados dos contratos, que incluem os relatórios de acompanhamento. Mas o instrumento de maior peso é o cadastro de horas trabalhadas, alimentado pelos próprios técnicos, a partir de uma ficha de campo, atestada pelas famílias visitadas. Este sistema de monitoramento permite gerar uma variedade de relatórios com base nos registros.

Também existe um esforço no sentido de realizar um monitoramento de impacto e resultados. Isto tem sido feito por meio de uma ficha de monitoramento, usada na condução de entrevistas e para o registro dos resultados de oficinas / visitas de monitoramento, que foram realizadas com uma amostra dos FISP / UD que estavam em andamento no Território. A ficha comporta diversos campos ou temas: organização e gestão, assessoria técnica, conhecimento e técnicas, segurança alimentar, comercialização e mercado, crédito, fundo rotativo solidário, outras ações comunitárias, outros projetos FISP/UD. Para cada campo, havia uma série de perguntas semi ou totalmente estruturadas. Os resultados foram sistematizados num documento para cada Território.

No entanto, talvez o mecanismo mais importante de monitoramento da qualidade do trabalho seja o ‘controle social’, associado a um acompanhamento ativo feito pelo próprio Projeto. Este se manifesta através dos espaços e momentos de interação estabelecidos pelo PDHC, que permitem que as famílias atendidas possam expressar a sua avaliação sobre o trabalho realizado pelas entidades que prestam assessoria. Os ‘mobilizadores sociais’ mencionados acima (cf. seção 2.4) têm um papel importante neste aspecto. A presença frequente da supervisão local nas áreas de trabalho é o segundo elemento que é determinante no monitoramento do trabalho feito. Os eventos periódicos nos Territórios que congregam representantes das áreas atendidas, das entidades ‘parceiras’ e do próprio PDHC também representam oportunidades de aferição do andamento do trabalho. Este conjunto de mecanismos de monitoramento e avaliação permite uma ação corretiva. Por exemplo, as avaliações feitas graças a este sistema permitiram a substituição de algumas entidades de ATP que não faziam o trabalho a contento.



Foto 1 – Técnicas e assentados de Moacir Lucena, observando a horta do Grupo de Jovens.



### 3. A implementação da estratégia de assessoria técnica no Sertão Central (CE) e no Sertão do Apodi (RN)<sup>20</sup>

#### 3.1 – O contexto: características comuns dos territórios estudados

Antes de tratar do trabalho do PDHC nos territórios em questão, cabe lembrar, rapidamente, algumas características do meio semiárido nordestino, que são válidas mais amplamente. Elas vão permitir situar mais facilmente as regiões abordadas neste livro.

A própria denominação de Semiárido põe em relevo os aspectos climáticos. Embora seja verdade que a frase “falta água” pode definir, grosseiramente, o semiárido nordestino, é importante lembrar que existe nesta região uma enorme variabilidade, no espaço e no tempo. Vejamos isto mais em detalhe.

O primeiro fator a ser analisado é a questão crucial da chuva. No Sertão, a média anual varia, segundo as localidades, de aproximadamente 350 mm até algo mais de 800 mm<sup>21</sup>, geralmente concentrados em 3 ou 4 meses. Isto caracteriza uma sazonalidade climática muito marcada. Mas, neste âmbito, o fator mais relevante é certamente a variabilidade da chuva: o desvio médio (em relação à precipitação média anual) alcança, em certas regiões, índices superiores a 50%, sendo um dos mais expressivos do mundo (Nimer, 1989). Temos, assim, que a chuva no Sertão é **escassa** e, sobretudo, **irregular**. Enquanto que a escassez (medida, aproximadamente, pelas médias pluviométricas anuais) define o maior ou menor grau de (semi) aridez, é esta **irregularidade** tão marcada que faz com que a **seca** seja uma característica intrínseca da região. Ao mesmo tempo, esta grande irregularidade faz com que seja necessário distinguir diversos tipos de seca, (Ver Box 5).

---

20 Entre os oito territórios de atuação do Projeto, estes dois foram escolhidos para esse estudo por serem os mais antigos e representativos da ação do PDHC.

21 Assim, por exemplo, a média anual no posto pluviométrico de Cabaceiras, na região dos Cariris Velhos (PB), é de 333 mm, enquanto que na cidade de Cajazeiras, no Alto Sertão paraibano, é de 880 mm (SUDENE, 1990). Além disso, é bom lembrar que o valor da média anual deve ser considerado apenas como uma ordem de grandeza, a ser comparada a uma evaporação potencial muito maior, de aproximadamente 2.000 mm anuais.

### Box 5 – O fenômeno das secas

---

As secas podem ser classificadas em hidrológicas, agrícolas e efetivas. A hidrológica caracteriza-se por uma precipitação pequena, mas bem distribuída. As chuvas são suficientes para dar suporte à agricultura de sequeiro e às pastagens, mas não junta água nos açudes. A seca agrícola, também conhecida como seca verde, acontece quando há chuvas relativamente abundantes, mas mal distribuídas em termos de tempo e espaço. A seca efetiva ocorre quando há baixa precipitação e má distribuição de chuvas, tornando difícil a alimentação das populações e dos rebanhos e impossibilitando a manutenção dos reservatórios de água para consumo humano e animal. (Fonte: Site da ADENE - [www.adene.gov.br](http://www.adene.gov.br))

---

Em alguns casos, os anos de maior escassez e/ou irregularidade se sucedem e se acumulam, conformando assim as ‘grandes secas’. Nelas, as reservas d’água desaparecem, os plantios secam, os rebanhos morrem, sendo graves as consequências para a população.

Mas a disponibilidade de água não depende unicamente do clima. Ela também depende de fatores hidrológicos que, por sua vez, dependem de duas grandes situações geológicas (Molle e Cadier, 1992).

- A região sedimentar, que abrange aproximadamente 30% da área do Polígono das Secas (Maurice e Medeiros Lima, 2002), possui importantes reservas subterrâneas de água de boa qualidade. Embora em alguns casos não seja difícil o acesso a este lençol, em muitos casos essas reservas só podem ser aproveitadas mediante perfuração de poços profundos associados a sistemas de bombeamento potentes e caros. Os solos permeáveis dificultam a construção de barragens e açudes eficientes.
- Pelo contrário, na região de embasamento cristalino, as águas subterrâneas são mais escassas e frequentemente salobras. No entanto, os solos rasos e relativamente pouco permeáveis favorecem o escoamento superficial e o potencial de armazenamento da água em açudes, barragens, barreiros, etc.

A vegetação original é a “caatinga”, que significa em língua indígena, “floresta branca”. Ela é formada por plantas adaptadas à condição de semiaridez, capazes de entrar em longos períodos de latência, aproveitando de forma eficiente os curtos e irregulares períodos de chuva para seus ciclos reprodutivos. A ocupação humana tem tido um efeito de degradação deste recurso em muitas regiões, mas ele continua presente, sendo um importante recurso para as famílias agricultoras.

Outra característica marcante da região encontra-se no padrão de ocupação do espaço, herdado da colonização portuguesa. A incorporação efetiva desta região interiorana<sup>22</sup> nordestina à Colônia se deu principalmente por meio da pecuária como atividade econômica. Do sistema da sesmaria, nasceram imensas fazendas, propiciando uma forte concentração fundiária (Andrade, 1980,1963). Mas, paradoxalmente, é também naquela época que aparecem os camponeses, que trabalhavam tanto como parceiros ou foreiros dentro das fazendas, ou como posseiros ou proprietários nos interstícios entre elas. Este grupo social nasceu numa situação de dependência, obrigado a se relacionar com os grandes proprietários, que facilitavam o acesso aos recursos (sobretudo a terra) e também ofereciam “alguma segurança e proteção” (Forman, 1979).

Durante muito tempo, a ação do Estado nesta região ficou limitada apenas à definição do marco legal e fiscal (leis, impostos, etc.), sobretudo aquele que regulava a relação entre o poder central e o poder local (Forman, 1979). A partir do século XIX, esta ação incorporou as iniciativas “emergenciais”<sup>23</sup>, que continuam existindo ainda hoje. Mais recentemente, o Estado (sobretudo o Governo Federal) instituiu políticas de desenvolvimento<sup>24</sup> de cunho mais ativo no conjunto do país, que tiveram um certo impacto no Nordeste. O sentido geral delas tem sido o de promover a “modernização” de aspectos técnicos e econômicos, centrando sua atenção principalmente nas grandes fazendas e funcionando frequentemente de forma a reforçar o seu poder, sem alterar o quadro de miséria e desigualdade existente na região. Nos últimos anos, tem havido um esforço – do qual o PDHC é parte – para implementar políticas de apoio e consolidação à Agricultura Familiar.

Esta origem modelou a sociedade rural sertaneja da atualidade, em que as grandes fazendas, com a sua atividade prioritária de criação de bovinos e caprinos, continuam tendo um papel de destaque. Mas, considerando o conjunto da região semiárida, as unidades familiares têm uma importância considerável: existem na região aproximadamente dois milhões delas.

---

22 Definida em oposição ao Litoral (ou Zona da Mata), onde a atividade econômica girava em torno da produção do açúcar.

23 Em 1877-78, aconteceu a Grande Seca, que causou 500.000 vítimas só no estado do Ceará (Beserra Campos, J. N., 1994).

24 Estas políticas incluíram a oferta de crédito específico (muitas vezes subsidiado) para certas atividades agropecuárias, preços mínimos, pesquisa e extensão e, às vezes, infraestrutura. Alguns mega projetos especiais, como os perímetros irrigados do rio São Francisco, tiveram um impacto importante na região. Tem havido também um esforço de reforma agrária, sobretudo a partir de 1996.



## 3.2 – O caso do Sertão Central do Ceará

### 3.2.1 Rápida apresentação do Território do Sertão Central

A SDT (Secretaria de Desenvolvimento Territorial) estabeleceu que o Território do Sertão Central é formado por 12 municípios. Mas o PDHC atua em cinco destes: Banabuiú, Choró, Quixadá, Quixeramobim e Senador Pompeu. Este território está localizado na região central do Estado. Ele é cortado pela antiga ‘rodovia do algodão’ (a CE 060), que o liga com Fortaleza. Quixeramobim, a cidade escolhida pelo PDHC para sediar a Unidade Local de Supervisão - ULS, fica a pouco mais de 200 km de Fortaleza.



## População e economia

Mesmo sendo tidos como rurais, a população rural destes cinco municípios é minoritária (44%), embora este contingente represente mais de 16.000 famílias. Observa-se que Quixadá e Quixeramobim, os municípios mais antigos, são bem maiores que os demais.

**Tabela 1 – Área e população do Território**

Municípios	Área (em km <sup>2</sup> )	População total	População rural		População urbana	
			hab	%	hab	%
Banabuiú	1.225,50	16.173	8.551	52,8	7.622	47,1
Choró	792,70	12.001	9.152	76,3	2.849	23,7
Quixadá	2.059,70	69.654	22.766	32,7	46.888	67,3
Quixeramobim	3.275,00	59.235	28.635	48,3	30.600	51,7
Senador Pompeu	1.043,90	27.225	11.543	42,4	15.682	57,6
<b>TOTAL</b>	<b>8.396,80</b>	<b>184.228</b>	<b>80.647</b>	<b>43,8</b>	<b>103.641</b>	<b>56,2</b>

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000.

A estrutura do PIB municipal é bastante típica dos pequenos municípios interioranos do Nordeste: na distribuição tradicional entre os setores primário, secundário e terciário, o setor responsável pela maior parte do PIB é, de longe, aquele dos serviços. O setor agropecuário tem recuado gradativamente, sendo atualmente aquele de menos expressão. Observando os dados por município, aparecem algumas diferenças pequenas. Por exemplo, é possível ver que Quixeramobim - onde existe uma empresa do setor de calçados, além de várias unidades de transformação de leite - tem um PIB industrial maior que os outros municípios da região, mas sem que isto signifique uma estrutura produtiva marcadamente diferente daquela dos outros municípios.

**Tabela 2 – Peso relativo dos setores econômicos do Sertão Central – Ano de 2005**

Municípios	PIB total*	PIB per capita**	Agropecuária %	Indústria %	Serviços %	Impostos %
Banabuiú	52.550,09	3.036,52	17,9	19,7	57,9	4,5
Choró	27.235,56	2.132,78	19,5	7,5	70,7	2,3
Quixadá	290.155,64	3.879,45	11,5	8,0	71,4	9,0
Quixeramobim	220.962,76	3.730,65	13,7	21,2	58,6	6,6
Senador Pompeu	76.222,42	2.777,68	13,6	11,6	68,9	5,9
<b>Território</b>	<b>667.126,47</b>	<b>3.482,97</b>	<b>13,3</b>	<b>13,7</b>	<b>65,8</b>	<b>7,2</b>

Fonte: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2005> | \* Em 1.000 reais; \*\* Em reais.



Foto 2 – Técnica e assentado conversando (Carqueja, Assentamento Santa Elisa).

No entanto, existe no Território uma atividade do campo da economia, que ainda está em fase inicial de funcionamento, mas que cabe citar. A Petrobras escolheu o município de Quixadá para instalar uma planta de produção de biodiesel. Segundo os relatos colhidos, é um investimento milionário. Do ponto de vista da agricultura familiar, em tese, esta planta deveria ser abastecida com matéria-prima produzida no território do Sertão Central e vizinhança. Mas, até o momento, isto não vem ocorrendo, apesar dos esforços da Petrobras e do governo estadual na tentativa de incentivar a produção de mamona e girassol na região. De fato, a alimentação da planta vem se dando com o óleo de soja trazido do oeste do estado da Bahia e do sul do estado do Piauí.

### **O peso relativo da Agricultura Familiar no Território**

Segundo o relato de vários entrevistados, a região – sobretudo os municípios de Quixeramobim e Quixadá – era conhecida por ser uma região de domínio do lati-

fúndio. Isto só foi mudado recentemente, já que houve uma forte incidência da Reforma Agrária na área citada. As tabelas apresentadas a seguir tendem a confirmar este quadro.

**Tabela 3 – Importância relativa da Agricultura Familiar e Patronal no Território PDHC do Sertão Central (CE)**

Municípios		Nº de estabelecimentos		Área (ha)	
			%		%
Banabuiú	Total	948		68.335	
	Agricultura familiar	775	82	32.685	48
	Agricultura patronal	92	10	32.185	47
	Outros	81	9	3.464	5
Choró	Total	1.412		52.101	
	Agricultura familiar	832	59	22.425	43
	Agricultura patronal	43	3	23.497	45
	Outros	537	38	6.177	12
Quixadá	Total	2.922		138.125	
	Agricultura familiar	2.048	70	47.252	34
	Agricultura patronal	317	11	86.030	62
	Outros	557	19	4.841	4
Quixeramobim	Total	2.060		178.846	
	Agricultura familiar	1.527	74	54.561	30
	Agricultura patronal	274	13	116.839	65
	Outros	259	13	7.445	4
Senador Pompeu	Total	899		70.536	
	Agricultura familiar	726	81	37.076	53
	Agricultura patronal	157	18	33.304	47
	Outros	16	2	155	-
Território	Total	8.241		507.943	
	Agricultura familiar	5.908	72	193.999	38
	Agricultura patronal	883	11	291.855	57
	Outros	1.450	18	22.082	4

Fonte: SADE – Site: <http://www.incra.gov.br> (Censo Agropecuário de 1995-96 e Projeto INCRA-FAO)

**Tabela 4 – Importância relativa do Valor Bruto da Produção (VBP) da Agricultura Familiar e da Agricultura Patronal no Território PDHC do Sertão Central (CE)**

Municípios	VBP Total (R\$)	Agricultura familiar		Agricultura patronal		Outros	
		valor	%	valor	%	valor	%
Banabuiú	3.891.000	2.095.000	54	1.600.000	41	197.000	5
Choró	2.533.000	1.254.000	50	469.000	19	805.000	32
Quixadá	20.719.000	3.691.000	18	16.228.000	78	799.000	4
Quixeramobim	11.803.000	4.020.000	34	7.277.000	62	507.000	4
Senador Pompeu	3.640.000	1.961.000	54	1.640.000	45	39.000	1
<b>Território</b>	<b>42.586.000</b>	<b>13.021.000</b>	<b>31</b>	<b>27.214.000</b>	<b>64</b>	<b>2.347.000</b>	<b>6</b>

Fonte: SADE – Site: <http://www.incra.gov.br> (Censo Agropecuário de 1995-96 e Projeto INCRA-FAO)

**Tabela 5 – Número de famílias assentadas no Território PDHC do Sertão Central (CE)**

Municípios	Famílias assentadas
Banabuiú	160
Choró	290
Quixadá	344
Quixeramobim	899
Senador Pompeu	73
<b>Território</b>	<b>1.766</b>

Fonte: Site <http://www.mda.gov.br/sdt/> - (MDA/Incra/SIR - 30/09/2007)

Vale a pena destacar que a maior parte das desapropriações e instalação de assentamento aconteceram depois de 1996. O número de famílias assentadas representa um acréscimo de 30% no número de famílias agricultoras no Território, o que é, a nosso ver, um número bastante significativo.

### Configuração dos sistemas produtivos

Quixeramobim e Quixadá já foram importantes centros de produção de algodão. Na cidade de Quixeramobim, ainda é possível ver vestígios daquela época nos edifícios que



albergavam as plantas processadoras de algodão. Mas é comum ouvir falar que, hoje, o algodão praticamente desapareceu<sup>25</sup>.

Atualmente a principal atividade agropecuária – tanto de grandes fazendas como de agricultores familiares – é a produção de leite bovino. Os mais empolgados falam inclusive da ‘maior bacia leiteira do NE’. Esta informação é confirmada pelos dados IBGE – INCRA/FAO.

**Tabela 6 – Os principais produtos da AF no Território PDHC do Sertão Central (CE)**

Municípios		Valor (R\$)
Banabuiú	<b>VBP total da AF</b>	<b>2.095.000</b>
	1º produto: Pecuária - leite	982.026
	2º produto: Pecuária - corte	290.703
	3º produto: Feijão	169.608
Choró	<b>VBP total da AF</b>	<b>1.254.000</b>
	1º produto: Milho	215.679
	2º produto: Pecuária - leite	212.056
	3º produto: Galinhas	188.519
Quixadá	<b>VBP total da AF</b>	<b>3.691.000</b>
	1º produto: Pecuária - leite	1.004.949
	2º produto: Pecuária - corte	542.385
	3º produto: Feijão	439.467
Quixeramobim	<b>VBP total da AF</b>	<b>4.020.000</b>
	1º produto: Pecuária - leite	1.620.570
	2º produto: Milho	490.400
	3º produto: Pecuária - corte	438.409
Senador Pompeu	<b>VBP total da AF</b>	<b>1.961.000</b>
	1º produto: Pecuária - leite	697.089
	2º produto: Pecuária - corte	243.874
	3º produto: Feijão	204.820

Fonte: SADE – Site: <http://www.incra.gov.br> (Censo Agropecuário de 1995-96 e Projeto INCRA-FAO)

25 Vale a pena salientar que o ESPLAR, uma ONG parceira do PDHC, trabalha há vários anos buscando desenvolver a produção de algodão orgânico no Ceará. Conforme veremos mais adiante, este trabalho também está presente no Território do Sertão Central.

Além da produção de leite, as outras atividades agropecuárias importantes são as tradicionais culturas de milho e feijão (de corda) e a criação animal para abate. O que mais chama a atenção destes números é o peso que tinha, na época do censo, a pecuária bovina. Se contar o leite e a pecuária de corte, estes dois produtos representavam mais de 40% de VBP da AF em quatro dos cinco municípios<sup>26</sup>. A exceção é Choró, onde a produção da AF aparece como mais diversificada.

Vale lembrar que estes números são antigos. Mas, pela informação colhida em campo, esta tendência parece ter se consolidado nestes últimos 10 anos. A importância do leite continua sendo grande na atualidade. Este produto já tem toda uma cadeia produtiva articulada: em Quixeramobim, há quatro laticínios que pasteurizam leite, fora um número razoável de fabriquetas que produzem principalmente doce de leite. Há também grandes indústrias em Fortaleza que têm postos de compra na região. Além disso, já existe um ‘programa do leite’ estadual, que compra e distribui leite para famílias ‘carentes’. Esta estrutura tem gerado um número razoável de ‘atravessadores’ que fazem o ‘meio de campo’ entre a produção e a cadeia de beneficiamento. Em Quixadá, há uma importante feira de animais que funciona semanalmente, sobretudo na noite de quarta para quinta-feira.

Embora o Território tenha esta ‘tradição’ na produção animal, são poucas as famílias que criam caprinos. Em Quixeramobim, há quase que uma rejeição que alguns alegam ser cultural. Segundo os informantes, a razão de não criar caprinos não está na degradação da caatinga, já que ainda existe bastante caatinga de bom porte na região.

## A sociedade civil

Outro elemento característico da região, sobretudo quando comparado com outras regiões do CE como, por exemplo, os Inhamuns, é que no Sertão Central o trabalho de formação das bases feito pela Igreja teve uma incidência menor. Numa certa época (final dos anos setentas e oitentas), houve luta pela terra na qual se destacaram lideranças sindicais como Zé Mendes. Mas este lampejo precoce teve uma continuidade menos significativa. Segundo alguns depoimentos, atualmente, os STTRs<sup>27</sup> dedicam muito tempo à burocracia das aposentadorias. No entanto, outros informantes lembram que, além do envolvimento com a luta pela terra, os STTRs estão envolvidos em atividades de organização da comercialização, por exemplo.

---

26 Para a AF, os valores relativos do Valor da Produção do leite e da pecuária de corte representam: 60% para Banabuiú, 17% para Choró, 42% para Quixadá, 51% para Quixeramobim e 48% para Senador Pompeu.

27 STTR: Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

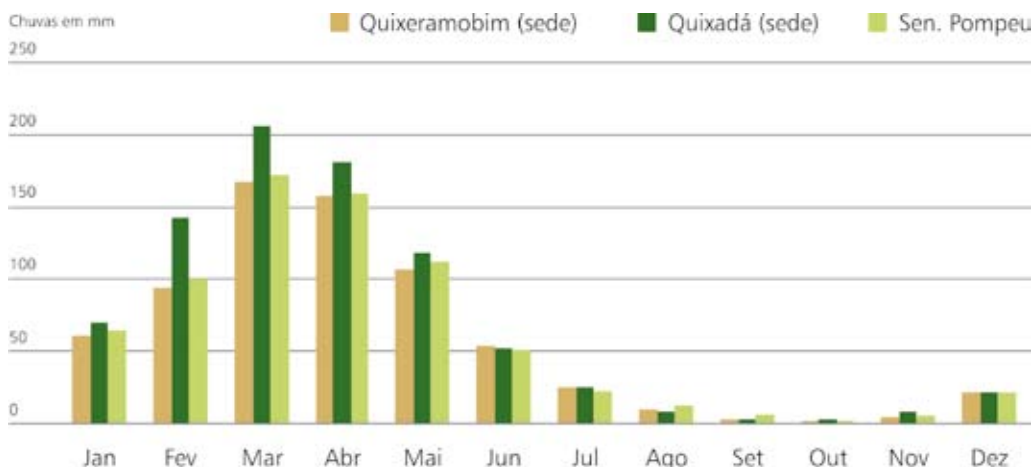


Uma outra característica do Território, que diz respeito diretamente ao trabalho do PDHC, é a pouca expressão das ONGs locais. Isto teve como consequência que o trabalho de ATP é realizado até hoje por ONGs que não têm raízes locais, conforme veremos a seguir (cf. seção 3.2.2).

### Sobre o meio

Como acontece em toda a região semiárida, na região do Sertão Central, o ano se divide em “inverno” e “verão” em função da chuva. O período chuvoso, ou “inverno”, ocorre normalmente de janeiro a junho<sup>28</sup>, como mostra o gráfico apresentado a seguir.

**Figura 2 – Distribuição mensal (média) da chuva em Quixeramobim, Quixadá e Senador Pompeu**



Fonte: FUNCEME<sup>29</sup>

Se considerarmos o conjunto do Semiárido, cabe mencionar que as médias pluviométricas anuais do Sertão Central do Ceará (assim como aquelas do Apodi) são relativamente altas, quando comparados com outros Territórios (tais como o Cariri paraibano), conforme poderemos ver na tabela a seguir. Registre-se que as secas, quando ocorrem, podem ser muito severas, como em qualquer outra parte do Semiárido.

28 Esta distribuição das chuvas no tempo faz com que se considere que o ano agrícola começa em setembro ou outubro (com a preparação das áreas de roçado) e termina em agosto ou setembro do ano seguinte.

29 Fundação Cearense de Meteorologia (Site: <http://www.funceme.gov.br>)

**Tabela 7 – Médias anuais de chuva em 3 regiões do Semiárido nordestino**

Sertão Central (CE)*		Sertão do Apodi (RN)**		Curimataú / Cariri Paraibano***	
Município	Média anual (mm)	Município	Média anual (mm)	Município	Média anual (mm)
Quixeramobim	708	Apodi – Sítio de Góis	722	B. de Sta. Rosa	370
Quixadá	838	Gov. Dix-Sept Rosado	711	Soledade	391
Senador Pompeu	731	Caraúbas	659	Cabaceiras	334
		Umarizal	835		

Fontes: \* FUNCEME; \*\* Anuário Estatístico do Rio Grande do Norte – 2003<sup>30</sup>; \*\*\* Fonte: AESA – PB.

O Território se apresenta como uma extensa planície sertaneja, pontuada de algumas serras e formações rochosas. Esta planície encontra-se numa altitude que varia de 150 a 250 m.s.n.m.<sup>31</sup>

Do ponto de vista geológico, o Sertão Central está localizado na área de substrato cristalino. Aliado a isto, um relevo favorável faz com que seja uma região propícia para a construção de açudes. Por outro lado, não há aquíferos profundos aproveitáveis. De fato, o Sertão Central é possivelmente a região nordestina com maior concentração de açudes médios e grandes. Por sinal, vários dos assentamentos implantados na região herdaram açudes de um certo porte, já existentes nas fazendas desapropriadas.

Em vários casos, já há um aproveitamento destes, com moto bomba, para cultivar milho, feijão e capim. Também existe o cultivo de capim de vazante. Há, por outro lado, alguns vales onde os aluviões têm uma quantidade razoável de água, que pode ser explorada com a construção de cacimbões ou poços amazonas ou ainda com poços tubulares rasos e a existência de um açude regulador a montante. Um caso deste tipo é o vale do rio Forquilha (no município de Quixeramobim), onde foi implementado o Projeto Pingo d'Água<sup>32</sup>, que trabalhou com irrigação a partir do lençol freático do aluvião.

30 Disponível em <http://www.rn.gov.br/secretarias/idema/ae03/tabelas/1.3.2.xls>

31 A Serra do Estêvão, no município de Quixadá, constitui uma exceção: atinge uma altitude de pouco mais de 400 m.s.n.m.

32 Esta iniciativa trabalhou neste vale perfurando os poços tubulares rasos e promovendo a agricultura irrigada: as principais produções são o mamão e o tomate. São apontados alguns erros deste projeto, tais como o excesso de poços que foram cavados, o que resultou em problemas de salinização, ou ainda, o intenso uso de agrotóxicos. Mas esta iniciativa mostra que existe a possibilidade de pensar novas formas de trabalhar com a água neste tipo de situação. O supervisor do PDHC acha que existem outros vales semelhantes ao Forquilha na região (como, por exemplo, no Ass. Sta. Eliza / Tigre).

### 3.2.2 A ação do PDHC no Território

Segundo dados do Relatório Físico-Financeiro 2001 – 2006 (PDHC 2006c), O PDHC trabalha em 40 localidades, sejam elas assentamentos ou ‘comunidades’<sup>33</sup>.

**Tabela 8 – Tipos de localidade e Nº de famílias atendidas pelo PDHC no Sertão Central (CE)**

Tipo de localidade	N	Famílias atendidas em 2006	Observações
Comunidades	22	469	O trabalho nas comunidades é mais recente: iniciou a partir de 2005
Assentamentos	18	1.223	
Total	40	1.692	

Houve dois momentos na escolha das famílias a serem atendidas. O primeiro foi em 2002, quando da chegada do PDHC no local. Naquela altura, o PDHC trabalhava apenas em assentamentos. Houve primeiramente, a definição de trabalhar em apenas quatro municípios. Havia também um teto de número de famílias, o que fez com que alguns (poucos) assentamentos ficassem de fora. A decisão (de quem ficaria de fora) foi tomada em conjunto com os movimentos sociais<sup>34</sup>.

O segundo momento importante para esta questão foi em 2005, quando ficou decidido que o PDHC poderia aumentar a sua abrangência, para incluir mais 500 famílias. O Comitê Territorial do PDHC<sup>35</sup> foi a instância de definição nesta ocasião, determinando os critérios para a distribuição das vagas: 200 delas foram reservadas para Senador Pompeu. As outras 300 vagas foram atribuídas igualmente entre os outros 4 municípios, ficando cada um com 75 famílias. A palavra final foi do Comitê Territorial: numa das suas reuniões, foram definidas as comunidades que seriam atendidas, respeitando o máximo de 75 famílias novas por município. Da mesma forma, os membros de Senador Pompeu se reuniram e definiram quais eram as comunidades onde seria feito o traba-

33 Usa-se esta denominação de ‘comunidade’ para designar uma localidade de agricultores familiares que não foram assentados recentemente por algum programa governamental de acesso à terra. O termo ‘sítio’ também é usado para designar este tipo de localidade.

34 Vale lembrar que ainda não existia o Comitê Territorial na época. Este tipo de decisão cabe, atualmente, a este Comitê.

35 Atualmente, este Comitê é formado por um representante de cada comunidade / assentamento atendido, 1 representante de cada STR, 2 de cada Prefeitura, 1 da CPT e 1 do MST, 1 do INCRA, 1 do Banco do Nordeste, 1 da regional da FETRAECE, 1 do Coletivo de Mulheres e outro do Coletivo de Jovens, 1 da EMATERCE, 1 do IBAMA e 1 da COGERH. No total, são 73 membros hoje. O supervisor local do PDHC tem assento no comitê, porém, não tem direito a voto.

lho. O PDHC sugeriu critérios para orientar a escolha, que giravam em torno do quesito da organização.

### **O desenho institucional**

Conforme vimos no capítulo 2, uma das principais características da estratégia operativa do PDHC é aquela de contratar organizações não governamentais (ONGs) para fazer o trabalho de apoio à produção e à comercialização (são as chamadas ‘Parceiras de ATP’) e para assessorar nos temas de gênero, geração e etnia. Também são firmados contratos com organizações dos agricultores para realizar ações de organização e mobilização (FIDA 2007). Assim, o trabalho no Sertão Central é desenvolvido através de acordos de ‘parceria’ de diversos tipos com várias entidades:

- Quatro equipes de assessoria técnica (19 técnicos no total), contratadas por entidades ‘parceiras de ATP’, segundo a terminologia utilizada pelo PDHC;
- Uma equipe referencial sobre o tema de gênero;
- Uma equipe de ‘mobilizadores sociais’, contratada pela FETRAECE.

Conforme vimos no Capítulo 3, completam este desenho institucional a Unidade Local de Supervisão (ULS) do PDHC e os ‘especialistas’ dos diversos temas (irrigação, sanidade animal, etc.) que têm por função apoiar as equipes das ‘parceiras de ATP’.

Como foi o processo de escolha das entidades ‘parceiras’ no Território? Uma vez escolhido o território de atuação (que era de quatro municípios), o PDHC fez um reconhecimento da região e constatou a existência de somente uma entidade da sociedade civil local – o Centro de Defesa de Direitos Humanos – Antônio Conselheiro (CDDH AC) – e mais uma ONG de Fortaleza (o ESPLAR) que poderiam prestar assessoria às famílias rurais. Como estas entidades não poderiam cuidar do conjunto de famílias que o PDHC buscava atender, o PDHC procurou a Articulação do Semiárido (ASA) estadual para discutir esta questão. Houve uma discussão que durou uns seis meses para decidir quem viria para a região. Finalmente, foi definido o ‘time’, do qual constavam ESPLAR, CETRA, FETRAECE, CIPAT (uma cooperativa de técnicos), SETAH, CATAVENTO, CDDH AC e CAA para fazer a ATP.

Com o tempo, houve mudanças neste ‘time’. Assim, por exemplo, a parceria foi desfeita com duas das ‘parceiras’ contratadas inicialmente (CIPAT e CAA), já que o PDHC considerou, atendendo o pleito de famílias insatisfeitas, que o trabalho destas não devia continuar. Uma outra (CATAVENTO) deixou de atuar com assessoria técnica. Já no caso da FETRAECE, ela mudou de papel. Inicialmente, fazia assistência técnica

como as outras. Mas ficou decidido que os ‘movimentos’ deveriam ter um papel diferenciado, de mobilização e controle social. As áreas que eram atendidas por estas quatro entidades foram ‘redistribuídas’ com o ESPLAR e o CETRA, que passaram a atender mais famílias.

### As Unidades Demonstrativas (UD) e o Fundo de Investimento Produtivo e Social (FISP)

O PDHC estimula o uso de um conjunto de inovações metodológicas. Entre elas, duas permitem que grupos de famílias possam ter acesso a recursos para implementar processos de experimentação e aprendizagem (as UD) e para fazer algum investimento de cunho social ou produtivo (os projetos apresentados ao FISP). Estes instrumentos têm um peso bastante significativo no trabalho do PDHC, conforme veremos a seguir. Buscamos identificar o número e o tipo de projetos UD e FISP aprovados, o que nos permitiu construir a tabela a seguir. No período 2003 – 2008, foram investidos aproximadamente R\$ 1.500.000,00 para projetos UD e projetos FISP<sup>36</sup>.

**Tabela 9 – Número de projetos UD e FISP aprovados para o Território do Sertão Central (CE) – período 2003-2008**

Tipo de projeto	UD	FISP	Total
Cisternas	—	30	30
Apicultura	14	6	20
Horta orgânica irrigada	13	3	16
Piscicultura	9	3	12
Criação de galinhas caipiras	8	4	12
Banco de gliricídia	12	—	12
Ovinos / caprinos	2	6	8
Manejo de caatinga	1	—	1
Unidade de armazenamento de leite e produção de forragem	—	1	1
<b>Total</b>	<b>59</b>	<b>53</b>	<b>112</b>

36 Este valor considera somente os desembolsos do PDHC, sem as contrapartidas.

## O apoio às entidades ‘parceiras de ATP’

O PDHC trabalha para fortalecer as entidades com as quais trabalha. Uma forma de fazer isto é oferecer oportunidades de capacitação para os(as) técnicos(as) das equipes e, eventualmente, para os responsáveis institucionais das entidades. Em alguns casos, os eventos são destinados somente aos técnicos(as). Mas, em geral, a capacitação de técnicos(as) é feita conjuntamente com agricultores(as), já que a experiência tem mostrado que este formato ‘misto’ produz melhores resultados.

No Sertão Central, a ULS tem trabalhado bastante neste sentido. A título de exemplo, a tabela apresentada a seguir traz os eventos de capacitação realizados neste território nos anos de 2008 e 2009.

**Tabela 10 – Eventos de capacitação realizados no Sertão Central em 2008 e 2009**

Tipo de evento	Público	2008	2009
Visitas de intercâmbio	Técnicos/as e agricultores/as	3	3
Oficinas sobre cultivo do algodão agroecológico	Técnicos/as e agricultores/as	2	2
Capacitação algodão agroecológico	Técnicos/as		4
Eventos de capacitação sobre hortas e pomares agroecológicos	Técnicos/as e agricultores/as		8
Seminário de avaliação dos eventos sobre hortas e pomares	Técnicos/as e agricultores/as		2
Eventos de capacitação sobre manejo de caatinga	Técnicos/as e agricultores/as		3
Oficinas sobre políticas públicas	Técnicos/as	2	
Curso sobre elaboração de projetos FISP e UD	Técnicos/as	21	
Oficinas sobre relações de gênero	Técnicos/as	4	

## As iniciativas de cunho territorial

O PDHC não atua somente nos assentamentos e comunidades. Há várias iniciativas que estão em andamento que têm um caráter territorial, mesmo que possam ter repercussões nas famílias agricultoras.

Uma destas é o apoio dado pelo PDHC à COCRESCE – Cooperativa de Crédito fundada recentemente, com sede em Quixadá. Isto é feito por meio de um acordo com uma

ONG ‘parceira’ que é responsável por uma ‘ação territorial’ no campo do cooperativismo: na forma de uma assessoria à COCRESCE.

O PDHC investiu recursos na criação desta entidade de diversas maneiras. Por exemplo, contribuiu para a criação de um fundo para ser utilizado como crédito. Por outro lado, o PDHC também investiu na capacitação das pessoas que estão à frente desta iniciativa: financiou viagens de intercâmbio para a Bahia, Alagoas e o Paraná, para que as pessoas mais envolvidas diretamente vejam como funcionam as cooperativas deste tipo que já estão em funcionamento. Membros do Conselho de Administração da COCRESCE e a coordenadora da ONG que assessora essa cooperativa tiveram a oportunidade de conhecer as cooperativas do Sudoeste do Paraná.

Ainda neste domínio do ‘além da localidade’, cabe mencionar aqui o investimento feito pelo PDHC na estruturação de espaços de comercialização para a AF. Geralmente, isto se dá por meio do apoio às ‘feiras agroecológicas’ que estão surgindo em vários municípios da região. Estes espaços também são úteis para famílias agricultoras que não são atendidas diretamente pelo Projeto.

No território em questão, o PDHC investiu tempo e recursos no apoio à ‘feira agroecológica’ de Quixeramobim. Como é de praxe, participam desta feira diversas famílias das áreas atendidas pelo PDHC e de outras comunidades do município. Neste caso, foi a FETRAECE que tomou a iniciativa, e apresentou um pedido de apoio para financiar a infraestrutura (principalmente as barracas). As ‘parceiras de ATP’ que trabalham no município dão apoio às famílias no âmbito da produção agroecológica que é comercializada nesta feira.

### **3.2.3 O trabalho nos assentamentos e comunidades**

Na presente seção, vamos apresentar as informações colhidas em campo, em três assentamentos, e uma comunidade do Território do Sertão Central, com o intuito de ilustrar como o trabalho da assessoria técnica ocorre na prática. As localidades visitadas foram:

- Assentamento de Muxuré Velho – Associação do mesmo nome (município de Quixeramobim);
- Assentamento Feijão – Associação do Croata (município de Choró);
- Assentamento Santa Elisa – Associação da Carqueja (município de Quixeramobim);
- Comunidade (associação) de Lagoa do Mato (município de Quixadá).





Foto 3 – Paisagem do Sertão Central na época chuvosa, vista do Alto da Carqueja.

### **Informações breves sobre as localidades visitadas**

Dois dos assentamentos datam do final dos anos noventa (1997 e 98) enquanto que o terceiro – Muxuré Velho – data do final dos anos oitentas. Todos eles já viveram as diversas fases iniciais pelas quais passa todo assentamento – receberam recursos para fomento, para construção de casas, etc. Os três também tiveram acesso ao crédito para investimento do Pronaf A. Em Muxuré, este crédito foi descrito como um “fracasso”, sendo que praticamente todas as famílias estão inadimplentes. Já nos outros dois assentamentos, as famílias estão pagando sem maiores problemas.

### **Assentamento Santa Elisa, município de Quixeramobim.**

Duas características dos assentamentos visitados nos chamaram a atenção. A primeira é que, em todos eles, existe mais de uma associação. Segundo os nossos interlocutores, isto é bastante comum na região. Em geral, esta característica deve ajudar

na gestão, já que, quanto maior o tamanho da associação, maior a dificuldade na administração dela.

A segunda característica que, segundo informaram, é muito comum no estado do Ceará, é aquela de não ter sido implementado o procedimento padrão do INCRA de parcelar a área entre as famílias. Sob o argumento de que seria difícil fazer uma divisão em parcelas familiares de maneira justa, já que os recursos de um assentamento não são homogêneos, diversas pessoas com as quais falamos defenderam esta forma de operar. Mas, ao contrário do caso da ‘multiplicação’ das associações, este fato pode colocar dificuldades de gestão bastante significativas. Dentre os três assentamentos visitados, dois operavam neste ‘formato’ de terra indivisa.

O caso da comunidade de Lagoa do Mato é interessante. De fato, é também um assentamento, constituído em 1983 e parcelado pouco tempo depois. Mas, por algum motivo, não era considerado assentamento, quando o PDHC começou a trabalhar no território e como a prioridade eram os assentamentos, estas famílias ficaram de fora. Quando o PDHC ampliou a sua área de intervenção em 2005, elas passaram a ser contempladas.

Outro fato importante é que várias áreas visitadas estão bem servidas naquilo que se refere ao abastecimento de água. Por exemplo, o assentamento de Muxuré Velho tem sete açudes e uma represa (feita de alvenaria). Algumas destas fontes têm água de forma permanente. A exceção, neste quesito, é o Assentamento Santa Elisa - Carqueja. Em 2007, este assentamento passou muita dificuldade com água. Mas eles conseguiram o apoio de vários atores sociais (com ajuda do PDHC) para obter um trator e uma pipa para carregar água e assim poder manter o rebanho que eles constituíram com tanto esforço. Ao mesmo tempo, obtiveram a aprovação de um dinheiro do Crédito Semiárido do Incra, para construção de uma adutora que carrega água de um açude maior, que fica a 9 km da sede de Carqueja. Este sistema começou a funcionar em maio de 2008.

### **Os sistemas produtivos familiares**

Em geral, os sistemas produtivos que encontramos nos assentamentos têm muitas semelhanças. Assim, por exemplo, todas as famílias cultivam um roçado de milho e feijão. O algodão, que antigamente sempre fazia parte deste roçado, hoje é bem mais raro. Atualmente, poucos plantam de forma consorciada, o que significa que este roçado tem uma área maior de milho ‘solteiro’, e outra menor de feijão. Na maior parte dos casos, o terreno é preparado com o trator. O plantio é feito com matraca e as limpas com ‘campinadeira’ puxada com cavalo ou outro animal.

Mas, em geral, os sistemas produtivos familiares têm na criação animal a sua principal atividade. Em muitos casos, a produção para venda, da maioria das famílias, provém

do rebanho: é o leite<sup>37</sup>. Tanto em Muxuré Velho como em Carqueja, esta atividade ocupou uma parte importante das nossas conversas. Os sistemas técnicos da criação animal têm evoluído significativamente nos últimos tempos, sobretudo naquilo que se refere à alimentação. Antigamente, os rebanhos eram alimentados com o restolho dos roçados, particularmente o de algodão. A caatinga também tinha um papel de destaque neste ponto. Mas hoje, em todos os locais visitados, a silagem feita com milho e sorgo tornou-se elemento importante destes sistemas. Na Carqueja, esta prática é dominada perfeitamente e constitui a principal fonte de alimento para o rebanho leiteiro.

Cabe destacar que a silagem representa uma mudança importante nos sistemas dos agricultores familiares, na medida em que estes passaram a plantar para alimentar os animais, quando, no passado, o alimento proveniente dos roçados era apenas um subproduto. Bem conduzida, esta prática permite acumular uma boa quantidade de forragem para ser fornecida durante o verão. Por outro lado, é raro encontrar plantio de palma na região<sup>38</sup>. Os criadores vão ter que manejar estes estoques de forragem de forma a que eles cumpram não somente o papel de estoque para o verão, mas também a função de reserva estratégica de forragem para os anos de seca.

Na comunidade de Lagoa do Mato, os sistemas produtivos têm algumas particularidades que merecem ser registradas. Nesta comunidade, o caju também é uma cultura importante. Além disso, o roçado parece ter um peso um pouco maior que nas outras localidades visitadas. Ele inclui culturas que pouco se encontram em outras localidades da região. Por exemplo, a comunidade tem uma certa tradição com a mandioca. Esta cultura, que tem andado meio relegada ultimamente, principalmente por causa do baixo preço, mostra sinais de recuperação. Também estão experimentando com algodão agroecológico, conforme veremos a seguir.

---

37 O caso do agricultor RF, do Muxuré Velho, é um bom exemplo. Ele tem nove cabeças de gado. Destas, três são vacas em lactação. Ele produz atualmente uns 18 litros de leite por dia, que vende a um atravessador que passa no assentamento para pegar o leite dele a R\$ 0,50 / litro. Isto representa uma renda bruta mensal de R\$ 270,00. Apesar das queixas contra o atravessador, isto é uma receita bastante importante.

38 A palma (*Opuntia sp.*) é uma cactácea sem espinhos, de origem centroamericana, que é cultivada em diversas regiões nordestinas como fonte de alimento para os rebanhos. Um dos motivos que podem explicar o fato dela ser pouco plantada no Sertão Central seria a altitude. Segundo Guimarães Duque, J. (1980), a palma não produz bem em altitudes inferiores a 400 m. Conforme vimos anteriormente, a altitude dos municípios trabalhados pelo PDHC no Sertão Central se situa entre 150 e 250 m.s.n.m.



## O trabalho do PDHC e das ‘parceiras de ATP’ nos assentamentos e comunidades

O PDHC trabalha nos três assentamentos visitados, via as ‘parceiras de ATP’, desde o final de 2002. No caso da ‘comunidade’ de Lagoa do Mato, o trabalho teve início na expansão de 2005. Em dois casos, a ‘parceira de ATP,’ que começou o trabalho em 2002-03, continua sendo a mesma até hoje. Nos outros dois, houve uma mudança.

**Tabela 11 – Parceiras de ATP com atuação nas localidades visitadas**

Localidade	Parceira de ATP
Assentamento Muxuré Velho / Associação Muxuré Velho	Desde 2002 – CDDH – Antônio Conselheiro
Assentamento Feijão / Associação do Croatá	Inicial (2002) – CATAVENTO Atual – (a partir de 2005) ESPLAR
Assentamento Santa Elisa / Associação da Carqueja	Inicial (2002) - FETRAECE Atual – (a partir de 2005) SETAH
Comunidade (e Associação) de Lagoa do Mato	Desde 2005 - CETRA

Nas quatro localidades visitadas, o trabalho do PDHC / ‘parceira de ATP’ começou com a construção de cisternas de placas. Em todos os casos, este trabalho foi bem-sucedido: as cisternas foram construídas e as famílias manifestam satisfação com este tipo de reservatório de água. Esta ‘porta de entrada’ parece ter tido o papel de ‘treino’ para a relação PDHC – ‘parceira de ATP’ – comunidade.

Uma parte importante do trabalho das ‘parceiras de ATP’ é dedicado ao fortalecimento da organização local. Basicamente, isto quer dizer que a equipe técnica da ‘parceira’ faz um ‘acompanhamento’ da associação. Ou seja, eles estão presentes com frequência nas reuniões da associação. Por exemplo, no caso do ESPLAR, na Associação do Croatá, a equipe tem ajudado na regularização da documentação. Também participaram da discussão do regimento interno da associação, etc. Quando perguntamos sobre a contribuição da ATP, a primeira coisa lembrada pelos assentados da Associação da Carqueja foi o acompanhamento regular da associação. Isto se refere à presença dos(as) técnicos(as) nas discussões coletivas, na formação do pessoal para desempenhar diferentes tarefas na associação. A atual presidente da associação disse que eles eram “muito perdidos”, e que a ATP ajudou a encontrar um caminho. Este apoio vai até mais longe em alguns casos. Na Carqueja, lembram do papel muito positivo do conjunto ‘parceira de ATP’ e PDHC como mediadores em diversas ocasiões – como, por exemplo, nas negociações que permitiram que o assentamento pudesse obter o em-

préstimo de um trator e um reboque-pipa para fazer frente à crise da falta de água no assentamento em 2007.

Sempre relacionada com o tema da organização, uma outra atividade realizada nos diversos assentamentos é aquela do incentivo à criação de grupos de mulheres e grupos de jovens, como parte de uma política mais geral de favorecer um maior protagonismo destes segmentos sociais. Em alguns dos lugares visitados, tivemos oportunidade de observar estes grupos trabalhando. Por exemplo, um Grupo de Mulheres estava reunido no dia em que visitamos a Associação do Croatá. A equipe referencial de gênero do ESPLAR nos informou que, naquela tarde, o Grupo estava trabalhando, a pedido delas, o tema da saúde da mulher. No assentamento Santa Elisa/Carqueja, também tivemos a oportunidade de conversar com membros do Grupo de Mulheres, (Cf. Box 6).

#### **Box 6 – O Grupo de Mulheres do Assentamento Santa Elisa / Carqueja**

---

Este Grupo de Mulheres vinha se reunindo há algum tempo. Em 2007, surgiu a idéia de realizar um curso de corte e costura no próprio Assentamento. O evento foi organizado pelo próprio Grupo de Mulheres, com ajuda da equipe do SETAH. Conseguiram o apoio de um órgão estadual chamado Ação Social. Terminado o curso, o Grupo “deu uma parada”. Mas elas têm planos para continuar funcionando. Quando perguntamos se não seria melhor que cada mulher fizesse seu trabalho de costura em casa, elas responderam que não: a ‘graça’ é justamente sair de casa um pouco, conversar, etc. Por isso, elas estão procurando um lugar para poderem se reunir. Elas pensam que poderão obter recursos para ‘ajeitar’ uma casa que está disponível no assentamento.

---

Tabela 12 – ‘Projetos’ UD e FISP nas localidades visitadas

Localidade	UD ou FISP	Observações
Assentamento Muxuré Velho / Associação Muxuré Velho	FISP (social) cisternas (2003)	60 famílias beneficiadas
	UD - apicultura (início 2004)	Grupo inicial de 5 pessoas. Receberam material e capacitação. Hoje, só resta uma pessoa que cuida dos apiários.
	FISP - reestruturação da unidade de galinhas (2006)	
Assentamento Feijão / Associação do Croatá	FISP (social) Cisternas (2003)	
	FISP de ovinos (2006)	Grupo de 35 pessoas
	UD - horta irrigada agroecológica (2008)	Em fase de instalação no momento da visita. A horta está sendo instalada na beira de um açude grande existente no assentamento. Grupo de 14 pessoas.
Assentamento Sta. Elisa / Associação da Carqueja	FISP (social) Cisternas (2003)	
	UD de galinhas caipiras (2005)	A ideia original era produzir ovos. A proposta não alcançou os resultados esperados. O galinheiro está desativado.
	UD - glirícidia - banco de proteínas para o rebanho (2005)	Instalada área de 1,5 ha de glirícidia, que já começou a ser utilizada. As pessoas com quem falamos durante a visita avaliaram muito positivamente.
	FISP – tanque de resfriamento de leite e aumento de suporte forrageiro (2005)	Em pleno funcionamento. Deve permitir a consolidação do leite como principal produto do assentamento. A organização local possibilita um bom funcionamento do equipamento.
	UD de apicultura (em preparação)	Projeto pronto para ser apresentado ao PDHC. Será implementado por um Grupo de Jovens.
Comunidade de Lagoa do Mato / Associação Cipó dos Anjos	Cisternas (2005)	Investimento cofinanciado pelo P1MC.
	FISP de apicultura (2007)	Recursos para equipar uma casa do mel, que foi construída com apoio da Prefeitura. Existe um contingente bastante forte de apicultores na comunidade.
	UD de galinhas caipiras (2007)	Em fase de implantação, no momento da visita. O Grupo de Interesse que está implementando o 'projeto' é constituído exclusivamente por mulheres.



Conforme é possível ver claramente na tabela acima, em todas as localidades visitadas, existem vários ‘projetos’ financiados pelo PDHC na forma de UD e FISP. Como uma parte importante do trabalho da ‘parceira de ATP’ consiste na elaboração, implantação e acompanhamento de ‘projetos’ UD e FISP, a seguir discutiremos estas iniciativas com um certo detalhe. Para que o leitor possa ter uma ideia melhor do que representam estes ‘projetos’, apresentaremos aqui alguns exemplos.

### *O ‘projeto’ FISP de ovinos de Croatá*

A Associação do Croatá (Assentamento Feijão) foi beneficiada com um FISP de ovinos. O objetivo deste projeto era o de aumentar e melhorar a qualidade do rebanho. As 32 fa-

Foto 4 – Aprisco no Croata, Assentamento Feijão.





mílias participantes foram divididas em sete grupos (de quatro ou cinco famílias cada). Depois da preparação das instalações (construção de apriscos e implantação de bancos de proteínas), foram adquiridos 175 matrizes e sete reprodutores. Cada grupo recebeu um rebanho de 25 matrizes e um carneiro, um aprisco, material para construir cercas (uma parte daquilo que era necessário, já que a outra parte foi considerada contrapartida), uma área cercada de forragem proteica (leucena, guandu, que foram plantados com feijão e milho no primeiro ano). Esta área é usada para corte de ração para os animais, e não de pastoreio. Os primeiros recursos deste FISP saíram em 2006, sendo os animais comprados em 2007.

O manejo dos rebanhos dos grupos é curioso: durante o dia, eles são soltos nas ‘mangas’ de pasto, junto com os outros animais dos rebanhos individuais. No final da tarde, eles são recolhidos para o aprisco do grupo, ao mesmo tempo que as famílias recolhem os rebanhos familiares para as instalações (currais) familiares.

O pessoal presente na nossa pequena reunião fez questão de dizer que a prestação de contas deste ‘projeto’ foi feita recentemente. Por sinal, a equipe do ESPLAR que acompanha este grupo considera que esta fase de prestação de contas é parte crucial do aprendizado dos participantes e também do trabalho de reforço à organização.

#### *A unidade de criação de galinhas caipiras do Muxuré Velho*

Esta atividade começou como uma UD, com um ‘grupo de interesse’ de seis pessoas (de seis famílias), há uns quatro anos. Segundo os nossos informantes (o técnico do CDDH e alguns membros do grupo), recentemente a UD foi transformada em FISP, que está funcionando com o mesmo grupo.

Esta unidade produtiva é para produzir frangos de corte num sistema semi-intensivo. Ou seja, ele se diferencia tanto do sistema tradicional de criação no quintal (que pode ser chamado de extensivo) como do sistema intensivo de confinamento. Na realidade, no sistema observado, os frangos recebem uma ração balanceada rústica de fabricação local e têm também uma área que fornece alimento verde (capim) e outros alimentos (como insetos). A unidade está instalada numa área cercada de 60 m x 60 m. Tem dois galpões no centro da área, sendo o restante do terreno dividido em piquetes cercados, com um sistema de irrigação.

A parte física do FISP foi instalada e, no momento da nossa visita, já estavam terminando o terceiro lote de frangos. Como cada lote leva uns três meses para chegar ao peso de venda, isto significa que a unidade no formato novo estava funcionando fazia uns nove meses.



Foto 5 – Assentados do Muxuré Velho

A questão do novo formato é importante, porque o sistema mudou bastante quando passou a ser FISP. Segundo o técnico que acompanha esta iniciativa, a UD inicial serviu principalmente como aprendizado de “*como não fazer*”! Por exemplo, na UD eles criavam animais ‘pé duro’ (ou seja, galinhas locais). Além disso, ofereciam apenas um suplemento de milho. Como não tinha um sistema de irrigação, durante uma boa parte do ano (o verão) não tinha pasto para que o sistema semi-intensivo pudesse funcionar. Na realidade, segundo o técnico, era um sistema semi-intensivo com um manejo que lembra a forma ‘extensiva’ tradicional, mas com falhas: por exemplo, as galinhas, neste sistema, não tinham acesso aos restos de comida do quintal, que são uma fonte importante de sais minerais. Desta forma, as carências nutritivas produziam sinais bastante visíveis de estresse, como o hábito de se bicarem umas às outras, de bicar os muros, etc. Os resultados econômicos deste sistema foram ruins. Fazendo as contas a preço de mercado, o preço de venda não cobria sequer o valor do milho que era fornecido aos animais.

Um contato com o ‘especialista,’ nesta questão de criação de aves, permitiu introduzir diversas mudanças. A primeira foi a substituição dos animais ‘pé duro’ por galinhas de

raça. Embora isto faça com que se crie uma dependência com o fornecedor dos pintos, é uma condição para obter uma melhor conversão alimentar. A segunda inovação foi a introdução de uma ração alimentar balanceada. Mas esta ração é ‘balanceada’ localmente. Usa-se o milho produzido pelos assentados (o que significa 55% do peso da ração), ao qual agrega-se farelo de soja e de trigo, mais um composto mineral, que devem ser comprados. A fabricação local da ração permite reduzir o seu custo de maneira bastante significativa. A terceira ‘novidade’ foi a implantação de um sistema de irrigação por microaspersão nos piquetes que cercam os galpões das galinhas. A função deste sistema é a de produzir capim verde na época do ‘verão’. Também foram introduzidas diversas práticas simples de profilaxia sanitária, tais como zelar pela limpeza da água, acrescentar alho e limão na água para prevenir doenças, etc.

Mas mesmo com todas estas mudanças, os resultados econômicos ainda não estão consolidados. Os cálculos feitos a partir dos registros do grupo permitiram concluir que o primeiro lote rendeu bons frutos: o custo do frango saiu a pouco mais de cinco reais e o preço de venda, na comunidade, foi de oito reais. Segundo os entrevistados, deveria ser possível baixar este custo um pouco mais ainda, o que possibilitaria aumentar este lucro. Mas a receita bruta, ‘apurada’ com o segundo lote, foi apenas o suficiente para cobrir as despesas. E a previsão para o terceiro lote (em fase de terminação) era francamente sombria, já que houve uma perda de mais ou menos a metade dos animais e, além disso, ia ser necessário mantê-los por mais tempo para atingirem um tamanho correto.

O grupo estava discutindo possibilidades para reverter este quadro. Uma delas seria o de obter um melhor preço de venda. Uma possibilidade identificada pelo grupo seria a venda dos frangos na cidade (Quixeramobim), a 12,00 R\$ a unidade. Eles estão pensando visitar o espaço de comercialização da Feira da Agricultura Familiar para ver como seria. Mas vai ser necessário equacionar o problema do transporte para a cidade.

Numa conversa posterior, o técnico do CDDH falou que achava que os resultados bem mais fracos dos lotes 2 e 3 podiam estar relacionados à falta de ‘acompanhamento’. Quando perguntamos sobre os pontos que ele achava que poderiam estar sendo a causa destes resultados mais fracos, ele sugeriu que o Grupo poderia estar falhando no quesito ‘sanidade’ (deixando de colocar alho e limão na água, não zelando para que esta esteja sempre limpa, etc.).

### *Os ‘projetos’ da Carqueja*

A primeira iniciativa do PDHC, neste local, foi, como nos outros locais visitados, a **construção de cisternas**, por meio de um projeto FISP (social).

Em 2005, foi instalada a UD das galinhas caipiras. Neste caso, o objetivo era a postura. Mas esta iniciativa não deu certo por várias razões. As pessoas presentes na nossa reu-

não enumeraram algumas delas. Por exemplo, o sistema era muito dependente da ração de milho e o consumo desta era alto, o que fazia com que o custo de produção fosse alto. Isto foi agravado pelo fato de não ter pasto no cercado, no verão. Outro problema detectado foi o ‘canibalismo’ (as galinhas se bicavam umas às outras), o que provocava mortandade. Também houve dificuldades na comercialização da produção (distância da feira, etc.). Esta atividade acabou. Agora o mesmo grupo pensa em aproveitar as instalações para criar frangos de corte...

Mais ou menos na mesma época, foi instalada a UD de gliricídia. Trata-se de uma área cercada de quatro tarefas (aproximadamente 1,2 ha.). O objetivo desta área é de melhorar a ração fornecida principalmente ao gado de leite, já que a gliricídia, sendo uma leguminosa, fornece forragem com uma maior quantidade de proteína. Os assentados aproveitam esta forragem graças à máquina forrageira (ou ‘ensiladeira’), que tritura o material cortado. Já fizeram feno – colocando material triturado para secar ao sol e depois ensacando-o. Entendi que também foi utilizado na silagem. Tivemos a oportuni-

Foto 6 – Vista da área plantada com gliricídia na Carqueja.





de de visitar a área, que estava muito bonita. O grupo que nos acompanhou nesta visita fez elogios entusiastas a esta proposta. Resta saber se a área com plantio de gliricídia vai se expandir, seja para uso pelo 'coletivo', seja para uso familiar.

Foi instalado em Carqueja um tanque de resfriamento de leite (com capacidade de 2.000 litros), fruto de um 'projeto' FISP. É um equipamento bastante caro (custou R\$ 21.000,00). Teve um impacto significativo na comunidade, tendo provocado toda uma reorganização da comercialização do leite produzido pelas famílias. Antes, cada um tinha que levar a sua produção, como podia, para vender na cidade. Em geral, o leite ia de carroça de tração animal. Este sistema era pouco eficiente, causando muitas perdas. Por exemplo, para evitar que o leite azedasse, era necessário fazer duas viagens por dia, ou, se não, perder o leite de uma ordenha. O tanque permite agrupar todo o leite dos produtores da Carqueja, além daquele de alguns vizinhos mais próximos. Houve certamente um ganho na comercialização<sup>39</sup>. O funcionamento deste sistema requereu a montagem de um sistema de gestão, que permite o registro do movimento, o pagamento a cada quinzena, etc.. Conforme vimos, o tanque é complementado pelo transporte feito no caminhão de um membro da comunidade (que é uma das lideranças mencionadas acima). Vimos que o volume de leite que passa pelo tanque é de uns 400 l/dia (no momento da nossa visita, em maio). Segundo os informantes, este volume cresce a partir de agosto, para atingir 600 ou 700 l/dia.

Existe uma preocupação – principalmente da equipe assessoria técnica do SETAH – a respeito do futuro desta atividade do leite. É que esta atividade é muito dependente de um único comprador do leite e de uma liderança da comunidade, que é quem transporta o leite. Por isso, existe uma discussão sobre a possibilidade de beneficiar o leite. Esta discussão está ainda na etapa inicial. Para alimentar esta discussão, o SETAH e o PDHC organizaram uma visita de intercâmbio: um grupo desta comunidade foi visitar a Fazenda Tamanduá - que produz leite e queijos orgânicos - no município de Patos (PB).

Está em preparação o projeto para a instalação de uma UD de apicultura. Na época da visita, ainda não tinha sido submetido à apreciação do PDHC, porque a associação não estava com toda a documentação em dia, problema que devia ser sanado em breve. Nesta UD, que é principalmente para o grupo de jovens, está previsto um processo de capacitação.

---

39 Todo dia um assentado leva o leite para Quixeramobim com seu pequeno caminhão, para vender a um grande atravessador. Este compra o leite a R\$ 0,60 / litro (algo mais que aquele que compra no Muxuré Velho). Desta quantia, 6 centavos são para pagar o frete. Segundo os assentados, o comprador valoriza o leite deles, por ser resfriado e de boa higiene, mas isto não o leva a pagar melhor! O preço recebido pelo produtor – R\$ 0,54 / l. – é um pouco maior que o preço dos atravessadores que buscam o leite na propriedade. Mas há também um ganho na 'organização' da comercialização, o que garante uma maior segurança na venda e menos perdas.

### *Uma observação metodológica sobre as UD's*

Os exemplos de UD's aqui apresentados põem de relevo um aspecto metodológico interessante. É que, conforme vimos no capítulo 2, a UD tem, como papel primordial, a experimentação buscando o aprendizado. O Manual de Elaboração de Projetos de UD destaca este aspecto quando afirma que, nestas iniciativas, busca-se evitar “o risco que os(as) agricultores(as) familiares correm de fracassos econômicos de grandes proporções, (...) [frequentemente] gerados pela aplicação inadequada da tecnologia (ou pela inaplicabilidade da mesma), bem como pela imaturidade da organização social e administrativa para a gestão” (PDHC 2006a).

Vários dos casos observados ilustram perfeitamente estes propósitos. Por exemplo, no caso do Muxuré Velho, a experiência adquirida com a implantação da UD de criação de galinhas serviu, nas palavras de um técnico que acompanha o assentamento, para aprender “como não fazer”. Várias modificações foram introduzidas na reformulação da proposta que desembocou na elaboração de um projeto FISP. Este caso é particularmente interessante, porque mostra que resultados negativos (no caso da UD inicial) também são úteis como instrumento de aprendizado<sup>40</sup>.

Também cabe mencionar aqui que os projetos FISP também podem ser instrumentos pedagógicos. Por exemplo, no caso do tanque de resfriamento de leite, a organização da comunidade teve que se aprimorar para possibilitar o funcionamento do tanque.

### *O potencial da silagem*

Conforme foi dito acima, a prática da silagem é hoje bastante difundida no Sertão Central. No caso da comunidade da Carqueja (no Assentamento Santa Elisa), o grupo aprendeu a trabalhar com ela ainda no tempo da fazenda. Atualmente, eles dominam o processo completamente.

Neste caso, é possível dizer que foram as experiências desenvolvidas pelas comunidades que mostraram para as equipes das ‘parceiras de ATP’ e, principalmente, para o PDHC, que a prática da silagem tinha um grande potencial para outras áreas e territórios. Foi

---

40 Existem outros exemplos interessantes. Num caso da Paraíba, uma UD de criação de peixes produziu resultados econômicos positivos, mas outros problemas apareceram. Neste caso, o grupo teve êxito na técnica de criação e na comercialização. Todos avaliaram como extremamente rico o processo de aprendizagem e os seus resultados práticos. No entanto, avaliaram que não tinham condições de seguir em frente porque durante os três últimos meses da criação necessitavam de vigilância noturna para não haver roubo de peixes e isso era fatal para eles. Em outro caso, o grupo não encontrou nenhum problema em toda a fase de criação. No entanto, na fase de comercialização, disputou o mercado com pescadores artesanais que vendiam o peixe abaixo do valor mínimo que eles precisavam receber para cobrir os custos de produção e gerar renda para o grupo. Ou seja, o resultado, independentemente de ser negativo ou não, gera um aprendizado sobre o quê e como fazer, mas também, e não menos importante, sobre o quê e como não fazer.

esta constatação que levou o Projeto Dom Helder a dar atenção especial à questão da silagem e buscar formas para que esse tema entrasse na pauta dos intercâmbios e de outras formas de aprendizado. Em outras palavras, os gestores do PDHC aprenderam com as famílias e buscaram diversas formas para que esse conhecimento entrasse na pauta da assessoria técnica e também fosse tema de outras parcerias<sup>41</sup>.

### *O algodão agroecológico na comunidade de Lagoa do Mato*

Lembremos que, nesta localidade, os agroecossistemas de gestão familiar comportam os tradicionais roçados de milho e feijão, além de algumas áreas de caju. Além disso, o roçado inclui culturas que pouco se encontram em outros casos da região. Mas o caso mais interessante, naquilo que se refere ao roçado, é aquele do algodão agroecológico. Nesta comunidade, um grupo de agricultores está plantando este tipo de algodão desde 2005. Ele foi introduzido na região pelo ESPLAR, uma ONG que há muitos anos trabalha com o tema<sup>42</sup>.

Segundo os agricultores entrevistados, este tipo de algodão possui duas qualidades principais. Por um lado, ele é menos susceptível aos ataques do bicudo. Por outro lado, ele pode ser vendido a um preço maior. Os agricultores presentes na reunião foram bastante enfáticos ao apontar a significativa diferença no preço que é pago pelo produto: enquanto que o algodão convencional tinha, em 2008, um preço de 11 ou 12 R\$/arroba, o algodão 'agroecológico' era comprado por 25 R\$/arroba. Houve a menção de que o STR de Quixadá está envolvido neste trabalho, sendo quem organiza a compra do produto.

Tivemos a impressão, na visita, de que não havia um acompanhamento técnico específico desta iniciativa por parte da 'parceira de ATP' que trabalha na comunidade, mas informações colhidas junto ao ESPLAR mostram que, em 2008, 11 famílias de Lagoa do Mato produziram algodão agroecológico. Eles plantaram 29,2 hectares e colheram um total de 5.023 kg de algodão.

A partir de 2009, o PDHC abraçou esta proposta. Ele incentivou as 'parceiras de ATP' a trabalhar com esta ideia onde houvesse interesse das famílias. No caso de Lagoa do Mato, este interesse já existia, e o número de famílias envolvidas cresceu: em 2010, 24 famílias mostraram interesse em plantar algodão agroecológico. Isto significa que

---

41 O PDHC, através do FIDA, tomou a iniciativa de montar pesquisas participativas sobre o tema da silagem com o ICARDA (o centro internacional de pesquisa para as regiões semiáridas, localizado em Aleppo, na Síria) em parceria com as unidades da EMBRAPA Caprinos (Sobral, CE) e Semiárido (Petrolina, PE).

42 O ESPLAR também é 'parceira de ATP' do PDHC, embora não seja a 'parceira' de ATP que atua nesta comunidade. Em 1993, esta entidade iniciou, junto com a associação ADEC e o STTR de Tauá, um trabalho de experimentação participativa, que busca desenvolver uma forma sustentável de produzir algodão. No município de Quixadá, o ESPLAR trabalha o tema do algodão agroecológico em parceria com o STTR desde 2003.



a equipe da ‘parceira’ também vai ter que se envolver ativamente nesta atividade. Ela participará dos eventos de formação sobre o assunto que acontecerão nesta comunidade. Além disso, ela passará a fazer um acompanhamento das áreas plantadas.

### Box 7 – O PDHC e o algodão agroecológico

---

O roçado de sequeiro é um elemento muito importante nos sistemas produtivos familiares da região semiárida nordestina. Ele produz alimento (milho e feijão) e forragem para o rebanho. Até um tempo atrás, o algodão, que integrava este roçado, era uma fonte de renda muito importante para a família. Em crise desde a década de 1970, nos anos oitentas a chegada da praga do bicudo foi a ‘gota d’água’ e o algodão praticamente desapareceu dos roçados familiares. Esta fonte de renda não encontrou um substituto até hoje.

Houve diversas tentativas de revitalização da cultura do algodão, com técnicas convencionais (principalmente a aplicação de agrotóxicos para controle do bicudo), mas elas foram pouco eficazes no Nordeste. Algumas entidades decidiram trabalhar para desenvolver uma proposta agroecológica para a produção de algodão. Conforme vimos acima, este trabalho nasceu no Ceará no início da década de 1990. Mais tarde foi se alastrando para outros estados da região. Na sua essência, esta iniciativa inovadora está baseada em dois pilares: a) uma **proposta técnica** ‘agroecológica’ que permite conviver com o bicudo e preservar a base de recursos naturais e b) a colocação do produto em **mercados diferenciados** (mercado orgânico e mercado ‘justo’), que remuneram melhor a qualidade do algodão colhido.

A busca de alternativas de produção e renda que sejam sustentáveis é uma problemática que está muito presente em todos os territórios onde atua o PDHC. Foi feita uma primeira tentativa de trabalhar com a mamona (para produção de biodiesel), que não foi muito bem-sucedida. No ano 2008, o PDHC procurou o ESPLAR e a EMBRAPA Algodão. Foi firmada uma parceria entre estas três entidades com o objetivo de trabalhar o tema do algodão agroecológico nas áreas de atuação do Projeto Dom Helder.

Esta iniciativa começou a trabalhar em campo em 2009. No início do ano (fevereiro), aproximadamente 130 famílias das áreas atendidas pelo PDHC plantaram os roçados consorciados de algodão agroecológico em cinco territórios (Inhamuns e Sertão Central no CE, Apodi no RN, Cariri na PB, Pajeú em PE) onde atua o PDHC. Em 2010, houve uma expansão da iniciativa; 500 famílias adotaram o plantio do consórcio do algodão agroecológico nos mesmos cinco territórios.

A parceria com a Embrapa Algodão e o ESPLAR tem possibilitado a montagem de um sistema de capacitação e de acompanhamento das famílias envolvidas. Com isto, as equipes das ‘parceiras de ATP,’ atuando nos territórios mencionados, também passaram a trabalhar com este tema.



## **Outras informações interessantes**

### *A questão da elaboração de projetos de crédito PRONAF*

Foi dito anteriormente que o PDHC busca facilitar o acesso às políticas públicas para as famílias atendidas. Para a AF, a política de crédito é uma das mais importantes. Em nenhum dos locais visitados, encontramos a ATP envolvida com a elaboração de projetos de crédito PRONAF A, já que em todos eles as famílias já tinham acessado este crédito. Mas isto não significa que esta atividade não existe. Tem, por exemplo, o caso do Assentamento Vista Alegre, em que a equipe do CDDH está elaborando os projetos do PRONAF A para 19 assentados. Esta questão é interessante por serem a formulação e implantação do projeto de investimento, momentos decisivos para a vida da família assentada e que, frequentemente, o resultado deste crédito é desastroso. O técnico da entidade com o qual falamos comentou que, ao aplicar a mesma ‘filosofia’ PDHC da participação dos interessados na montagem dos projetos de crédito, saíram 19 projetos diferentes em Vista Alegre. Isto é bem diferente da prática comum, que faz com que os projetos de investimento de um assentamento saiam todos iguais.

Um outro caso é aquele da equipe do CETRA, no Assentamento Boa Água / Trapiá. Neste assentamento, que foi criado em 2000, em 2007 ainda não tinham sido elaborados os projetos de investimento. Esta ‘parceira’ assumiu a ATP neste assentamento em junho de 2007. A prioridade estabelecida imediatamente foi a de preparar os projetos de investimento PRONAF A. Um técnico da entidade assumiu a iniciativa de organizar a discussão do conteúdo destes projetos (ou seja, de quais seriam os itens / atividades a serem financiados). Além disso, o CETRA contratou uma pessoa, capaz de “mexer com as planilhas Pronaf do Banco do Nordeste”, para ajudar a elaborar estes projetos. Juntando os 130 projetos, o total do financiamento aprovado deu mais ou menos 1,7 milhões de Reais. O relato colhido com membros desta equipe indica que a implementação destes projetos está sendo bastante difícil devido principalmente ao ‘assédio’ aos assentados por parte de comerciantes pouco escrupulosos. O técnico da ATP e o mobilizador social que trabalham neste local estão se desdobrando para que o investimento seja feito nas melhores condições possíveis.

### *A evolução dos agroecossistemas em Lagoa do Mato*

A imagem mais comum dos agroecossistemas de gestão familiar é que eles são ‘rústicos’ ou ‘arcaicos’ e, pior ainda, que as famílias são ‘conservadoras’ quando a questão é inovação tecnológica. A realidade geralmente desmente esta imagem. Mas raras vezes temos encontrado um dinamismo como aquele da comunidade de Lagoa do Mato.

Vimos anteriormente que várias famílias desta comunidade estavam cultivando algodão agroecológico, uma inovação importante no contexto regional. Mas também pudemos

observar outras ‘novidades’ nesta localidade. Como acontece frequentemente na região, a criação animal é extremamente importante em Lagoa do Mato. Provavelmente seja o principal subsistema produtivo. Chamou-nos muito a atenção a história da silagem nesta comunidade. Esta prática, que foi introduzida somente em 2004, hoje se espalhou amplamente na comunidade. E como foi que isto aconteceu? Em 2004, a Prefeitura trouxe esta idéia de fazer silagem e proporcionou um apoio completo: ela arrou a terra para o plantio do sorgo / milho, emprestou a ‘ensiladeira’, financiou a mão de obra para cortar o milho e sorgo, a lona para fazer o silo. Nos anos seguintes, a Prefeitura foi cortando estes ‘apoios’, sendo que em 2008 ela forneceu somente a lona. Mas, segundo os agricultores com os quais conversamos, esta iniciativa foi suficiente para mostrar a utilidade desta prática, e hoje em dia a maioria das famílias fazem silagem, e com recursos próprios. Algumas famílias compraram ‘ensiladeiras’. Outras, que não compraram, as alugam para fazerem os seus silos.

Foto 7 – Consócio de algodão agroecológico, em Lagoa do Mato.



Além das inovações acima mencionadas, vimos outras. Uma delas é bastante comum na região<sup>43</sup>: a preparação do roçado, antes feita com tração animal ou na enxada, atualmente é feita com trator<sup>44</sup>.

Outro exemplo: há um conjunto relativamente importante de famílias que estão criando abelhas. Há ainda o caso de um jovem que está implantando uma ‘agrofloresta’ com um financiamento do Pronaf Jovem.



Foto 8 – Reunião para discutir a assessoria técnica na comunidade de Lagoa do Mato, município de Quixadá.

- 43 Neste caso, cabe mencionar que nem sempre uma inovação é positiva por todos os ângulos. Neste caso do trator, pode levar a prejuízos nos âmbitos ambientais (compactação do solo, dependência de insumos externos, etc), mas certamente tem um significado na quantidade e na ‘penosidade’ do trabalho.
- 44 A associação comunitária, que é bem ativa, administra um trator, que recebeu através de um ‘projeto’ alguns anos atrás. Além de cortar terra para os sócios a preço de custo, ele trabalha também para ‘fora’. No momento da visita, ele estava trabalhando para um programa de governo (com envolvimento do Estado e do Município) que está incentivando a expansão dos plantios – sobretudo aquele da mamona e do girassol para biodiesel – arando a terra de graça. Mas o tesoureiro da associação mencionou que estava sendo muito difícil receber o dinheiro pelo trabalho feito.



### 3.3 – O caso do Sertão do Apodi

#### 3.3.1 Rápida apresentação do Território do Sertão do Apodi

Dos 17 municípios que formam o Território do Sertão do Apodi, tal qual foi definido pela SDT (Secretaria de Desenvolvimento Territorial), o PDHC atua em dez destes: Apodi, Campo Grande (antiga Augusto Severo), Caraúbas, Felipe Guerra, Governador Dix-Sept Rosado, Janduís, Olho d'Água dos Borges, Rafael Godeiro, Umarizal e Upanema. Este território está localizado na região ocidental do Estado, junto à divisa com o Ceará. Apodi, onde está sediada a ULS, fica a pouco mais de 350 km de Natal. O acesso de Apodi a Mossoró (cidade de porte médio, a 70 km) é rápido e fácil.



Falando das características do Território, o supervisor do PDHC afirmou que o Apodi pode ser considerada “*uma região típica do semiárido*”, inclusive do ponto de vista cultural: as comidas, músicas, etc. No entanto, tem algumas particularidades interessantes, como a ‘dança cabocla’, que é do município de Caraúbas. Outro ponto interessante é que a região tem um gosto bastante marcado pelo teatro, que tem até a participação de pessoas do meio rural.



Foto 9 – Paisagem do município de Caraúbas (Território do Sertão do Apodi)

## O meio

Do ponto de vista ambiental, uma característica bastante importante do território é que uma parte dele tem um substrato de rochas sedimentares, enquanto que a outra é de substrato geológico cristalino. A parte sedimentar é uma espécie de faixa que atravessa o Território na direção leste-oeste (que pega uma boa parte do município de Caraúbas, além de partes dos municípios de Apodi, Campo Grande, Upanema). Nesta ‘faixa,’ existe água subterrânea, que pode ser usada para irrigação e outros fins, a uma profundidade bastante variável: é possível encontrar poços com nível dinâmico a partir de 20 metros, indo até cerca de 200 metros de profundidade.

No conjunto, o Território é uma área de baixa altitude, inclinada levemente de Sul para o Norte. A altitude dos municípios mais meridionais (Rafael Godeiro, Umarizal) fica entre 150 e 200 m.s.n.m. Naqueles mais ao Norte (Governador Dix-Sept Rosado, Felipe Guerra), fica entre 70 e 40 m.s.n.m. O rio Apodi-Mossoró e seus afluentes (rio Umarizal, por exemplo) atravessam a região neste sentido Sul-Norte. O pessoal da região distingue a ‘chapada’ do ‘vale’. Esta última é a área das margens do rio Apodi, que se diferencia nitidamente das outras, por ter uma maior presença de umidade praticamente o ano inteiro. É área de produção de arroz.

Assim como acontece no conjunto dos Sertões nordestinos, na região do Sertão do Apodi, o ano se divide em ‘inverno’ e ‘verão’ em função da chuva. De maneira quase idêntica ao que ocorre no Sertão Central, o período chuvoso, ou ‘inverno’, ocorre normalmente de janeiro a junho, como mostra o gráfico apresentado a seguir.

**Figura 3 – Distribuição mensal da chuva em Apodi (média dos anos 1961-1990)**



Fonte: [http://www.hko.gov.hk/wxinfo/climat/world/emg/s\\_america/brazil/apodi\\_e.htm](http://www.hko.gov.hk/wxinfo/climat/world/emg/s_america/brazil/apodi_e.htm)

Se considerarmos o conjunto do Semiárido, cabe mencionar que as médias pluviométricas anuais do Sertão do Apodi são relativamente altas, conforme poderemos ver na tabela a seguir. Mas, como acontece em todo o Semiárido, a região conhece secas mais ou menos graves periodicamente.

**Tabela 13 – Comparação das médias anuais pluviométricas do Apodi com aquelas do Cariri Paraibano**

Sertão do Apodi (RN)*		Curimataú / Cariri Paraibano**	
Município	Média anual (mm)	Município	Média anual (mm)
Apodi – Sítio de Góis	722	B. de Sta. Rosa	370
Gov. Dix-Sept Rosado	711	Soledade	391
Caraúbas	659	Cabaceiras	334
Umarizal	835		

Fontes: \* Anuário Estatístico do Rio Grande do Norte – 2003<sup>45</sup>; \*\* AESA – PB.

45 Disponível em <http://www.rn.gov.br/secretarias/idema/ae03/tabelas/1.3.2.xls>



## População e economia

Assim como acontece no Sertão Central, nos dez municípios do Território do Apodi, a população rural é minoritária (43%), embora este contingente represente aproximadamente 10.000 famílias. Mas existem coisas curiosas nestes dados. Por exemplo, o município de Olho d'Água dos Borges tem uma população total de apenas 4.461 habitantes. No entanto, segundo o IBGE, é um município 'urbano', já que mais de 70% desta população é assim classificada. O município de Rafael Godeiro é menor ainda, mas quase 60% da sua população é considerada 'urbana'. Este tipo de situação faz com que muitos afirmem que a 'urbanização' em certos casos pode ser uma ilusão.

**Tabela 14 – Área e População do Território (PDHC) do Sertão do Apodi /RN**

Municípios	Área (em km <sup>2</sup> )	População total	População rural		População urbana	
			hab	%	hab	%
Apodi	1.556,10	34.174	17.821	52,15	16.353	47,85
Augusto Severo (Campo Grande)	856,20	9.024	4.354	48,25	4.670	51,75
Caraúbas	1.099,90	18.810	6.506	34,59	12.304	65,41
Felipe Guerra	283,30	5.534	2.258	40,80	3.276	59,20
Gov. Dix-Sept Rosado	1.268,90	11.772	5.868	49,85	5.904	50,15
Janduís	352,70	5.597	1.836	32,80	3.761	67,20
Olho d'Água dos Borges	151,50	4.461	1.285	28,81	3.176	71,19
Rafael Godeiro	96,90	2.953	1.201	40,67	1.752	59,33
Umarizal	225,00	11.092	2.248	20,27	8.844	79,73
Upanema	857,30	10.991	5.948	54,12	5.043	45,88
<b>TOTAL</b>	<b>6.747,80</b>	<b>114.408</b>	<b>49.325</b>	<b>43,12</b>	<b>65.083</b>	<b>56,88</b>

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000.

A observação dos dados sobre a estrutura do PIB destes dez municípios permite identificar características que diferenciam esta região de outras. Vimos, no caso do Sertão Central, que os serviços são, de longe, o setor produtivo de maior peso. No caso do Sertão do Apodi, surpreendentemente, o setor secundário tem um peso significativo. Se descermos ao nível municipal, é possível observar que em alguns municípios (tais como Felipe Guerra e Gov. Dix-Sept Rosado) este setor é o principal. Na realidade, o que acontece é que parte da região em questão integra a bacia petrolífera de Mossoró, e a atividade industrial que aparece nos números citados está relacionada como a extração de petróleo. Esta atividade se reflete também num PIB 'per capita' bastante alto (nos dois municípios citados ele é quase

três vezes maior que nos municípios mais pujantes do Sertão Central). Mas achamos prudente não concluir que estes sejam municípios muito ricos, já que um PIB ‘per capita’ alto não significa uma boa distribuição deste PIB<sup>46</sup>. Para outros municípios, a estrutura do PIB é muito próxima daquela que encontramos nos municípios do Ceará.

A atividade petrolífera faz com que a Petrobras tenha uma presença marcante no Território. Isto significa empregos (embora a maior parte esteja em municípios vizinhos como Mosoró) e royalties pagos aos cofres de algumas prefeituras e também aos donos das terras de onde se extrai petróleo. Mas, recentemente, esta empresa tem investido bastantes recursos na ação social e ambiental. Como ela privilegia as áreas onde ela atua para estes investimentos, a Petrobras representa uma ‘parceiro’ em potencial para o PDHC. Veremos mais adiante que esta parceria já está permitindo a realização de diversas iniciativas no Território.

**Tabela 15 – Peso relativo dos setores econômicos no Território (PDHC) do Sertão do Apodi /RN – Ano de 2005**

Municípios	PIB total*	PIB per capita**	Agropecuária %	Indústria %	Serviços %	Impostos %
Apodi	159.551,41	4.425,47	7,0	41,3	47,4	4,3
Augusto. Severo (Campo Grande)	24.672,41	2.712,74	15,8	6,7	74,1	3,4
Caraúbas	81.118,74	4.529,50	7,9	34,7	52,6	4,9
Felipe Guerra	47.762,59	9.156,94	5,0	67,2	25,4	2,4
Gov. Dix-Sept Rosado	104.277,08	8.274,65	7,7	63,9	24,9	3,4
Janduís	14.934,94	2.788,97	9,8	10,2	75,7	4,4
Olho d'Água do Borges	12.351,60	2.814,22	9,1	8,6	78,4	3,9
Rafael Godeiro	7.888,58	2.685,93	13,3	7,5	75,7	3,5
Umarizal	35.713,11	3.218,27	7,7	8,7	78,1	5,5
Upanema	69.711,50	5.593,48	10,7	42,2	39,3	7,7
<b>Território</b>	<b>557.981,96</b>	<b>4.877,12</b>	<b>8,2</b>	<b>41,2</b>	<b>46,1</b>	<b>4,5</b>

Fonte: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2005>

\* Em 1.000 reais; \*\* Em reais.

46 Assim, por exemplo, o dados sobre IDH (tanto o geral, como a componente renda) destes municípios se situa na média do território (SDT, 2006).

## O peso relativo da Agricultura Familiar no Território

O Plano de Desenvolvimento Sustentável do Território do Sertão do Apodi começa a seção sobre estrutura fundiária dizendo:

*“O perfil da estrutura fundiária do Território se assemelha ao da maioria do estado, onde de um lado se concentram os minifúndios e propriedades familiares com o maior número de estabelecimentos e ocupando pequena fração de terras agricultáveis, refletindo a grande concentração fundiária da região” (SDT 2006).*

Olhando para os números do Censo Agropecuário de 1995-96, o quadro que aparece é mais nuançado. Existe certamente uma concentração fundiária. Mas os dados mostram, por exemplo, que a AF controlava, naquele ano, quase a metade (47%) da terra da região. Também é relevante o fato da AF ser responsável por 58% do Valor Bruto da Produção (VBP) agropecuária. Ao comparar este território com aquele do Sertão Central, os números mostram que no Apodi a AF já tinha, na época, um peso relativo bem maior.

Foto 10 – Feijão e girassol secando (Assentamento Remédio).



Tabela 16 – Importância relativa da Agricultura Familiar e Patronal no Território PDHC do Sertão do Apodi (RN)

Municípios		Nº de estabelecimentos	%	Área (ha)	%
Apodi	Total	1.777		92.047	
	Agricultura familiar	1.629	92	45.744	50
	Agricultura patronal	141	8	46.241	50
	Outros	7		60	
Augusto Severo (Campo Grande)	Total	1.319		96.081	
	Agricultura familiar	1.171	89	30.869	32
	Agricultura patronal	124	9	65.157	68
	Outros	24	2	54	
Caraúbas	Total	1.888		94.967	
	Agricultura familiar	1.712	91	45.988	49
	Agricultura patronal	169	9	48.796	51
	Outros	7		182	
Felipe Guerra	Total	531		16.865	
	Agricultura familiar	495	93	9.704	58
	Agricultura patronal	35	7	7.158	42
	Outros	1		3	
Gov. Dix-Sept Rosado	Total	1.195		63.118	
	Agricultura familiar	1.106	93	31.429	50
	Agricultura patronal	88	7	31.697	50
	Outros	1		0	
Janduís	Total	328		22.970	
	Agricultura familiar	281	86	10.360	45
	Agricultura patronal	47	14	12.610	55
	Outros	0	1	0	
Olho d'Água do Borges	Total	311		9.747	
	Agricultura familiar	292	94	7.667	79
	Agricultura patronal	19	6	2.080	21
	Outros	0		0	
Rafael Godeiro	Total	265		8.091	
	Agricultura familiar	249	94	5.961	74
	Agricultura patronal	16	6	2.130	26
	Outros	0		0	
Umarizal	Total	404		22.790	
	Agricultura familiar	341	84	9.436	41
	Agricultura patronal	61	15	13.351	59
	Outros	2		2	
Upanema	Total	569		39.870	
	Agricultura familiar	508	89	20.690	52
	Agricultura patronal	61	11	19.180	48
	Outros	0		0	
Território	Total	8.587		466.546	
	Agricultura familiar	7.784	91	217.848	47
	Agricultura patronal	761	9	248.400	53
	Outros	42	—	301	—

Fonte: SADE – Site: <http://www.incr.gov.br> (Censo Agropecuário de 1995-96 e Projeto INCRA-FAO)



**Tabela 17 – Importância relativa do Valor Bruto da Produção (VBP) da Agricultura Familiar e da Agricultura Patronal no Território do Sertão do Apodi (RN)**

Municípios	VBP Total (R\$)*	Agricultura familiar		Agricultura patronal		Outros	
		valor	%	valor	%	valor	%
Apodi	5.809	3.801	66	1.993	34	15	
Augusto Severo (Campo Grande)	3.893	2.173	56	1.694	43	26	1
Caraúbas	4.971	2.858	58	2.110	42	3	
Felipe Guerra	669	474	71	196	29	0	
Gov. Dix-Sept Rosado	3.298	1.390	42	1.909	58	0	
Janduís	1.238	755	61	483	39	0	
Olho d'Água do Borges	574	443	77	131	23	0	
Rafael Godeiro	491	385	78	106	22	0	
Umarizal	1.031	496	48	535	52	0	
Upanema	1.775	1.023	58	752	42	0	
<b>Território</b>	<b>23.749</b>	<b>13.798</b>	<b>58</b>	<b>9.909</b>	<b>42</b>	<b>44</b>	<b>-</b>

Fonte: SADE – Site: <http://www.incra.gov.br> (Censo Agropecuário de 1995-96 e Projeto INCRA-FAO) | \* Em 1.000 reais

**Tabela 18 – Número de famílias assentadas no Território (PDHC) do Sertão do Apodi (RN)**

Municípios	Famílias assentadas
Apodi	532
A. Severo (Campo Grande)	82
Caraúbas	244
Felipe Guerra	-
Gov. Dix-Sept Rosado	712
Janduís	-
Olho d'Água do Borges	-
Rafael Godeiro	-
Umarizal	49
Upanema	1.138
<b>Território</b>	<b>2.757</b>

Fonte: Site <http://www.mda.gov.br/sdt/> (MDA/Incra/SIR - 30/09/2007)

Assim como acontece no Sertão Central, a Reforma Agrária teve um peso significativo na região, principalmente depois de 1996. Somente o número de famílias assentadas representa um aumento de 35% nas unidades familiares do Território, tomando como referência os dados do censo de 1995-96.

### **Os sistemas produtivos**

Historicamente, o Apodi foi área produtora de algodão e, em menor escala, de cera de carnaúba. Sendo a região próxima do Seridó, o algodão local era do tipo arbóreo (ou ‘mocó’). Estas atividades aconteciam em propriedades médias ou grandes. Alguns dizem que o algodão “*acabou*”. Em todo caso, uma parte importante destas grandes propriedades – mais integradas no universo econômico capitalista (com crédito, dívidas, etc.) – faliu. E isto abriu espaço para a desapropriação de muitas áreas na região.

Segundo as pessoas entrevistadas, na parte sedimentar do Território, que tem uma presença marcante de AF, o caju é a principal atividade agrícola: por exemplo, o município de Caraúbas pode produzir umas 3.000 toneladas anuais de castanha. Apodi também tem uma produção importante. A castanha desta região é fornecedora de uma grande empresa exportadora de castanha – a AFICEL – com sede em Mossoró (que também é um município produtor). Na época do trabalho de campo, em 2008, esta cultura estava passando por uma crise: a chegada da praga da mosca branca dizimou muitos pomares de caju nesse ano.

Como vimos acima, outra atividade importante, embora circunscrita geograficamente, é aquela da produção de arroz. Ela acontece no vale do rio Apodi.

A criação animal, como em todo o Semiárido, é uma atividade econômica central. Destaca-se a importância da criação de ruminantes menores – caprinos e ovinos – que pode ser encontrada em todo o território. Outra atividade que vem se desenvolvendo bastante nos últimos 10 anos é a apicultura. Ela está presente em todos os municípios do território.



Tabela 19 – Os principais produtos da AF no Território (PDHC) do Sertão do Apodi (RN)

Municípios		Valor (R\$)
Apodi	<b>VBP total da AF</b>	<b>3.801.000</b>
	1º produto: Pecuária - leite	761.938
	2º produto: Algodão	659.940
	3º produto: Feijão	468.898
Augusto Severo (Campo Grande)	<b>VBP total da AF</b>	<b>2.173.000</b>
	1º produto: Pecuária - leite	767.058
	2º produto: Outr. cult. temp.	339.523
	3º produto: Pecuária - corte	224.510
Caraúbas	<b>VBP total da AF</b>	<b>2.858.000</b>
	1º produto: Pecuária - leite	862.831
	2º produto: Pecuária - corte	679.682
	3º produto: Galinhas	272.924
Felipe Guerra	<b>VBP total da AF</b>	<b>474.000</b>
	1º produto: Pecuária - leite	90.657
	2º produto: Milho	66.539
	3º produto: Arroz	48.506
Gov. Dix-Sept Rosado	<b>VBP total da AF</b>	<b>1.390.000</b>
	1º produto: Milho	212.175
	2º produto: Galinhas	207.883
	3º produto: Pecuária - leite	188.865
Janduis	<b>VBP total da AF</b>	<b>755.000</b>
	1º produto: Pecuária - leite	354.930
	2º produto: Pecuária - corte	94.810
	3º produto: Capim elefante	50.250
Olho d'Água do Borges	<b>VBP total da AF</b>	<b>443.000</b>
	1º produto: Pecuária - leite	119.321
	2º produto: Pecuária - corte	53.110
	3º produto: Feijão	51.806
Rafael Godeiro	<b>VBP total da AF</b>	<b>385.000</b>
	1º produto: Pecuária - leite	93.132
	2º produto: Galinhas	51.753
	3º produto: Feijão	47.791
Umarizal	<b>VBP total da AF</b>	<b>496.000</b>
	1º produto: Pecuária - leite	132.511
	2º produto: Pecuária - corte	72.223
	3º produto: Galinhas	67.460
Upanema	<b>VBP total da AF</b>	<b>1.023.000</b>
	1º produto: Pecuária - leite	328.917
	2º produto: Pecuária - corte	146.412
	3º produto: Galinhas	107.762

Fonte: SADE – Site: <http://www.incra.gov.br> (Censo Agropecuário de 1995-96 e Projeto INCRA-FAO)

É interessante observar que os números do Censo 95-96 sobre as principais produções da AF mostram um quadro um pouco diferente daquele apresentado pelos nossos entrevistados. O que mais chama a atenção é que nenhum dos informantes do Território se lembrou da produção de leite, que no Censo aparece com força inequívoca. Será que a situação mudou muito na última década, a ponto de justificar este silêncio?

### **A sociedade civil e o âmbito territorial**

Uma outra característica do Território é a presença marcante de associações, sendo muitas delas bastante atuantes. Existem Fóruns municipais de associações que debatem as políticas públicas<sup>47</sup>. É bem provável que esta característica tenha uma certa ligação com o fato de que a Igreja Católica teve uma atuação bastante marcante nos ‘anos de ouro’ das CEBs (décadas de 70 e 80). Na época, havia vários padres na região que gostavam bastante deste trabalho de sensibilização e organização junto às comunidades rurais. A CPT está presente até hoje na região, e teve uma atuação marcante na luta pela terra que foi bastante intensa nos anos 90. É interessante notar que este trabalho se desenvolveu na região, mesmo o bispo de Mossoró sendo considerado ‘conservador’. Hoje, o bispo é mais aberto e mais próximo do povo, mas o ímpeto do trabalho de base da Igreja arrefeceu bastante.

Vários entrevistados disseram que o Apodi é, de certa forma, privilegiado quando o tema é a qualidade dos STTRs. Eles acham que existem pelo menos quatro ou cinco que podem ser considerados os melhores de todo o Estado (Apodi, Caraúbas, Olho d’Água dos Borges, Umarizal, Janduís). Quando perguntamos o que significava ser um Sindicato ‘dos melhores’, explicaram que estes STTRs “lutam por direitos, reivindicam”. Um exemplo disto foi que eles se mobilizaram rapidamente e fizeram um levantamento das perdas devido às enchentes ocorridas em 2008, e apresentaram uma pauta de reivindicações sobre pagamento de crédito e outras compensações para amenizar estas perdas. Um outro aspecto mencionado nas entrevistas refere-se ao funcionamento interno destas entidades, onde há uma vida, uma comunicação entre direção e bases, etc. Um problema detectado é a falta de renovação dos dirigentes (como acontece em outras esferas, como aquela das associações). Quando perguntamos sobre a relação dos STTRs com a atividade produtiva, as respostas foram menos enfáticas. Parece que eles estiveram envolvidos com uma experiência com sementes crioulas...

---

47 Isto é uma característica do Estado do Rio Grande do Norte, já que os Fóruns municipais de Políticas Públicas existem em outros territórios (como, por exemplo, no Mato Grande). É bem provável que faça mais sentido pensar nestes Fóruns como ‘centrais de associações’, do que restringir a abrangência deles somente à discussão de políticas públicas.

Existe, no RN, uma disputa bastante intensa no âmbito sindical entre a FETARN e a FETRAF, que se vê refletida no Território. Os supervisores confirmaram que, de fato, existe esta disputa, mas eles fizeram questão de dizer que, sendo o PDHC uma ação de política pública, ela tem que atender os diversos grupos que organizam e representam a AF. Houve momentos, sobretudo no início, em que esta disputa aflorou nos espaços e iniciativas do PDHC. Mas, com uma visão de equanimidade, foi possível superar estas tensões. Hoje, as diversas organizações, mesmo identificando-se com lados diferentes, conseguem trabalhar juntas.

Cabe mencionar também que existem bastantes entidades (ONGs, cooperativas de técnicos) com presença no Território. O próprio PDHC mantém contratos com 10 entidades de ATP, além de duas entidades referenciais (uma de gênero e outra de geração).

Algumas características específicas fazem com que o Território do Sertão do Apodi seja diferente de outros onde atua o PDHC. A primeira é o fato de que as estruturas de gestão do ‘Território PDHC’ coincidirem com aquelas do ‘Território SDT’, hoje ‘Território da Cidadania’. A primeira providência foi fazer com que a área de atuação do PDHC coincida com o ‘Território SDT’. Assim, o PDHC trabalha nos mesmos 17 municípios, pelo menos formalmente, mesmo que o trabalho nas áreas (assentamentos e comunidades) seja em apenas 10 municípios. Além disso, o Comitê Gestor do PDHC é o mesmo daquele do Território. O supervisor informou que foi necessário inserir alguns parágrafos especiais no Regimento do Comitê, mas esta fusão tem sido bastante tranquila. A ULS (ou seja, o supervisor e a supervisora adjunta) faz o papel de articulador do Território. Estas pessoas têm um papel central na Secretaria Executiva, mesmo que não tenham voto no Comitê.

### 3.3.2 – A ação do PDHC no Território

Segundo dados do Relatório Físico-Financeiro 2001 – 2006 (PDHC 2006c), o PDHC trabalha em 58 localidades (ou ‘áreas’, na linguagem usada pela ULS), sejam elas assentamentos ou ‘comunidades’. Segundo a ULS, em 2008 este número era de 59 ‘áreas’.

**Tabela 20 - Tipos de localidade e Nº de famílias atendidas pelo PDHC no Sertão do Apodi (RN)**

Tipo de localidade	N	Famílias atendidas em 2006	Observações
Comunidades	33	936	Em geral, o trabalho em comunidades também é mais recente. No entanto, em 3 delas, o início data de 2002/03.
Assentamentos	25	935	
<b>Total</b>	<b>58</b>	<b>1.871</b>	

Fonte: (PDHC 2006c)

## Sobre os aspectos operacionais do trabalho do PDHC no Território

Inicialmente (em 2002), o PDHC atuou em cinco municípios do território. Na época, foram assinados contratos com oito entidades ‘parceiras de ATP’, além daqueles firmados com a entidade referencial de gênero e aquela de geração (mais duas entidades). Em 2003, foi integrado mais um município. Em 2005, o trabalho cresceu bastante, para abranger mais quatro municípios. Com a expansão, foram contratadas mais duas entidades de ATP<sup>48</sup>.

Temos então que, atualmente, a região de intervenção do PDHC cobre 10 municípios. O trabalho neste Território conta com equipes técnicas (28 técnicos(as) no total), contratadas por 12 entidades ‘parceiras’ (ONGs e cooperativas de técnicos) e uma equipe de ‘mobilizadores sociais’, sob a responsabilidade da FETARN. Vale a pena salientar aqui que, ao contrário do que aconteceu no Sertão Central (cf. seção 3.2.2), no Apodi não houve dificuldades para encontrar entidades capazes de implementar o trabalho de assessoria. Mas foram necessários bastante tato e muita conversa neste ponto, já que os conflitos presentes no âmbito sindical (cf. seção 3.3.1) também estavam presentes no universo das ONGs e cooperativas de técnicos. Mas, da mesma forma que foi possível achar um entendimento com as diversas correntes sindicais, também foram estabelecidos acordos com as entidades de assessoria. Por outro lado, de forma parecida com aquilo que aconteceu no Sertão Central, neste Território também foi necessário substituir uma das entidades contratadas (em 2004), já que o serviço prestado não teve a aprovação das comunidades que ela atendia.

Uma outra faceta do trabalho, que complementa a assessoria propriamente dita, diz respeito aos projetos UD e FISP. No período 2003 a 2008, foram elaborados e financiados 10 projetos UD e 90 projetos FISP, conforme podemos ver na tabela a seguir. Neste período, foram investidos aproximadamente R\$ 1.700.000,00 para projetos UD e projetos FISP<sup>49</sup>.

---

48 As entidades contratadas em 2002 foram: ATOS, TERRA VIVA, COOPERVIDA, DIACONIA, CEACRU, SERTÃO VERDE, TERRA LIVRE e COOTISA. Em 2004, a COOTISA foi substituída pelo Centro PEDRO de ABELHA. Em 2005 foram contratadas o CENTRO PADRE PEDRO e SEAPAC.

49 Este valor considera apenas os recursos desembolsados pelo PDHC, sem a contrapartida.

**Tabela 21 – Número de projetos UD e FISP aprovados para o Território do Apodi (RN) – período 2003-2008.**

Tipo de projeto	UD	FISP	Total
Cisternas		16	16
Ovinos		14	14
Criação de galinhas caipiras	5	8	13
Caprinos (carne e leite)		13	13
Infraestrutura social		12	12
Apicultura	1	7	8
Áreas irrigadas de produção agroecológica (hortas, pomares)	2	6	8
Barragem ou açude		3	3
Barragens subterrâneas		4	4
Unidade de beneficiamento de caju		2	2
Compra de implementos agrícolas		2	2
Material de pesca		1	1
Unidade de beneficiamento de leite de cabra		1	1
Manejo de caatinga	1		1
Banco de gliricídia	1		1
Implantação de cercas		1	1
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>90</b>	<b>100</b>

Fonte: Informação da UGP.

É importante registrar aqui que o PDHC tem conseguido mobilizar recursos de outras fontes para financiar ‘projetos’ nas comunidades nas quais trabalha (cf. seção a seguir). Exemplos disto são os projetos ‘Juventude Rural’ e ‘Molhar a Terra’, que recebem financiamento da Petrobras. Estas iniciativas não estão listadas na tabela acima.

### **O trabalho da ULS junto aos ‘parceiros de ATP’**

A rotina de trabalho da ULS com os ‘parceiros de ATP’ envolve uma reunião geral mensal: são as ‘reuniões de PMA’ (ou Planejamento, Monitoramento e Avaliação). Nela são tratadas questões mais gerais envolvendo a relação PDHC com os ‘parceiros’, questões de planejamento, e também alguma ‘troca de experiências’ entre as entidades presentes. Há também reuniões ‘bilaterais’ entre o PDHC e cada ‘parceira’, sem periodicidade fixa, que tratam de questões específicas da relação da ‘parceira’ com o PDHC. Também exis-

tem Grupos de Interesse territoriais, que se organizam em torno de temas. Por exemplo, existem GIs territoriais de apicultura, de cajucultura, de caprinocultura.

O Comitê Territorial do PDHC (que coincide, como vimos acima, com o Comitê Territorial para a SDT) se reúne periodicamente. Afirma-se que as discussões neste Comitê são de bom nível (qualificadas)<sup>50</sup>. O pessoal da ULS tem um papel importante de animação deste Comitê.

De modo semelhante com o que acontece no Sertão Central, no Apodi o PDHC trabalha para aperfeiçoar o serviço de assessoria realizado pelas 'parceiras de ATP'. Por exemplo, em 2008 e 2009 foram realizados vários eventos de formação para técnicos(as) destas entidades, que contaram também com a participação de agricultores(as). Alguns destes eventos trataram temas técnicos, tais como o manejo da caatinga, hortas e pomares irrigados ou algodão agroecológico. Outros versaram sobre temas metodológicos, como as capacitações em gênero e geração. Finalmente, houve eventos sobre assuntos mais 'operacionais', como a elaboração de projetos FISP e UD.

### **Os temas técnicos trabalhados pelo PDHC no Território do Sertão do Apodi**

Vimos anteriormente que a criação animal, em particular a de pequenos ruminantes, é uma atividade econômica importante no Território. Já existia uma produção de leite de cabra incipiente, que passou a ter o apoio do PDHC. A venda do leite para o Programa Estadual de distribuição de leite é um elemento importante. E é no contexto desta atividade de criação que se inserem as experiências de manejo de pastagem nativa.

A apicultura é outra atividade que vem se expandindo bastante em diversos municípios. Os apicultores do Território estão se organizando, formando uma 'rede'. Aqui o fato mais importante destacado pela supervisão é que existe um entreposto 'sifado' (ou seja, que já possui o certificado do SIF ou Serviço de Inspeção Federal). Isto significa que eles já poderiam vender mel para qualquer lugar do país, para as redes de supermercados, para a exportação... Ou seja, este fato tornaria possível colocar a produção de mel num patamar diferenciado.

Uma terceira atividade que está crescendo é aquela das hortas e pomares 'agroecológicos' irrigados: existem atualmente no Território nove experiências (em 4 comunidades e 5 assentamentos), que envolvem umas 230 famílias. Segundo o supervisor, isto tem origem no trabalho da Diaconia. É um trabalho que começou numa escala 'micro', mas que está ganhando uma dimensão ampla. Por exemplo, está em curso a instalação de

---

50 O supervisor citou, como exemplo de discussões 'qualificadas', as discussões que já ocorreram sobre o uso dos 'royalties' pagos pela Petrobras (já que a região é produtora de petróleo), ou ainda a discussão sobre o PAA.



36 áreas de produção deste tipo, no contexto do Projeto Juventude Rural, que é uma iniciativa conjunta com a Petrobras. O produto das hortas e pomares que já estão em funcionamento teve um impacto na alimentação das famílias. O supervisor afirmou que ouviu comentários do pessoal da área da saúde, dizendo que a fila nos postos de saúde diminuíram nas áreas onde existe este trabalho... Estas hortas e pomares têm criado 'excedentes', que estão sendo levados para as feiras da AF ou, em alguns casos, para feiras 'agroecológicas'. O PDHC presta assessoria a várias destas feiras no Território. Por outro lado, estas iniciativas estão propiciando oportunidades para acumular experiência sobre o delicado tema do manejo de áreas irrigadas no semiárido<sup>51</sup>.

Conforme vimos acima, a cultura do algodão quase que desapareceu no final da década de 80. No entanto, hoje existe uma produção de algodão herbáceo, muito menor que aquela do passado, sobretudo nas áreas de chapada, na parte mais ocidental do Território. Periodicamente, há um esforço do governo do Estado de 'revitalizar' esta cultura, utilizando sempre os 'pacotes' técnicos convencionais. Antes de 2008, existiam algumas experiências pequenas com algodão orgânico, realizadas por iniciativa desta ou aquela entidade do território. Neste ano foi firmado o convênio tripartite entre PDHC, ESPLAR e EMBRAPA Algodão, o que permitiu que começasse uma experiência de produção de algodão agroecológico nas áreas de trabalho do PDHC. Em 2009, 29 famílias de duas 'áreas' destas áreas (as comunidades de Sítio do Góis e Tabuleiro Grande) plantaram aproximadamente 34 hectares do consórcio do algodão agroecológico. Em 2010, houve uma expansão: 105 famílias de nove 'áreas' inscreveram-se para participar desta iniciativa.

### **A articulação do PDHC com outras políticas (e entidades) públicas**

A articulação com outras políticas públicas é um ponto que aparece bastante no discurso 'oficial' do PDHC. Pudemos observar que no Sertão do Apodi existem diversos exemplos onde isto acontece.

Foram articuladas várias ações conjuntas com o PCPR – PDS (o Programa de Desenvolvimento Solidário, com financiamento do Governo Estadual e do Banco Mundial). Um exemplo foi o financiamento de sete barragens sucessivas no Rio Umari (Ver foto da próxima página).

---

51 Quando o assunto é o manejo de áreas irrigadas no semiárido, uma questão que sempre é problemática é a do manejo dos solos e a salinização. As experiências em questão estão experimentando diversas práticas agroecológicas que contribuem para aumentar a matéria orgânica no solo (com aplicação de composto, cobertura morta e adubação verde, entre outras práticas), o que está permitindo evitar o processo de salinização, que é praticamente inevitável em áreas irrigadas em sistemas convencionais na região (Jalfim, Santiago et al. 2009).



Foto 11 – Barragem com passagem molhada, no rio Umari.

O PDHC tem estabelecido várias colaborações com o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) da CONAB, além de haver diversos casos em que as Prefeituras entram com recursos para comprar produtos da AF para a merenda escolar. Há ainda vários aportes para os projetos FISP Social, que além da contrapartida da comunidade, exige-se um cofinanciamento de outra entidade<sup>52</sup> (prefeitura, ONG, etc.).

Outros exemplos são as colaborações com as universidades UFRN e UERN. No primeiro caso, trata-se de um curso de técnico em agropecuária para filhos de agricultores, feito pela Escola Agrícola de Jundiá (que depende da UFRN). Já foram formados 240 jovens. Destes, uns 150 encontraram empregos em diversas ONGs, na EMATER (via concurso público), em prefeituras, etc. No caso da UERN, foi montado um curso de formação de jovens lideranças, já que foi constatado que não há renovação neste ponto. Uma turma terminou o curso de 6 meses. Quando terminou, o grupo avaliou que ‘foi bom’, mas longe de ser o suficiente. Foi então que se montou um cursinho de preparação para o vestibular que tem um formato diferenciado, que pensa não somente na prova do vestibular, mas também numa formação um pouco mais abrangente, incluindo uma fase de conhecimento dos diversos campos profissionais. Várias entidades – inclusive a UERN - estão envolvidas na montagem deste ‘cursinho’, que já está na terceira turma.

Outra parceria que vem avançando é com a UFERSA (Univ. Federal Rural do Semiárido), a antiga ESAM, da cidade vizinha de Mossoró. Existe uma proposta de mestrado para os técnicos das ‘parceiras’, desenhado de forma a acomodar pessoas que não podem parar de trabalhar<sup>53</sup>.

Cabe mencionar aqui as parcerias que o PDHC tem conseguido junto à Petrobras, que têm significado um aporte de recursos para iniciativas locais. O Projeto ‘Molhar a Terra’ tem permitido recuperar poços profundos, instalar áreas de irrigação e construir cinco adutoras, nos municípios de Caraúbas, Felipe Guerra e Upanema. Com o Projeto Juventude Rural, estão sendo instaladas 28 hortas agroecológicas e oito barragens subterrâneas para grupos de jovens.

Finalmente, cabe registrar aqui as informações colhidas sobre a questão do crédito, principalmente com o crédito do PRONAF. O supervisor destacou que, de forma geral, houve uma melhoria importante nas relações entre as entidades ‘parceiras’ do PDHC e os bancos (mais particularmente com o Banco do Nordeste – BN). O PDHC teve

---

52 Estes cofinanciamentos para FISP Social podem ser em dinheiro, materiais ou serviços. São contabilizados em R\$ no projeto.

53 De fato, esta proposta parece muito com o curso que a UFERSA já está oferecendo para extensionistas (basicamente da EMATER), financiado pela SAF/MDA.

uma atuação importante nesta aproximação. Houve, por exemplo, diversos momentos de capacitação para os técnicos das ‘parceiras’ que tiveram como objeto principal entender e saber operar a planilha para elaboração de projetos. Ao mesmo tempo, o próprio banco modificou esta planilha, tornando-a mais simples e mais ‘lógica’. Uma segunda iniciativa importante foi a criação de um Grupo de Interesse chamado de ‘Gênero e Crédito’. Graças às atividades deste grupo, houve avanços no que se refere ao acesso ao PRONAF Mulher. (Cf. a seção 4.4.1, a seguir) Há também outros casos interessantes. Por exemplo, existem algumas famílias que tiveram acesso ao PRONAF Florestas para instalar uma área manejada de caatinga (foi no Assentamento de Tabuleiro Grande). Quem elaborou os projetos foi a COOPERVIDA (entidade ‘parceira’). O supervisor afirmou que nas 59 ‘áreas’ onde trabalha o PDHC (ou seja, os assentamentos e comunidades), já houve a aprovação de projetos de crédito num valor de 12 milhões de R\$. Esta cifra inclui projetos nas diferentes modalidades do Pronaf: A, B, C, Mulher, Florestas.

### **As iniciativas de cunho territorial**

Como vimos no caso do Sertão Central, o PDHC não atua somente no que se refere aos assentamentos e comunidades. Há várias iniciativas que estão em andamento que têm um caráter mais amplo, mesmo que possam ter repercussões também para as famílias agricultoras das ‘áreas’ trabalhadas pelo PDHC.

Uma destas ‘iniciativas territoriais’, que merece destaque, é o apoio fornecido a diversas feiras livres agroecológicas. Cabe assinalar que este apoio não é individual para uma comunidade. É para um grupo de comunidades que já produzem e que vão produzir. O PDHC entra com recursos para a implantação de toda a estrutura necessária<sup>54</sup>. Inicialmente, é feito cadastro das famílias das respectivas comunidades e assentamentos que irão participar da feira, que podem incluir tanto comunidades que são atendidas pelo PDHC, como também outras localidades do mesmo município. O acompanhamento feito pela assessoria é centrado, principalmente, num processo de planejamento participativo, que visa organizar a administração da feira e também planejar a produção e a oferta de produtos ao longo do ano.

No Apodi, o PDHC apóia ‘feiras’ deste tipo em sete municípios (Jalfim, Rufino et al. 2008). Mas é interessante constatar que, neste caso, a atuação do Projeto não se restringe aos municípios maiores. Por exemplo, o PDHC está ativamente envolvido

---

54 O repasse dos recursos do PDHC para as feiras se dá através da parceira que acompanha o município. Ele é acompanhado com um processo de capacitação, planejamento, etc. A formação da associação de feirantes acontece depois da feira implantada, também com a assessoria da parceira de ATP.

na reativação da feira semanal de Olho d'Água dos Borges<sup>55</sup>, que é um dos menores municípios da região.

Uma outra ação de cunho territorial é o apoio dado pelo PDHC à CREDIOESTE – Cooperativa de Crédito fundada recentemente, com sede em Apodi.

Também vamos registrar aqui a iniciativa do vale do rio Umari. Trata-se de uma parceria bastante ampla – formada por comunidades, Prefeituras, STTRs, Governo do Estado, PDHC, ATOS, Diaconia, SDT – que se fixou como primeiro objetivo a perenização de um trecho importante deste rio. Já foram construídas sete das 14 barragens necessárias para atingir este objetivo. Ainda faltam outras. Num segundo momento, este conjunto de parceiros deverá trabalhar outros pontos, tais como a implantação de áreas irrigadas, a preservação das margens do rio, etc. Esta é uma iniciativa verdadeiramente territorial. Implementada em toda a sua plenitude, terá certamente um grande impacto na vida das áreas envolvidas.

### 3.3.3 O trabalho nos assentamentos e comunidades

O trabalho de campo no Território do Sertão do Apodi incluiu visitas a dois assentamentos e uma comunidade:

- Assentamento de Moacir Lucena – (município de Apodi);
- Assentamento Remédio – (município de Umarizal);
- Comunidade de Sombras Grandes - Milagres (município de Caraúbas).

Os assentamentos de Moacir Lucena e Remédio são atendidos pelo PDHC desde o início em 2002/3. Já a comunidade de Sombras Grandes – Milagres passou a ser integrada no trabalho em 2005. Nestas três áreas não houve mudança nas 'parceiras de ATP', conforme poderemos ver na tabela a seguir.

**Tabela 22 – Parceiras de ATP com atuação nas localidades visitadas (Apodi)**

Localidade	Parceira de ATP
Assentamento Moacir Lucena	Desde 2002 - COOPERVIDA
Assentamento Remédio	Desde 2003 - DIACONIA
Comunidade de Sombras Grandes – Milagres	Desde 2005 - ATOS

55 Há mais de 20 anos que a feira de Olho d'Água dos Borges não funciona. A proposta é que, reativada, ela se torne feira agroecológica, onde a comercialização seja feita diretamente pelos próprios agricultores.

## Informações breves sobre as localidades visitadas

A história do Assentamento Moacir Lucena<sup>56</sup> começa com a ocupação da Fazenda Boca da Mata, feita em 1996 por 33 famílias. O STTR e a CPT tiveram uma participação importante nesta ação. A ocupação durou dois anos. Em 1998, aconteceu a desapropriação. Viu-se que o tamanho da terra, com 705 hectares (bastante mais do que aparecia nos registros), não comportava todas as famílias ocupantes. Ficaram 20, sendo que as outras foram assentadas numa área vizinha. Cabe registrar que o grupo dos assentados era próximo: moradores da fazenda, famílias que já tinham sido moradoras e pessoal da vizinhança. Segundo o pessoal “*é praticamente uma família só*”.

Em contraste com aquilo que aconteceu em Moacir Lucena, em Remédio não houve ocupação<sup>57</sup>. Aconteceu que o antigo proprietário, um político local influente, tinha dívidas (ou seja, a fazenda estava hipotecada e, portanto, não podia ser vendida). Ele procurou o INCRA para que a terra fosse ‘desapropriada’. A fazenda (de quase 1.500 ha.) foi transformada em assentamento em 1998. Veio então a questão da escolha das famílias a serem assentadas. O STTR pensou que ele poderia fazer esta escolha, mas no meio do processo soube que o antigo dono tinha negociado com o INCRA o direito de indicar famílias para serem assentadas. Não conseguimos saber ao certo quantas foram estas famílias indicadas pelo fazendeiro-político (as versões variam – em certos momentos falou-se em 50%, em outros de uns 30%). No fim das contas, ao todo, foram assentadas 55 famílias.

Sombras Grandes é um típico ‘sítio’ nordestino. O presidente da associação local falou que, segundo contam os mais velhos, foi fundada por uma pessoa que estava fugindo da Guerra do Paraguai. Se isto for verdade, então a data de chegada desta pessoa é pelos anos 60 ou 70 do século XIX. Existem na comunidade duas casas velhas feitas integralmente de blocos de pedra fixados com barro. Uma inscrição bem legível encontrada numa telha atesta que a casa onde mora a mãe do presidente foi construída em 1922 pelo bisavô dele. E dizem que este era neto ou bisneto do fundador... Neste quadro, as 30 famílias que fazem parte da comunidade atualmente são “*todas parentes*”. Como é o caso em outras comunidades do mesmo tipo, houve a entrada de pessoas ou até de famílias ‘de fora’, mas, no espaço de uma geração, já tinham sido incorporadas à família do lugar. Como acontece com frequência em comunidades deste tipo, a subdivisão da terra por herança vai gerando um forte ‘bloqueio’ para a reprodução das famílias, sobretudo as mais jovens. A resposta típica diante desta situação é a migração. Com a instalação

---

56 Moacir Lucena era o presidente do STTR na época da ocupação. Ele faleceu pouco depois. Foi então que os assentados decidiram homenageá-lo colocando o seu nome no assentamento.

57 Foi interessante ver que algumas pessoas colocaram isto com bastante ênfase, tomando distância daqueles que fazem ‘ocupação’ (os ‘desordeiros’).



de vários assentamentos nas proximidades, recentemente algumas famílias saíram da comunidade para fazer parte de um assentamento.

### **Duas trajetórias contrastantes**

Vale a pena fazer um paralelo entre as trajetórias percorridas pelos dois assentamentos visitados. Foram criados no mesmo ano de 1998. O parcelamento levou as famílias a situações bastante parecidas em termos de acesso a recursos: em ambos assentamentos as parcelas familiares medem em torno de 20 hectares. Nos dois assentamentos, foi reservada, nas terras melhores para a agricultura, uma área dita ‘coletiva’ que, de fato, é explorada individualmente (cada família cuidando do seu pedaço de roçado)<sup>58</sup>. Existem ainda as ‘reservas legais’, que representam 20% da área do assentamento, que são usadas como área de pastejo durante o período do ‘inverno’. Existe um ponto diferencial no que se refere à dotação de recursos naturais: Moacir Lucena está localizado numa área sedimentar e tem água de poço, enquanto que Remédio está numa área de substrato cristalino e, mesmo tendo vários açudes, tem uma situação de água um pouco mais difícil. No entanto, na nossa opinião, é o processo de criação e instalação destes assentamentos que motivou as maiores diferenças e levou a resultados bastante diferenciados, como veremos a seguir.

#### *O Assentamento Moacir Lucena*

Em Moacir Lucena, os passos que seguem a imissão de posse aconteceram regularmente. A construção das casas foi feita pelos próprios assentados e foi um sucesso. Em seguida, houve a construção de cisternas (com recursos da Diocese e do P1MC). A chegada dos recursos do ‘fomento’ do INCRA permitiu a compra de um trator com implementos. O parcelamento foi feito no ano 2000. Em 2003, foram elaborados e aprovados os projetos de investimento do PRONAF A.

Estes projetos foram elaborados pela equipe técnica da COOPERVIDA, a entidade que faz a AT do grupo até hoje. Estes projetos, que foram todos iguais, incluíram cercas, boi de tração e carroça, 10 matrizes caprinas e um reprodutor, um aprisco rústico, tanque ou tinas para água para os animais, 10 colmeias, 2,5 ha de desmatamento e 1 ha de caju (que foram im-

---

58 A título de exemplo, vejamos o que aconteceu no parcelamento do assentamento Moacir Lucena. As parcelas medem todas pouco mais de 19 hectares. Têm o mesmo formato: longas e estreitas. há também uma área de ‘reserva legal’ de 160 ha. e uma área ‘coletiva’ de 60 ha. Nesta última, foram implantados 20 ha. de caju. Os 40 hectares restantes são usados para cultivar roçados anuais. Ao que parece, estes roçados são principalmente para produzir forragem para os animais. Colocamos então aspas na palavra ‘coletiva’, já que tanto os cajueiros como os roçados nesta área são familiares, embora possa haver momentos de ajuda mútua, mutirões, etc.



Foto 12 – Fazendo um registro do roçado de algodão consorciado com gandu, no Assentamento Remédio.

plantados todos juntos na área ‘coletiva’). As famílias queriam incluir uma vaca, mas o banco vetou. No entanto, apesar deste desacordo, segundo os assentados que entrevistamos, em geral os projetos respondiam aos desejos e às possibilidades das famílias. No ano seguinte, as famílias tiveram acesso a um ‘complemento’ do PRONAF A, que serviu para aumentar o rebanho (matrizes e reprodutor caprino), o apiário, as cercas. No caso do ‘complemento’, os projetos foram diferenciados, na medida em que uns pediram mais colmeias, outros mais animais ou mais cercas. Em 2007 apareceu uma nova oportunidade, com o Pronaf Infraestrutura. Neste caso, foi necessário fazer o PRA (Plano de Recuperação do Assentamento), trabalho que foi realizado com a COOPERVIDA. Cumprido este requisito, as famílias que não tinham impedimento (houve caso em que uma família saiu e o substituto ainda não tinha a situação regularizada pelo INCRA, etc.) podiam solicitar mais um crédito de investimento de até R\$ 6.000,00. Desta vez, as 16 famílias que acessaram conseguiram incluir aquilo que o banco vinha lhes negando desde o início: a aquisição de duas matrizes bovinas. Também vieram mais 10 matrizes caprinas, cercas e 1,5 ha de catinga manejada. (Cf. item mais adiante) Os contratos do PRONAF A prevêm três anos de carência. Já venceu a carência para os créditos contratados em 2003, e as famílias começaram a pagar. Pelo que nos foi dito, todos as famílias estão pagando sem grandes problemas.

Ao mesmo tempo, houve uma série de investimentos do PDHC na comunidade. A primeira iniciativa foi a implantação de um experimento de caatinga manejada, instalado em 2003. Houve uma série de capacitações realizadas sobre diversos assuntos.

O assentamento Moacir Lucena teve acesso a dois FISP, que se complementam. O primeiro, chamado localmente de 'FISP das mulheres', financiou uma expansão do rebanho caprino. O segundo permitiu o equipamento de uma unidade de transformação do leite de cabra. O 'FISP das mulheres' financiou 60 matrizes e 5 reprodutores. A ideia principal neste caso foi buscar a melhoria da aptidão leiteira do rebanho<sup>59</sup>. O segundo FISP financiou uma unidade de beneficiamento de diversos produtos, que incluem leite (principalmente leite de cabra) e polpa de fruta. Os recursos deste projeto FISP também permitiram a compra de mais 40 matrizes caprinas. Embora os dois FISPs tenham um aspecto 'coletivo', uma boa parte deles destinou-se ao fortalecimento das unidades familiares. É que as matrizes foram distribuídas entre as famílias: cada uma ficou com cinco. Para os reprodutores, existe um arranjo que exigiu a formação de cinco grupos de quatro famílias que precisaram se organizar para cuidar e usufruir de um reprodutor. Já a unidade de beneficiamento é coletiva, ficando na responsabilidade da associação. No momento da visita (em 2008), esta unidade de beneficiamento ainda não estava plenamente 'organizada', e funcionava esporadicamente.

Em paralelo, houve uma série de investimentos ditos 'sociais'. Foi construída uma sede para o Grupo de Jovens, ao qual foi agregada uma quadra de esportes, financiada por um FISP social do PDHC. Mais recentemente, foi instalada uma horta para ser explorada pelo Grupo de Jovens. Esta iniciativa teve financiamento do Projeto Juventude Rural da Petrobras, e o acompanhamento técnico do 'sistema PDHC' – equipe técnica da 'parceira de ATP', mais 'especialistas' no tema da irrigação.

Ao conversarmos com diversas pessoas deste assentamento, pudemos observar a satisfação e o otimismo destes interlocutores. O 'mobilizador social' deste assentamento lembra claramente da sua situação antes de ser assentado, e afirma que a sua vida atual é muito melhor!

### *O Assentamento Remédio*

Já a trajetória do Assentamento Remédio foi mais conturbada. Depois da desapropriação, seguiram os vários momentos comuns da vida de um assentamento. Chegaram

---

59 A compra destes animais provocou uma intensa mobilização das famílias, da AT do assentamento e do PDHC também. As matrizes foram compradas em Sertânia, por orientação do PDHC. Os reprodutores vieram de Sumé (na PB). Uma comissão com pessoas do assentamento e um técnico da COOPERVIDA foram para PE para ver os animais. Este processo não foi simples. Por exemplo, foi necessário realizar mais de uma viagem, mas no fim o pessoal ficou muito satisfeito com a compra, já que conseguiram animais de boa qualidade por um preço bom.

os recursos do ‘fomento’, que permitiram a compra de mantimentos (‘cestas básicas’), mas também a instalação de cercas e a compra de um trator. Mais tarde, chegaram os recursos para a construção das casas. No caso de Remédios, elas foram feitas por uma empreiteira. O presidente daquela época destacou o fato dele ter insistido em ter a presença regular do pessoal do INCRA para fazer os pagamentos à empresa. Isto aconteceu razoavelmente e foi muito positivo na opinião dele. Mas, depois disso, o INCRA “*não apareceu mais*”, o que, para o mesmo informante, é um prova de descaso e até de desrespeito.

Foram chegando outros ‘benefícios’ por diversos caminhos. Por exemplo, foi feita a eletrificação da agrovila, no momento da distribuição de benesses de uma ‘política’ (ou seja, de uma eleição). Mais tarde foram construídas cisternas de placas em todas as casas, graças ao P1MC. Um outro assentado relatou que, quando ele foi presidente, “*pegou uma época de política*”, o que possibilitou a obtenção de um projeto para compra de uma máquina debulhadeira de grãos (que, infelizmente, nunca funcionou)<sup>60</sup>, além da construção de uma escola. Recentemente foi apresentado um ‘projeto’ para o PDS (Programa de Desenvolvimento Solidário – o PCPR) que inclui uma nova debulhadeira de milho, além de uma máquina forrageira.

Em 2003, chegou a assessoria técnica, através de um contrato do PDHC com a DIACONIA (uma ONG que já atuava na região). Neste mesmo ano, caberia a elaboração dos projetos para crédito de investimento PRONAF A. Mas este ponto foi problemático: a equipe da DIACONIA não se dispôs a fazer este trabalho, motivo pelo qual os projetos tiveram que ser elaborados por um técnico de uma outra ONG (Terra Livre). É bem provável que este ‘desencontro’ tenha provocado um certo ‘descolamento’ dos projetos de investimentos com o processo de assessoria que estava começando. Em todo caso, o resultado desta elaboração foi que todos os projetos saíram idênticos. Incluíam: um rebanho caprino de 27 matrizes e 1 reprodutor, um boi de tração e uma carroça, 1.000 m de cerca de 8 fios, o desmatamento de 1 hectare e o raleamento de outro. Também incluiu um ‘aviário’ de quintal com 60 galinhas, além de um tanque (depósito) para água nos lotes, mais um aprisco rústico.

Neste assentamento, não foi possível acessar o ‘complemento’ do PRONAF A (aquele que permite alcançar o teto que desde 2003 já aumentou várias vezes). A explicação que nos foi dada é que, no momento que surgiu a questão, o município estava inadim-

---

60 Por sinal, a história da debulhadeira é tragicômica: foi comprada, mas não foi possível adaptá-la para funcionar com o trator do assentamento. O presidente da época disse que nem ele, nem quem vendeu a máquina, sabiam desta incompatibilidade. A associação gastou dinheiro para tentar fazer uma adaptação, mas não deu certo... O resultado é que esta debulhadeira ainda está parada.

plente com o PRONAF B. Mas será que esta situação perdurou durante vários anos? Os nossos entrevistados tiveram muita dificuldade em fornecer informações mais detalhadas sobre esta questão. Ou seja, o quadro, neste ponto, é bastante confuso. De qualquer maneira, há bastante gente do assentamento que está inadimplente com o PRONAF A.

Em 2004, Remédio teve acesso a um ‘projeto’ FISP. Ele permitiu a construção de nove barragens subterrâneas e 11 cacimbões, além de instalar uma horta e recuperar um pomar de acerola. Mas os ‘pessimistas’ lembraram que várias barragens não foram ‘aprovadas,’ já que têm vazamentos que anulam o efeito de retenção de água. Mas, por outro lado, a equipe da Diaconia afirmou que nem todas as barragens que têm água estão sendo aproveitadas plenamente. Ou seja, os problemas técnicos das barragens (os vazamentos) não são os únicos que precisarão ser resolvidos.

Também foram realizadas diversas atividades de capacitação. Os entrevistados lembraram de eventos sobre a gestão da associação, manejo de recursos hídricos e sobre Agroecologia. Houve um convênio com o SEBRAE que ministrou um curso sobre criação de caprinos, fenação, silagem e apicultura. Existem 14 apicultores no assentamento que já estão produzindo mel, com a ‘ajuda’ de um projeto que foi elaborado com a assessoria da equipe de ATP da Diaconia e financiado através de um Fundo Rotativo Solidário do Banco do Nordeste - BNB.

O coordenador do grupo dos jovens lembrou das diversas iniciativas no âmbito cultural, que envolvem principalmente os jovens. Foi lembrada a Arca das Letras. Há também o Projeto Juventude Rural – Petrobras que está para ser instalado. Neste caso, o grupo é formado por 17 jovens. O assentamento tem um grupo de teatro que conseguiu fazer uma viagem de intercâmbio.

Segundo a visão dos ‘pessimistas’, que dominaram a palavra na nossa reunião, o balanço deste processo de 10 anos de história do assentamento é bastante negativo. Por exemplo, foi dito que “*muita gente voltou para a rua*”, devido, sobretudo, aos problemas no abastecimento de água. E este tipo de afirmação sempre ‘carrega’ uma conotação muito negativa, sugerindo ou até afirmando que houve abandono do lote. Em outro momento foi dito que “*o povo acabou com a criação, porque era a única fonte de renda*”, o que significa que (algumas) famílias venderam o rebanho num momento de ‘aperto’ econômico, e que, portanto, agora, estão totalmente descapitalizadas. Para uma das lideranças, faltou acompanhamento e capacitação, para que os assentados pudessem ter mais sucesso. Mas outros participantes da reunião deram depoimentos bem mais positivos. Por exemplo, um deles afirmou que chegou ao assentamento com a família e uma bicicleta. Hoje ele tem um rebanho de quatro reses e 15 ‘criações’, além de ter “*várias bicicletas em casa*”.



A questão da água certamente foi um problema crucial em Remédio. Mas houve uma série de investimentos que buscaram resolver esta questão: cisternas, reconstrução de açude (financiado por projeto FISP), barragens subterrâneas e cacimbões. Para o ‘mobilizador social’ do assentamento, “*não falta água; falta organização*”. Já outra liderança acha que o INCRA deveria construir uma adutora para trazer água de um açude que não seca, distante uns 35 km...

### *Comparando as trajetórias*

O contraste entre estas duas trajetórias é marcante. A primeira diferença que salta aos olhos é aquela da constituição do grupo dos assentados. Em Moacir Lucena, “*é quase uma família só*”, enquanto que em Remédio, a heterogeneidade do grupo certamente contribuiu muito para os conflitos que têm sido a tônica desde o início. A organização local reflete esta questão. Por exemplo, no momento da construção das casas, em Moacir, o grupo brigou e obteve que a gestão da construção ficasse na comunidade. Em Remédio, o máximo que se conseguiu foi um certo controle sobre a empreiteira, e isto com a convocação constante do INCRA. O contraste entre a autonomia do primeiro grupo e a falta desta no outro apareceu em mais de uma oportunidade. A dificuldade organizativa se reflete na própria organização dos sistemas produtivos. Por exemplo, a área ‘coletiva’ de terras agrícolas de Remédio esta sendo subutilizada, principalmente porque os assentados não conseguem chegar a um acordo sobre como fazer um melhor uso deste espaço.

Cabe também analisar o papel da ATP nestas trajetórias. Ficou bastante claro para nós que a relação da assessoria técnica com o Assentamento Lucena é um reforço ao dinamismo do grupo. A equipe da COOPERVIDA esteve presente em diversos momentos importantes, tais como aquele da elaboração do projeto de investimento PRONAF A. Os dois projetos FISP são claramente uma prolongação do processo de estruturação dos agroecossistemas de gestão familiar, e iniciam a instalação de uma unidade de beneficiamento de um produto que foi escolhido como estratégico pelos assentados (o leite de cabra). Já no caso de Remédio, a entidade que presta assessoria técnica não é aquela que elaborou os projetos de investimento. Não conseguimos informação sobre o motivo que impediu a Diaconia, que certamente já atuava no assentamento, de elaborar estes projetos. Por outro lado, não há consenso até hoje sobre o rumo que deve tomar a estruturação dos agroecossistemas de gestão familiar no assentamento. A opção pelas ‘criações’ (ou seja, cabras e ovelhas), colocada nos projetos PRONAF A, está longe de ser unanimidade. A própria Diaconia admite que a assessoria prestada a esta comunidade deixou a desejar. Argumentou que a ‘rotatividade’ dos técnicos que trabalharam neste assentamento foi um entrave ao bom desenvolvimento do trabalho, mas avaliaram que nos últimos meses houve um maior ‘equilíbrio’ neste ponto.







Foto 13 – Casa antiga da comunidade de Sombras Grandes

Na nossa opinião, não se pode dizer que a ATP é plenamente responsável nem dos sucessos nem dos problemas aqui apontados. Evidentemente, a história e as características do grupo do Assentamento Moacir Lucena fazem com que ele tenha nítidas vantagens quando comparado ao Assentamento Remédio. No entanto, é fácil imaginar que um acompanhamento mais consistente teria criado melhores condições para o avanço deste último.

### **As mudanças encontradas na comunidade Sombras Grandes – Milagres**

Vimos acima que Sombras Grandes – Milagres é um ‘sítio’ tradicional, que existe há mais de um século. O PDHC começou a trabalhar nesta comunidade recentemente, na ampliação que houve em 2005.

#### *Os agroecossistemas e a situação das famílias em 2005*

A comunidade tem 30 famílias. Como nem todas são proprietárias, estima-se que há umas 20 propriedades na comunidade. As famílias restantes são de filhos/as que casam e constroem moradia no terreno dos pais. O tamanho destas propriedades varia entre

5 e 80 hectares. Esta diferenciação tem origem nas vicissitudes da herança, dos anos climáticos (secas), da saúde e da capacidade da família<sup>61</sup>.

As unidades produtivas, mesmo tendo tamanhos diferenciados, apresentavam configurações produtivas bastante semelhantes entre si. Todas tinham um roçado onde eram cultivados o milho, o feijão e o algodão. As famílias também criavam ‘miunça’ (cabras e ovelhas), gado e ‘animais’ (equinos). Em algumas propriedades, conforme a aptidão dos solos e o tamanho, há áreas modestas de caju<sup>62</sup> (de 50 até 200 pés). Para a maioria das famílias, esta configuração do agroecossistema não produzia o suficiente para assegurar a sobrevivência das famílias. O recuo do algodão, que ainda é plantado, mas em escala muito menor que antigamente, só fez agravar o quadro. Havia a venda de milho e, eventualmente, de algum produto animal, mas que gerava uma renda pequena. Assim, as famílias se viam obrigadas a trabalhar ‘na diária’ ou cortando a mata para fazer e vender carvão. Pessoas que conheceram este sítio, em 2005, falam de uma situação bastante dramática, tornada mais visível pelas de casas de taipa nas quais moravam as famílias (com exceção das duas casas de pedra antes mencionadas).

Havia ainda um outro problema que tornava a vida ainda mais penosa: a questão da água. Existiam alguns barreiros pequenos que secavam assim que terminava a época da chuva. Outra fonte relativamente próxima que sustentou a comunidade durante muito tempo foi a cacimba. Mas esta desmoronou de tal maneira que tornou-se impossível recuperá-la, pelo menos com os meios dos quais dispunha a comunidade. Existiam dois poços na comunidade, mas nenhum deles funcionava. Assim, as famílias iam buscar água a 6 km de distância, com ajuda dos animais (jumento ou cavalo, carroça).

### Os ‘projetos’ e as mudanças

Anos atrás, houve uma associação na comunidade. Mas ela ‘desmanchou-se’. Durante muitos anos, a situação organizativa foi de ‘cada um por si’. O contato com outras comunidades vizinhas e com o STTR foi mostrando aos membros da comunidade que, para poder obter qualquer benefício, era necessário ter uma associação na comunidade. Perceberam, por exemplo, que o Programa Luz para Todos podia trazer a energia para as casas, mas que, para tal, tinham que ter associação. Pelo ano 2005, eles já tinham estabelecido uma relação com o PDHC e com a ATOS (cooperativa de técnicos, ‘parcei-

---

61 O caso do próprio presidente da associação ilustra bem como acontece este processo. A propriedade dos pais era de 34 hectares. Com o falecimento do pai, a herança dividiu esta propriedade em duas partes. A mãe ficou com a metade que lhe cabia, enquanto que o restante foi dividido entre os irmãos. O presidente foi comprando partes de outros irmãos, que se somaram à parte que lhe cabia da herança. Agora ele é proprietário de uns 12 ou 13 ha. Só um dos irmãos não quis vender, permanecendo com uma área de uns 2 ou 3 hectares.

62 Em comunidades ou assentamentos vizinhos (tais como Miranda, Boágua, Petrolina), o cajueiro tem uma importância muito maior, cobrindo até 90 % das áreas.



Foto 14 – Roçado de feijão de corda, perto da colheita, comunidade de Sombras Grandes.

ra de ATP' do Projeto). Estes incentivaram ativamente a fundação de uma associação, 'ajudando' a percorrer os diferentes passos burocráticos e se fazendo presentes nas discussões que levaram à fundação. Uma vez criada a associação, o pessoal 'foi à luta'. E, em pouco tempo, o grupo conseguiu captar uma quantidade bastante impressionante de recursos, além de outros apoios, como veremos a seguir.

O primeiro foi um projeto financiado pela Petrobras e pelo PDHC. Ele permitiu a reativação e o equipamento dos dois poços acima citados<sup>63</sup>. Mesmo sendo considerada uma água com significativa quantidade de sais minerais, a água de um destes poços serviu para alimentar um sistema de irrigação, que foi instalado com recursos do projeto. O sistema serve para irrigar uma área de aproximadamente um hectare, dividida em quatro 'módulo-

---

63 Estes poços, com nível dinâmico variando entre 45 e 60 metros de profundidade, têm água de qualidades distintas e uma vazão de aproximadamente 4.000 litros / hora. Um deles, que está situado numa área mais baixa tem água de excelente qualidade (classificação C1S1). O outro, mais próximo da área onde se concentram as moradias, tem uma água mais carregada de sais (C3S1).



los': a) capim elefante; b) a horta (que é a área maior); c) o pomar de mamão e maracujá; d) os piquetes do galinheiro 'caipira'. Também foi construída uma espécie de 'área de apoio' na entrada da área irrigada, que inclui uma 'casinha', que serve para pesar e preparar as verduras antes de elas serem levadas para a feira, etc. Do lado, está instalada a máquina forrageira 'coletiva'. Completam esta 'área de apoio' um minhocário de produção de húmus, um viveiro para produzir mudas e umas gaiolas onde estão sendo criados coelhos. O Projeto Petrobras / PDHC também contemplou outros três componentes: apicultura, um sistema inovador de plantio de sequeiro e a compra de um transporte para a associação (uma caminhonete D20). No domínio da apicultura, foram financiados um 'kit' de equipamentos (10 caixas, roupa) para as famílias interessadas e uma casa do mel. A ideia do plantio de sequeiro era de plantar milho ou feijão, consorciado com gliricídia e leucena.

Ainda é preciso contabilizar aqui uma outra iniciativa que foi considerada como 'contrapartida' do Projeto acima citado. Trata-se da substituição das casas de taipa por casas de alvenaria. Estas construções foram financiadas pela Prefeitura de Caraúbas, com recursos próprios. Em paralelo, o PDS (projeto do Governo Estadual, cofinanciado pelo Banco Mundial) financiou um sistema de água encanada para as casas, a partir do poço com água de melhor qualidade, que já está sendo implantado. No momento da visita, o grupo tinha terminado de cavar as valetas, e estava aguardando a chegada dos canos a qualquer momento.

Em 2009 foi instalada uma segunda área irrigada, graças a um novo financiamento pela Petrobras. Esta segunda área é maior que a primeira, cobrindo perto de três hectares. Esta área também está dividida em 'módulos'. O primeiro (de 0,5 ha.) é usado para cultivar capim elefante. O segundo 'módulo' (de aproximadamente 1,5 ha.) é para fruticultura. A terceira parte é utilizada para trabalhar com um 'roçado irrigado'. Neste último caso, a ideia é ter uma área irrigada que deverá ser explorada de forma menos intensiva que a horta mencionada acima. A primeira cultura plantada no final do 'verão' de 2009 foi de algodão agroecológico, para produção de semente. Mas a ideia é plantar milho e feijão para colher verde, quando não existirem estes produtos no mercado. Outras culturas (como o jerimum ou a melancia) poderão ser cultivadas nesta área. Como os poços mencionados anteriormente não sustentariam a demanda de água para esta segunda área, foi preciso cavar um terceiro poço, despesa que foi coberta pelo novo financiamento Petrobras.

### Box 8 – Práticas de base ecológica para sistemas irrigados sustentáveis

---

#### Manejo das culturas - diversificação

Quando existe, o plantio sertanejo de hortaliças privilegia a produção de coentro e cebolinha. Em contraste, na horta de Sombras Grandes – Milagres pratica-se uma boa diversificação das espécies de hortaliças plantadas. Além das espécies acima mencionadas, plantam vários tipos de alface, rúcula, mostarda, almeirão, brócolis, repolho verde



e roxo, cenoura, alho, beterraba, couve, nabo, etc. Esta prática, associada ao plantio de plantas repelentes (como cravo de defunto) e plantas isca (gergelim), reduz o risco de perdas por ataque de praga ou doença. Além disso, permite escalonar os ciclos e os momentos de colheita, além de aumentar a renda aferida pelas famílias produtoras na feira agroecológica de Caraúbas. Esta prática é potencializada com o plantio consorciado, permitindo uma maior cobertura do solo e um melhor aproveitamento dos nutrientes, da água e da luz solar.

### **Manejo de solos**

Dada a intensidade da exportação de nutrientes, a produção de hortaliças geralmente requer uma adubação consequente. É bastante comum utilizar esterco do rebanho bovino ou caprino para fazer esta reposição. As famílias de Sombras Grandes – Milagres começaram usando esterco. Mais tarde passaram a utilizar composto, produzido com ‘fermento’, a partir do esterco produzido nas unidades familiares. Como os resultados obtidos com o composto foram positivos, as famílias praticamente deixaram de lado a aplicação direta de esterco no canteiro, pois este estava proporcionando vários danos às hortaliças, principalmente no tempo da chuva (tais como a queima das folhas de coentro e da cenoura pela presença da cercosporiose e alternariose e as perdas devido ao ‘cachorrinho d’água’).

A constatação de que, com o uso intensivo alguns canteiros mostravam sinais de esgotamento, estimulou o uso da adubação verde. Planta-se um ‘coquetel’ de espécies leguminosas. A massa verde é incorporada aos 60 dias, ficando mais 40 dias para assegurar uma boa decomposição. Este processo permite a recuperação dos canteiros afetados.

O monitoramento feito em Sombras Grandes – Milagres mostrou que estas práticas de manejo do solo têm permitido que o teor da matéria orgânica nos canteiros cresça com o tempo. São elas que evitam a degradação do solo sob irrigação (principalmente pela salinização) (Jalfim, Santiago et al. 2009).

### **A integração com os demais sub-sistemas**

Existe uma parte da área irrigada que está plantada com capim elefante. Esta forragem é destinada aos rebanhos familiares. Além disso, há também um fluxo de restos de hortaliças que não passam no controle de qualidade, além daquelas que não são vendidas na feira, que vão para o subsistema – galinha caipira. A cama destas galinhas e o esterco dos rebanhos voltam para a área irrigada na forma de esterco, transformado em composto.

---

## ***O funcionamento dos componentes do Projeto Sombras Grandes-Milagres***

Uma única organização social permite o funcionamento das áreas irrigadas de capim, de verduras e de fruta, instaladas inicialmente. Existe um grupo de nove famílias. Elas

fizeram o trabalho inicial em conjunto. Uma vez instalados os ‘módulos’, cada família passou a cuidar de um ‘pedaço’ (uma área de capim, alguns canteiros, etc.), explorando esta área conforme as suas possibilidades e necessidades, levando em consideração o planejamento feito no grupo.

O sistema de irrigação é o mesmo para todos os módulos. Funciona com uma bomba submersa no poço e um sistema de seções que devem ser irrigados na sequência, um depois do outro, já que a vazão do poço não aguentaria irrigar uma área maior de uma só vez. Isto significa que a pessoa que vai fazer a irrigação deve passar várias horas na horta em cada ‘turno’, abrindo e fechando os registros correspondentes, verificando que os microaspersores estão funcionando corretamente, etc. Existe uma escala de trabalho para realizar esta tarefa, na qual uma pessoa é responsável pela irrigação do conjunto dos módulos. Depois de passar um dia inteiro neste trabalho, esta pessoa terá oito dias de ‘folga’.

Na área da horta, cada família cuida dos ‘seus’ canteiros. Mas isto não significa que é ‘cada um por si’: o grupo faz um planejamento conjunto, buscando equilibrar a oferta de produtos que vai para o mercado. Eles vendem na feira agroecológica de Caraúbas, que acontece semanalmente. Mas há também uma venda individual (sobretudo de cheiro verde) nos assentamentos e comunidades vizinhas, levando a mercadoria de bicicleta ou de moto<sup>64</sup>. Na área de frutas da primeira área implantada (produto de um FISP, elaborado como complemento das áreas irrigadas do Projeto Petrobras), o mamão estava em plena produção. O funcionamento era semelhante àquele da horta, cada família cuidando de umas fileiras do plantio. No caso do maracujá, não conseguiram implantar a cultura. Houve um ataque de uma broca que inviabilizou completamente o plantio. O espaço que era ocupado pelo maracujá foi plantado com macaxeira. Os resultados econômicos deste plantio (produtividade, qualidade do produto, preço, facilidade de venda) foram tão bons, que o grupo expandiu a área irrigada para plantar mais macaxeira. Também no caso da capineira, cada participante cuida da ‘sua’ área. Nela pode colher como e quando quiser, sendo o limite da quantidade a própria disponibilidade de capim no seu ‘pedaço’. Geralmente, as pessoas vêm buscar um ‘feixo’ de capim que é logo moído na forrageira ali existente e transportado para casa na carroça ou no lombo de algum animal.

Na segunda área irrigada, instalada em 2009, o funcionamento é semelhante: uma parte do trabalho é feita coletivamente, enquanto que a condução cotidiana dos cultivos corre por conta de cada uma das oito famílias envolvidas<sup>65</sup>.

---

64 No dia da nossa visita, passou um membro do grupo, voltando de uma viagem destas. Segundo ele, a venda tinha sido ‘fraca’. Mas, mesmo assim, tinha ‘apurado’ uns R\$ 60,00 numa manhã.

65 Das oito famílias que trabalham nesta segunda área irrigada, seis pertencem também ao grupo que trabalha na primeira área.



Cabe destacar, nestas unidades irrigadas, o esforço de torná-las agroecológicas. Isto implica um cuidado para fazer um uso eficiente da água, além das práticas de adubação com húmus de minhoca, uso de práticas ‘alternativas’ para controle de pragas<sup>66</sup>, rotação de cultivos nos canteiros, manejo da agrobiodiversidade, entre outras práticas na perspectiva agroecológica (Jalfim, Santiago et al. 2009). (O Box N° 08 acima, traz mais detalhes sobre este aspecto.)

Outro aspecto que gostaríamos de destacar desta horta é o seu papel como local de experimentação e de aprendizado. Em 2009, a comunidade de Sombras e Milagres foi selecionada para ser área de referência da formação pela experimentação no tema das hortas e pomares agroecológicos no Território. O processo desencadeado faz com que membros de 14 comunidades/assentamentos se reúnam regularmente nesta comunidade e pratiquem os diferentes temas da experimentação.



Foto 15 – Canteiros familiares na horta comunitária de Sombras Grandes - Milagres

66 Por exemplo, usa-se nesta horta a urina de vaca e os preparados de ‘neem’ em lugar do convencional veneno para combater as pragas.

O funcionamento da parte da apicultura é bastante clássico: os ‘kit’ dos materiais foram distribuídos entre as 13 famílias que participavam do grupo no começo. A casa do mel e os seus equipamentos não têm como ser individuais, pertencendo à associação e ficando sob a responsabilidade do grupo. O roçado consorciado que constava do projeto (culturas anuais – milho, feijão, mamona – mais gliricídia e leucena) foi instalado numa área da propriedade da associação.

### *A unidade de galinhas ‘caipiras’*

Já o caso do galinheiro é um pouco diferente. Ele é da responsabilidade do Grupo de Mulheres da comunidade. Este grupo elaborou, com a assessoria da ATOS, um projeto FISP para montar uma unidade de galinhas caipiras, de corte.

O ponto de partida foi dado com uma visita de intercâmbio, em que as mulheres do grupo visitaram um galinheiro do município de Soledade, na Paraíba. O financiamento chegou em 2007: foram construídos os galpões (que incluem uma área de ‘berçário’, com uma ‘chocadeira’) e instalados os piquetes de pastejo. No momento da nossa visita, só faltava instalar o sistema de irrigação nestes piquetes, o que deveria ser feito até o mês de julho de 2008. Na realidade, o galinheiro já estava funcionando, tendo recebido o primeiro lote de aves pouco tempo antes. Ele funciona com pintos que são produzidos por uma firma em Carpina (PE). O sistema de criação é basicamente aquele bolado pelo especialista neste assunto: este grupo compra alguns dos ingredientes e fabrica a sua própria ração, aproveitando algumas coisas que são fáceis de encontrar nas comunidades (tais como o milho). Por causa da localização, está previsto que o galinheiro aproveite as ‘sobras’ da horta.

### **Box 9 – Buscando a autonomia: será que vai dar certo?**

---

Embora o sistema deste galinheiro seja bastante semelhante ao que vimos em Muxuré Velho, existe um ponto que o diferencia: em Sombras Grandes, eles pensam interromper a compra de pintos depois da 4ª ‘ninhada’. Depois disso, estão pensando comprar ovos na comunidade, para chocá-los na chocadeira. Assim, está previsto que a produção de frangos vire caipira ‘mesmo’, sem o uso de galinhas de raça. O problema é que o caso do Muxuré, no CE, mostra que o animal 100% ‘caipira’ é caro de criar. As pessoas daquele grupo colocaram que a experiência de anos anteriores mostrava que os animais 100% ‘caipiras’ eram pouco viáveis financeiramente: a receita da venda deles “não paga nem o milho dado como ração”. Por isso, em Sombras Grandes vai ser necessário olhar este ponto da rentabilidade com muito cuidado.

### *Sobre a situação atual desta comunidade*

Os ‘projetos’ que tiveram um impacto mais notório na vida da comunidade – área irrigada e apicultura – têm como característica básica a criação de novos subsistemas, que se adicionam às atividades produtivas tradicionais. No caso da irrigação, somente a capineira tem relação com a criação animal da unidade produtiva tradicional; já a horta, o pomar e o aviário são subsistemas diferentes, com pouca relação com os outros sistemas produtivos existentes. A área irrigada deve estar absorvendo uma parte importante dos esforços das famílias participantes. Mas mesmo estas famílias certamente não deixaram de cultivar um roçado, nem de criar algum animal.

Todos os visitantes ficam impressionados com as mudanças que manifestamente ocorreram nesta comunidade. Algumas destas mudanças - tais como as casas novas, ou as mudanças no abastecimento de água – são muito ‘visíveis’ - e afetaram o conjunto das famílias da comunidade. As pessoas da associação realçam o contraste existente entre a situação de uns anos atrás, que ‘empurrava’ um bom número de famílias a trabalhar ‘na diária’ em outras propriedades, nas caieiras ou fazendo carvão, e a situação atual na qual um bom número de famílias consegue uma receita bastante significativa, principalmente com a horta (verduras, frutas, macaxeira) e também com a apicultura.

### **A evolução dos agroecossistemas de gestão familiar do Assentamento Moacir Lucena**

Um dos objetivos de qualquer assistência técnica para a AF é, certamente, contribuir para tornar as unidades familiares mais produtivas e mais cuidadosas com o acervo de recursos naturais que são base desta produção. Na nossa visita ao Território do Apodi, tivemos a oportunidade de conhecer o Assentamento de Moacir Lucena, onde esta evolução parece estar acontecendo. A seguir, resumimos as nossas informações sobre o caso.

#### *Os agroecossistemas de gestão familiar*

O desenho geral dos agroecossistemas deste assentamento comporta a tradicional combinação de culturas anuais (os roçados) com criação animal. A isto devemos agregar um pomar de caju de um hectare<sup>67</sup>, além de um quintal onde se encontram algumas fruteiras e as criações características deste espaço (principalmente aves). Vejamos a seguir, com mais detalhe, os subsistemas do roçado e da criação de ruminantes. Depois falaremos com um pouco mais de detalhe do algodão, da proposta inovadora de manejo de caatinga e da apicultura.

---

67 Este pomar já está produzindo. Segundo um assentado de Moacir Lucena que entrevistamos, ele colheu 150 kg de castanha na sua parte do pomar. Além disso, ele aproveitou o pseudofruto para produzir doce e polpa.



Foto 16 – Galinheiro de Sombras Grandes - Milagres

Lembramos que as parcelas familiares têm pouco mais de 19 hectares. Os nossos interlocutores estimaram o tamanho total das áreas de roçado na faixa de quatro a seis hectares, parte das quais é plantada na área coletiva de roçado, e a outra parte no lote. Este roçado comporta uma área menor de feijão de corda (cerca de 0,5 ha), áreas de milho e sorgo e, para quase todo mundo, áreas de algodão. Mas vale a pena chamar a atenção para alguns detalhes que, na nossa opinião, caracterizam mudanças recentes.

A primeira mudança observada é que praticamente todos os roçados são ‘solteiros’. Ou seja, cada parcela é plantada com uma única espécie – feijão, milho, sorgo, algodão. Isto marca um contraste com a tradição sertaneja de consorciar diversas culturas num único espaço. O uso do trator parece ter uma influência decisiva nesta questão.

A segunda ‘novidade’ importante é que a maior parte do milho e todo o sorgo são plantados com o objetivo de fornecer ‘ração’ para os animais, sendo quase toda armazenada na forma de feno e também silagem. Este caso de plantar para produzir ‘ração’ representa uma diferença importante em relação ao roçado tradicional. Embora a palha do milho sempre tenha sido usada como alimentação para os animais, os agricultores nunca definiam o objetivo central desta cultura como sendo a alimentação animal. E entrada do sorgo nos roçados também só ocorre quando esta lógica aparece explicitamente nos sistemas familiares<sup>68</sup>. Por outro lado, esta prática de ‘plantar para produzir

---

68 Já houve diversas tentativas de introduzir o sorgo nos roçados familiares nordestinos, sob a alegação de que esta cultura era mais adaptada aos padrões de chuva da região, mas antes não ‘pegava’. A situação encontrada nestes roçados é diferente. Na nossa opinião, o que mudou foi que, desta vez, a entrada do sorgo tem um papel bem integrado nos sistemas produtivos: alimentar os animais.



ração’ mudou a forma com que estas culturas são usadas: antes o restolho era pastejado diretamente pelos animais. Agora o milho e o sorgo são colhidos e armazenados, sendo fornecidos aos animais no cocho.

Embora o algodão não possa ser considerado verdadeiramente uma novidade, chamou a nossa atenção – num contexto onde é comum ouvir que “o algodão acabou” – a escala que tem esta cultura no assentamento: pelo relato que ouvimos durante a nossa visita, praticamente a metade da área plantada no assentamento é de algodão.

O componente animal inclui um rebanho de caprinos (com uma forte vertente leiteira) além de algumas cabeças de gado. O tamanho deste rebanho varia bastante: alguns têm mais de setenta cabeças caprinas, mas também há casos com mais de 10 cabeças bovinas. Lembramos que este rebanho começou a ser montado com o crédito de investimento. Depois foi ampliado com os recursos dos projetos FISP. Uma parte da alimentação deste rebanho provém das áreas de pastagem existentes no lote. Algumas destas são áreas de caatinga manejada (cf. seção abaixo), enquanto que o resto é área de caatinga (em geral, uma capoeira já que a área foi desmatada no tempo da fazenda). O restolho do algodão é pastejado. Mas a maior parte da alimentação vem dos cultivos feitos especificamente para produzir ‘ração’ (na forma de feno ou silagem), como vimos acima.

Este rebanho produz animais para descarte (alguns destes animais são destinados ao autoconsumo e venda na vizinhança, outros são comercializados na feira livre do município de Apodi). Mas o rebanho caprino tem uma crescente orientação para leite. Este produto não tem ainda um destino certo. Há venda in natura para uma empresa local. Mas a tendência parece ser o beneficiamento no próprio assentamento, para fabricação de queijo (tipo coalho), ricota e doce de leite (cf. parágrafo a seguir). De todas as formas, o pessoal com quem conversamos enxerga o leite de cabra como uma opção boa de mercado.

### *A ‘volta’ do algodão*

Nos anos 80, o bicudo pareceu dar o tiro de misericórdia numa cultura que foi durante muito tempo a principal fonte de renda dos sertões nordestinos. No final do século passado, o algodão estava praticamente ‘extinto’ em toda a região. Pelos relatos colhidos, na região do Apodi não foi diferente. E foi esta crise do algodão que aprofundou a crise das grandes fazendas, conforme vimos.

Mas a situação encontrada em Moacir Lucena contradiz este quadro. Embora o que aconteça em um assentamento não quer dizer que tenham voltado os tempos áureos, o que observamos neste local – 60 hectares plantados, equivalente a metade de toda a área cultivada – é sinal de que esta cultura ainda está viva.

## Box 10 – A renda do algodão

---

O algodão pode ter um peso bastante significativo na economia familiar. Tomemos como exemplo o caso de um entrevistado. Em 2007, ele plantou algo menos de que 3 hectares, e colheu uns 3.300 kg. Ele vendeu esta produção para os atravessadores ao preço de R\$ 1,00 o kg de algodão em rama. Isto lhe rendeu uma receita bruta de R\$ 3.300,00. Como ele não usa venenos nem adubos, os custos a deduzir são somente aqueles das horas de trator usadas na preparação do terreno e da semente. Em 2008, o pessoal fez um acordo com a Usina Santa Ana, que lhes vendeu a semente e garantiu a compra ao preço de R\$ 1,50 o kg. Se a área plantada e o rendimento foram parecidos com os do ano anterior, a receita bruta do mesmo roçado deve ter chegado a quase R\$ 5.000,00.

---

Voltar a plantar algodão não seria possível com o sistema técnico tradicional, principalmente por causa da presença do bicudo. Mas, em Moacir Lucena, a retomada do plantio de algodão não foi calcada numa proposta técnica convencional, baseada no combate ao bicudo com veneno. O mobilizador social que trabalha no assentamento nos explicou as técnicas que estão tornando possível este cultivo. Começou a sua narrativa dizendo que, assim como é necessário aprender a conviver com o Semiárido em lugar de lutar contra a seca, também é necessário aprender a conviver com o bicudo. Segundo este agricultor, o ‘segredo’ que está permitindo esta convivência está baseado em duas coisas. A primeira é um plantio ‘combinado’. Isto significa que todos os que vão plantar algodão ‘combinam’ para plantar na mesma data. Isto tem, como resultado, que a floração e a frutificação também acontecerão ao mesmo tempo, o que distribui melhor o prejuízo se houver ataque, e evita que o plantio mais precoce se torne o berçário da praga para os plantios tardios. A segunda medida é o plantio precoce. É necessário plantar com as primeiras chuvas, logo em janeiro. A razão disto é que a população do bicudo fica no seu nível mais baixo durante o verão e leva um certo tempo para crescer e chegar ao ponto de representar uma ameaça para o algodão. Segundo o mobilizador, as temperaturas mais baixas dos meses de junho e julho também estimulam a proliferação do bicudo. Assim, o segredo é plantar cedo para que a planta possa florescer cedo e assim ‘segurar a carga’ antes que o bicudo se torne um problema. Ele disse que já fazia três anos que o pessoal do assentamento estava usando estas ‘técnicas’ e colhendo algodão com sucesso.

O fato de o algodão ser uma cultura importante neste assentamento, aliado ao dinamismo deste grupo de famílias, fizeram com que Moacir Lucena fosse um candidato óbvio para entrar na iniciativa do algodão agroecológico, produto da parceria do PDHC, o ESPLAR e a EMBRAPA Algodão (cf. seção 3.2.3).





A situação do PA Moacir Lucena é bem interessante, para refletir sobre o significado da proposta do ‘consórcio agroecológico’. Em primeiro lugar, parece que há uma diferença bastante significativa do ponto de vista técnico entre esta proposta e o sistema em uso no assentamento. Embora as famílias utilizem algumas técnicas de ‘convivência’ com o bicudo, o ‘consórcio’ é mais completo e mais exigente. Para começar, propõe a volta do consórcio propriamente dito<sup>69</sup>, sendo que a prática corrente em Moacir Lucena é a do plantio solteiro do algodão. Além disso, a proposta do ‘consórcio’ recomenda práticas novas, principalmente naquilo que se refere ao manejo da cultura – notadamente a utilização do biofertilizante, a catação dos botões florais e a destruição dos restos culturais – que provavelmente não fazem parte do itinerário técnico em uso no assentamento. É bastante provável que a proposta nova implique maiores custos (sobretudo trabalho) que a prática anterior. A ‘aposta’ implícita é que a nova proposta possa dar resultados melhores, em vários campos. Que o ‘consórcio agroecológico’, bem implementado, seja mais sustentável do ponto de vista do uso dos recursos naturais (solo, por exemplo) parece bastante óbvio. Mas, este resultado, sozinho, não dará uma sustentação de maior fôlego. Será necessário ter também bons resultados econômicos. Estes podem vir do sobrepreço (mercados orgânico e/ou justo) e também de uma maior produção global, considerando as outras culturas inclusas no ‘consórcio’.

Na verdade, esta proposta do ‘consórcio’ inova em diversos domínios. Algumas práticas se referem mais diretamente à cultura do algodão e à convivência com o bicudo, mas outras dizem respeito ao manejo dos recursos (principalmente o solo) e das culturas de forma mais ampla. Ou seja, o ‘consórcio agroecológico’ propõe uma reflexão mais geral sobre o roçado de sequeiro da agricultura familiar na região do Semiárido nordestino. Neste contexto, mais amplo do roçado de sequeiro, é importante lembrar que uma evolução que pode ser observada nos últimos anos é aquela da incorporação de culturas forrageiras – como o sorgo – com o objetivo de produzir alimento

---

69 Embora no passado o consórcio fosse a regra, nos últimos anos foi se difundindo a prática do cultivo ‘solteiro’ (que é o nome local do mono-cultivo), inclusive das culturas alimentares tradicionais tais como o milho e o feijão de corda. As tentativas de revigorar do plantio do algodão também estimulavam a monocultura desta espécie. A proposta em discussão tem no consórcio um de seus pilares mais importantes. Recomenda-se o plantio de um mínimo de quatro culturas, sendo que existem casos em que a família chega a plantar até 12 espécies diferentes neste roçado. Um segundo ponto a ser considerado no plantio é o desenho espacial. A ideia é que o algodão ocupe até 50% da área. Um desenho possível poderia ser plantar 5 fileiras contíguas de algodão, seguidas de 5 fileiras de outras culturas (milho, feijão, gergelim, etc.). Este tipo de desenho é importante porque permite fazer uma rotação interna na área: no ano seguinte, o algodão e as outras culturas inverterão a sua disposição espacial. O desenho aqui mencionado cria faixas na área plantada (com, por exemplo, dez fileiras, sendo cinco de algodão e cinco de outras culturas). Como a rotação é importante para uma eventual certificação da produção, é importante poder identificar as áreas. Para tal, alguns agricultores estão colocando espécies perenes ou semiperenes entre uma faixa e outra.

para os rebanhos (na forma de silagem e/ou feno). Seria bom que o trabalho com o ‘consórcio’ incorporasse esta inovação. De qualquer maneira, cabe fazer um registro e acompanhar com cuidado os ensinamentos desta experiência, em todas as suas diversas formas.

### *Aprendendo a manejar a caatinga de forma diferente*

Tradicionalmente, a caatinga não é manejada no sentido mais estrito da palavra. Ela é derrubada para abrir a área para o roçado, e depois a capoeira é usada como fonte de forragem para os animais. Uma das iniciativas que aconteceram sob o impulso do PDHC, neste assentamento, foi a instalação de uma UD de manejo de caatinga em 2003.

Por decisão do conjunto, a unidade original encontra-se na propriedade de um dos assentados. Esta UD já tem uns 4 anos de instalada. Inicialmente foram feitas as principais ações de manejo – o raleamento e o rebaixamento – de um hectare de caatinga. A ação mais importante no raleamento é a retirada da maior quantidade possível de duas espécies pioneiras que não são forrageiras: o marmeleiro e o mufumbo. Além das ações de manejo mencionadas, o agricultor em cuja parcela foi instalada a experiência tem muito cuidado com o uso da área. Ele só permite a entrada de animais a partir do terceiro ano. Por isso, ele tem uma cerca que separa a área manejada mais antiga das mais recentes. Ele usa forragem destas últimas áreas fazendo o corte e levando para os animais.

Pouco a pouco, o dono da parcela expandiu a área assim manejada: em 2008, tinha uns 4 ou 5 hectares. Ele foi fazendo também uma terceira ação - o enriquecimento – plantando na área espécies mais desejadas: espécies arbóreas como a cajarana, o sabiá e a aroeira, mas também arbustivas como a jureminha (que trouxe numa viagem de intercâmbio na Bahia) e herbáceas, como a cunhã. A forma de implantação foi evoluindo com o tempo. A primeira área foi integralmente manejada. Já nas áreas subsequentes, o agricultor fez o manejo por faixas, deixando áreas de caatinga sem manejar entre as áreas manejadas. Ele argumentou que isto era melhor porque oferecia uma proteção contra o vento. Também disse que ficava também uma área onde são produzidas sementes de todas as espécies da caatinga presentes no local, e não somente daquelas preferidas.

O agricultor acima mencionado é um verdadeiro experimentador. Ele é um entusiasta desta forma de manejo da caatinga. Ele aponta vários resultados interessantes. Em primeiro lugar, ele mencionou a recuperação da caatinga, sem que isto tenha significado um ‘abandono’ da área em termos produtivos. Deste ponto de vista, este agricultor destaca o incremento de produção de forragem. No momento da visita, em plena estação da



chuva, a comparação entre as faixas sem manejo e aquelas manejadas mostrava nestas últimas uma quantidade importante de forragem fornecida por espécies herbáceas que não têm condições de se desenvolver nas áreas não manejadas. O segundo resultado importante é o pasto apícola. De fato, este produtor mantém uma quantidade bastante significativa de caixas de abelhas nestas áreas (o que é também um motivo para não deixar entrar animais). Ele comentou que o fato de que as caixas dele produziam mel, quando outras caixas do assentamento não o faziam foi um dos motivos que levaram outros assentados a manejar uma área da caatinga no lote deles. Por último, ele destacou um terceiro produto que também vai ser uma fonte de renda: a madeira. No segundo semestre de 2008, ele esperava tirar, da primeira área, uma quantidade importante de madeira de pau branco, que tem aceitação no mercado para diversos usos. Também ia tirar estacas de sabiá.



Foto 17 – Pasto apícola abundante na área manejada de caatinga no Assentamento Moacir Lucena

Mas o que mais nos chamou a atenção desta experiência é que ela não ficou restrita à propriedade da família do experimentador. Atualmente, das 20 parcelas do assentamento, 18 têm uma área de caatinga manejada. Não tivemos oportunidade de conversar com

todas as famílias. Em pelo menos um caso – aquele do mobilizador social mencionado – a ideia ainda estava em observação. Ele tinha um hectare, mas confiava muito mais no plantio de milho para alimentar as suas cabras. Ele tinha também uma área bastante importante de caatinga não manejada que usa como pastagem, mas não mostrou sinais de que a área manejada deva crescer, pelo menos num futuro próximo. A expansão do manejo dependerá certamente dos resultados obtidos na área atual e do custo desta expansão. Nesta questão da difusão da proposta, um outro dado interessante é que há um jovem de um sítio vizinho, que é apicultor e mecânico, que viu o manejo na área do experimentador, e decidiu fazer uma igual na terra do pai.

### *A apicultura*

Embora a apicultura não tenha sido objeto de uma ação do mesmo tipo que no caso anterior, ela merece uma menção neste texto. Esta atividade não é tradicional na região. Mas, no assentamento, ela começou com os primeiros projetos PRONAF A, que incluíram 10 caixas de abelhas, além da casa do mel. Famílias deste assentamento participaram de uma capacitação e de visitas de intercâmbio sobre o assunto (atividades promovidas no âmbito do PDHC), o que certamente ajudou a consolidar esta atividade no local. Atualmente, todas as famílias assentadas têm caixas de abelhas<sup>70</sup>. Os que têm menos possuem 20 caixas, mas alguns têm até 100 caixas.

#### **Box 11 – Sobre a renda do mel**

Fazendo um cálculo conservador, consideramos que uma colmeia produz, no ano, uns 30 kg de mel. Isto significa que uma família com 20 caixas ativas terá uma produção de 600 kg de mel. A expectativa é que este ano o preço mínimo seja de R\$ 70,00 a lata de 25 kg. (ou seja R\$ 2,80 o kg). Então, esta família, se vender toda a produção de mel, poderá obter uma receita de quase R\$ 1.700,00. Como os custos monetários correntes desta atividade são muito pequenos, esta receita fica toda com a família. Isto significa quase R\$ 150,00/mês. Nestas condições, a família quem tem 50 colméias em produção conseguiria uma renda de perto de um salário mínimo mensal só com esta atividade.

70 É possível que um dos motivos deste interesse incomum tenha sido a ‘febre’ do mel que houve no início da década (2002?). Naquela época, era possível vender mel ao dobro do preço que ele tem atualmente e muita gente passou a criar abelhas. O pessoal contou que até pessoas da cidade, que não tinham ligação com as atividades agropecuárias, montavam apiários. Mas, em todo caso, hoje a ‘febre’ passou, e a atividade continua sendo importante em Moacir Lucena.

Existe a expectativa de poder vender o produto a um preço melhor. Existe a COOAFAP (Cooperativa da AF do Apodi) que está trabalhando para vender mel a granel em grandes quantidades (por 'carrada'). Uma outra possibilidade é vender o mel em 'sachets' para a CONAB (PAA), o que é possível graças ao entreposto de mel (com SIF) que existe num assentamento vizinho. Neste caso, o preço se eleva para R\$ 4,60 o kg. O entreposto com SIF permitiria ter acesso direto aos supermercados, mas isto ainda não está acontecendo. Este deve ser o próximo desafio a ser enfrentado neste Território.

---

### *Algumas observações*

O que chama a atenção no Assentamento Moacir Lucena é que o forte da renovação dos agroecossistemas não está se dando pela introdução de novos subsistemas, mas sim pela evolução do sistema tradicional. Observe-se que a criação de caprinos é o carro-chefe dos sistemas. Mas houve um conjunto de inovações nesta atividade. Houve o melhoramento do rebanho na procura de maior produção de leite, e houve também importantes mudanças na alimentação destes animais, com a introdução da silagem e o feno e também com o manejo da caatinga para aumento da produção de forragem. Esta última inovação favoreceu a difusão de um subsistema novo – a apicultura. Finalmente, com a implantação da unidade de beneficiamento do leite, a comunidade busca agregar mais valor ao seu principal produto.

Embora ainda existam interrogantes, não há dúvida de que estes sistemas estão num processo de evolução bastante forte, no sentido de fazer crescer produto e renda. Ao mesmo tempo, estas mudanças buscam não somente manter, mas também aprimorar a base de recursos naturais. E os relatos apontaram com clareza que houve uma contribuição significativa da AT e dos investimentos PDHC para este processo.

## **3.4 – A assessoria nos temas de gênero e geração**

### **3.4.1 – O trabalho das equipes referenciais de gênero**

Em ambos territórios visitados, existe uma ONG contratada para fazer a assessoria no tema de gênero. No Ceará, este trabalho é feito pelo ESPLAR, enquanto que no Rio Grande do Norte a ONG contratada é o Centro Feminista 8 de Março (CF 8). Como o trabalho destas duas 'parceiras' tem muitas semelhanças, vamos tratar este tema numa seção única.

## **A problemática de gênero num projeto de desenvolvimento rural**

Com respeito ao tema de gênero, o PDHC parte da hipótese de que existem desigualdades de gênero (e também de geração e de etnia) diante das quais é preciso ter uma ação específica, focada na busca de uma maior igualdade. As duas equipes completaram o diagnóstico detalhando alguns pontos. Disseram, por exemplo, que as desigualdades com base no gênero são mais fortes no meio rural, onde os papéis sociais do homem e da mulher são pouco contestados: o roçado / produção, o dinheiro e a organização são do domínio masculino.

A própria sociedade legitima a hierarquia e até a violência, para controlar a ‘transgressora’, aquela que não cumpre à risca o seu papel de mulher. Além disso, afirmaram que existe violência doméstica contra a mulher nas comunidades/assentamentos, contra a qual é difícil a vítima reagir por diversas razões, que vão desde a distância física dos lugares onde ela poderia obter ajuda até o ‘policimento’ social do entorno dela. Trabalhar na busca de uma maior igualdade de gênero, neste contexto, questionando os papéis sociais do homem e da mulher, é mal visto, já que isto abala a ordem social, pelo menos neste âmbito. E é justamente este o papel que estas equipes querem ter – questionar para ‘abalar’, criar uma ‘tensão construtiva’ e, assim, gerar mudança.

## **A estratégia adotada**

A estratégia é aquela do ‘empoderamento’ das mulheres, no sentido de criar condições para elas agirem diante de situações que, antes, as deixavam sem ação. Para isto, as equipes consideram que o melhor caminho é o da criação de espaços reservados às mulheres. Recomendam, inclusive, a exclusividade nestes espaços, já que isto é uma condição para criar a confiança necessária para que as participantes possam se expressar livremente. Assim, ambas entidades têm incentivado a criação de Grupos de Mulheres nos assentamentos e nas comunidades. Segundo as técnicas destas entidades, este ‘espaço’ é ‘criador de poder’ para as mulheres. Elas começam a ver que elas podem lutar por um estado diferente de coisas. As discussões nestes espaços das mulheres podem desembocar na elaboração de um projeto para uma UD ou para um FISP<sup>71</sup>. Também podem impulsionar outras iniciativas, como questionar o fato de não existirem mulheres na diretoria da associação, etc.

---

71 Cabe mencionar que o PDHC instituiu uma linha FISP especial para grupos de mulheres.







Foto 18 – Na comunidade de Lagoa do Mato as mulheres estão presentes.

### **O trabalho concreto**

O trabalho concreto das equipes referenciais se divide em duas linhas. A primeira é um trabalho direto da equipe com grupos de mulheres nos assentamentos e comunidades, enquanto que a outra é um trabalho com as equipes das ‘parceiras’ do PDHC.

No trabalho de campo com os Grupos de Mulheres, um ponto básico é a necessidade de escutar as mulheres. Isto tem permitido ver, por exemplo, o quanto é importante para elas a questão de ter uma renda própria. Esta é uma ferramenta poderosa para a mulher se fortalecer dentro de casa. É isso que faz com que a maioria dos grupos de mulheres com os quais trabalha o PDHC tenham enveredado para a constituição de grupos produtivos.

As atividades junto aos Grupos de Mulheres incluem sempre momentos de reflexão sobre os diversos aspectos do tema das desigualdades de gênero e também sobre a ‘caminhada’ do próprio grupo. Também são discutidos temas como documentação, saúde da mulher, além de iniciativas concretas de geração de renda. Frequentemente, estes Grupos de Mulheres também recebem apoio das equipes das parceiras que trabalham na comunidade. Por exemplo, o Grupo da Carqueja, que está entre os grupos com os

quais trabalha a equipe da entidade de referência, teve o apoio dos técnicos do SETAH – a entidade que presta ATP no assentamento – para organizar o curso de costura que tanto empolgou as mulheres de lá.

O trabalho junto às ‘parceiras’ parte da seguinte constatação: quando o tema é AT, é muito frequente que as equipes ‘mistas’ não consigam “*olhar a comunidade como um todo e também enxergar as mulheres*”. Esta afirmação feita pela coordenadora do CF 8, é interessante: significa que não é tão difícil um técnico ou uma equipe olhar para as mulheres, mas quando o olhar se dirige para a comunidade e também, provavelmente, para os agroecossistemas, já não enxergam as mulheres. Ou seja, quando o foco se amplia, volta a predominar o olhar convencional ‘enviesado’, que torna a mulher praticamente invisível.

Na prática, este trabalho de levar o enfoque de gênero para dentro da AT consiste em realizar atividades regulares de capacitação / discussão. Nestes momentos, são tratadas as questões mais ‘conceituais’ (com leitura de textos, debates) e é feita também uma discussão sobre o trabalho de cada parceira, tentando vincular os conceitos ao que está sendo feito e ao que poderia ser feito. Com frequência, estes momentos tomam a forma de reuniões da equipe referencial com a equipe de cada parceira. No RN, durante os dois primeiros anos, predominou a formação, para depois privilegiar a discussão. Sempre dentro desta linha do trabalho com as parceiras, a equipe faz também um trabalho com as diretorias das entidades, buscando sensibilizá-las para a importância do tema e, assim, evitando que as capacitações sejam vistas como algo marginal e dispensável: é que houve casos em que as entidades não liberavam todas as pessoas da equipe para estes momentos de reflexão.

Existem algumas dificuldades neste trabalho com as equipes das ‘parceiras de ATP’. A principal é a questão de encontrar tempo para trabalhar o tema, já que a prioridade é sempre o trabalho de campo (inclusive porque o contrato entre o PDHC e as parceiras exige que 60% do tempo dos técnicos seja empregado no campo, nas comunidades). Mas, apesar destas dificuldades, as equipes referenciais de gênero observam progressos nas equipes das ‘parceiras’. Uma técnica lembrou que, uns dias antes da nossa conversa, um técnico de uma equipe de ATP tinha pedido a opinião delas sobre a metodologia de um evento – que trataria de questões ligadas ao gênero – que ele ia realizar numa comunidade. Isto não teria acontecido um tempo atrás.

A equipe referencial trabalha também com a equipe de ‘mobilizadores sociais’, num formato muito próximo do anterior. Assim como acontece com as outras equipes de ‘parceiras’, as equipes referenciais de gênero têm momentos de trabalho com esta equipe. No Sertão Central, criaram inclusive um momento geral, em que se reúnem todas as equipes de técnicos e ‘mobilizadores’. Um outro campo de trabalho é aquele dos



STTRs. Por exemplo, no Apodi, há um trabalho com as Comissões de Mulheres<sup>72</sup>. Um dos pontos tratados é a necessidade de criar Grupos de Mulheres na base, já que a Comissão de Mulheres do STTR só tem sentido se ela é a expressão de um segmento social organizado. Para abrir um espaço maior para este trabalho, o CF 8 faz um trabalho de sensibilização junto à diretoria dos STTRs.

### **Sobre resultados**

A equipe do ESPLAR<sup>73</sup> falou que já podem ser observados resultados palpáveis. Por exemplo, em um assentamento (Croatá), houve um caso de violência doméstica contra uma das mulheres do Grupo. Este se organizou para levar o problema para a reunião geral da associação, coisa que teve um efeito positivo. Mas, por outro lado, ainda tem um longo caminho pela frente. Assim, por exemplo, o Grupo de Mulheres de Vista Alegre pediu terra para fazer um roçado coletivo e a associação não atendeu este pedido. Em Palmares, há um roçado das mulheres, mas é em terra cedida por um indivíduo e não pelo coletivo. Este último caso é significativo, já que o acesso à terra é o resultado da boa vontade de alguém, e não do direito que as mulheres deveriam ter. Pensando nos exemplos positivos, foi mencionado o Grupo de Mulheres do Croatá, que já demonstra autonomia (com, por exemplo, reuniões regulares que acontecem sem a presença das assessoras). Este foi o grupo que se mobilizou para reagir diante de um caso de violência doméstica. Elas também tiveram influência na decisão da Associação de incluir a proibição dos agrotóxicos no regimento interno.

A equipe afirmou que a postura do PDHC, no seu conjunto, tem tido um papel positivo no Território. Como? Simplesmente colocando esta questão na ordem do dia, incentivando a criação de grupos de mulheres, dando espaço para a equipe referencial. O PDHC financiou também um ‘diagnóstico’ sobre a questão de gênero no Território, que apontou uma série de questões bem interessantes (ESPLAR 2007). A equipe da ULS do Apodi também aponta o crescimento da participação das mulheres como um dos seus principais resultados. Esta maior participação pode ser notada nas diretorias das associações, por exemplo.

---

72 Cabe destacar aqui que muitos dos STTRs têm Comissões de Mulheres. Este fato em si distingue a região de outras onde os STTRs funcionam a duras penas.

73 Esta entidade – o ESPLAR – tem dois contratos com o PDHC: um como entidade de ATP e outro como entidade referencial de gênero.



Foto 19 – Coordenadora de grupo que cria galinhas caipiras

### **O Grupo de Interesse ‘Gênero e crédito’ do RN**

Esta iniciativa encontrada no RN merece um destaque neste documento. Foi constatado que, mesmo existindo uma modalidade específica do Pronaf para tal, as mulheres não conseguiam ter acesso ao crédito. Esta discussão ocorreu no Comitê Territorial. Foi lançada então a ideia de formar um Grupo de Interesse que buscasse trabalhar esta questão. O primeiro passo foi a realização de um seminário, convocado pelo CF 8, e realizado em setembro de 2004. Este evento juntou representantes das mais variadas entidades que tinham uma relação com o tema (pessoas das comunidades, das entidades ‘parceiras’ do PDHC, dos movimentos, dos bancos, etc.). Foi neste momento que foi criado do Grupo de Interesse.

Durante pelo menos um ano, o Grupo se reuniu mensalmente. Estas reuniões permitiram montar uma agenda de atividades para enfrentar o tema. Uma delas foi a realização de uma capacitação para técnicos das entidades, para que eles/as aprendam a trabalhar



com as planilhas que o banco usa para elaborar os projetos de crédito. Em seguida, coube aos técnicos a elaboração dos projetos. Num primeiro momento, foram escolhidas seis iniciativas (em geral, grupos de mulheres) que serviram de ‘cobaia’. Este esforço desembocou em seis projetos de crédito aprovados. O GT monitorou o andamento destas iniciativas (Alves 2007).

De fato, este Grupo de Interesse trouxe ganhos concretos. Já foram aprovados projetos na modalidade Pronaf Mulher, a tal ponto que o lançamento oficial nacional desta modalidade foi feito no PA Milagres, no Apodi. Mas certamente ainda há bastante por fazer. Uma pessoa entrevistada acha que o principal problema é o tempo dos técnicos, que acabam priorizando outras atividades em lugar de elaborar os projetos das mulheres. Mais recentemente, a coisa parece estar fluindo com mais facilidade, o que até justifica que o GI sobre o tema tenha se reunido menos frequentemente.

### **3.4.2 – A equipe referencial de geração**

No Território do Sertão do Apodi, o CEATICA é a entidade referencial para o tema de juventude. O ponto de partida da parceria com o PDHC foi a constatação de que não havia participação da juventude nas políticas públicas. Seria então necessário atuar para fortalecer o protagonismo juvenil, para que possam ‘chegar junto’ das políticas públicas. O PDHC teve a audácia de inovar para tentar modificar este quadro.

#### **A situação da juventude**

Em setembro de 2003, foi iniciado um estudo sobre o perfil da juventude do Sertão do Apodi, que teve como resultado a publicação da cartilha “Juventude Rural. Realidades e Perspectivas no sertão do Apodi” (Oliveira Jr. e Rodrigues da Rocha, 2006). De forma resumida, as principais questões ligadas ao tema da juventude que apareceram neste estudo são:

- Desemprego e falta de renda;
- O problema da segurança e das drogas;
- Muitos jovens não conseguiram continuar os estudos depois da 8ª série;
- Existe organização dos jovens em grupos locais (muito relacionada com a ação da Igreja), mas estes são muito voltados para ‘dentro’, muito desligados do que acontece fora da comunidade.

#### **A estratégia de trabalho**

Num formato parecido com aquele utilizado pelas entidades referenciais de gênero, o CEATICA trabalha principalmente através das ‘parceiras de ATP’. Eles buscam in-

fluenciar o planejamento destas, para depois acompanhar. As técnicas entrevistadas comentaram que as ‘parceiras’ tinham outras prioridades. Foi necessário um esforço muito grande para introduzir a juventude nas preocupações das entidades e dos técnicos destas. Eles ouviram mais de uma vez o argumento de que o ‘estado’ de jovem é transitório<sup>74</sup>, que rapidamente se torna um adulto. Respondiam que, mesmo assim, valia a pena.

Hoje, o CEATICA avalia que o processo mencionado acima foi vitorioso. Existe uma preocupação entre os técnicos e nas entidades. Em todas as áreas (assentamentos / comunidades), existem atividades voltadas para a juventude, além de algumas conquistas. Já há cobranças destes jovens, o que deve ser interpretado como um sinal de crescimento e de autonomia.

Com alguns grupos de jovens, a demanda é mais por geração de renda. Um caso destes é a horta no Assentamento Moacir Lucena do Projeto Juventude Rural (como vimos). Em Upanema, há grupos trabalhando com artesanato. Em vários assentamentos, os jovens estão trabalhando com apicultura. Houve tentativas de acessar ao crédito do Pronaf Jovem, mas os empecilhos são grandes, sobretudo naquilo que se refere à exigência de qualificação do jovem, que é muito difícil encontrar na região<sup>75</sup>.

### **O trabalho com a Comissão de Jovens do STTR**

A Comissão de Jovens do STTR de Apodi organiza um encontro anual de jovens. Eles mesmos escolhem os temas a serem trabalhados e como serão tratados. Em 2008, o tema do encontro foi ‘política e eleições municipais’. Este mesmo grupo produz um programa de rádio. O CEATICA ‘acompanha’ diretamente estas atividades. Também existem iniciativas parecidas em outros municípios (como Upanema e Campo Grande).

Em 2007, foi formada uma Comissão Territorial de Jovens, com representantes de diversos municípios. Eles formularam uma pauta de reivindicações, que foi entregue às Prefeituras. Na época da nossa visita, eles ainda não tinham obtido resposta.

---

74 Este comentário sobre a transitoriedade de ser jovem é provocador. De fato, estabelece uma diferença importante entre o recorte de geração com aquele de gênero, onde a desigualdade é permanente ou ‘estrutural’. Isto reforça, na nossa opinião, o caráter educativo que tem esta fase da vida. É interessante considerar este fato quando se pensa em trabalhar com a juventude.

75 Para além da apresentação da DAP (Declaração de Aptidão do PRONAF), um jovem (entre 16 e 29 anos) que deseje obter um crédito deve atender a pelo menos uma das seguintes condições: ele deve ter concluído ou deve estar no último ano de um centro familiar rural de formação por alternância, ou deve ter concluído ou deve estar no último ano de um curso técnico do nível médio, ou deve ter participado de um curso ou estágio de formação profissional que preencha os requisitos definidos pelo MDA/SAF.





## **A comunicação**

Outra iniciativa interessante é a ação articulada em torno da comunicação. O CEATICA publica o jornal Espaço Jovem, que conta com ‘repórteres’ jovens que mandam notícias para a redação. Há ainda duas rádios comunitárias (Pedra II e Sítio de Góis). Além disso, os programas de rádio dos STTRs estão abrindo espaços cada vez maiores para a juventude. Outra iniciativa deste tipo é a publicação de cordéis escritos por jovens autores.

## **Outras iniciativas**

O estudo mencionado (Oliveira Jr. e Rodrigues da Rocha, 2006) já tinha apontado que existem muitos jovens que não têm todos os documentos: o único documento quase universal é a certidão de nascimento. Por isso estão sendo organizados ‘mutirão’ para resolver este problema (de forma semelhante àqueles feitos para as mulheres).

## **3.5 – O trabalho dos ‘mobilizadores sociais’**

### **A origem da ideia: como surgiram os/as ‘mobilizadores/as sociais’**

Segundo várias pessoas entrevistadas, a ideia de ter ‘mobilizadores/as sociais’ (MS) tem origem na questão do ‘controle social’ do Projeto. Em outras palavras, parte-se do princípio de que é preciso que a sociedade monitore e avalie aquilo que o PDHC faz. Mas colocada assim, esta idéia é ainda vaga. Como fazer isto na prática? Existem as instâncias formais que devem assegurar pelo menos uma parte deste controle – Comitê nacional e os Comitês territoriais. Mas estas instâncias não são suficientes. Pensou-se então na montagem de uma equipe de ‘mobilizadores/as’, oriundos das comunidades onde atua o Projeto, para que, sob a coordenação do movimento social ou sindical ao qual estão vinculados, eles possam fazer um acompanhamento mais próximo.

### **As equipes de Mobilizadores/as Sociais no Sertão Central e no Sertão do Apodi**

A escolha dos mobilizadores sociais em cada território, via de regra, ocorre após um processo que se inicia com a indicação dos/as candidatos/as pelas comunidades / assentamentos (um ou dois nomes indicados para cada área de abrangência de comunidades / assentamentos que serão acompanhados pelo MS), sendo posteriormente avaliados e selecionados por uma comissão envolvendo as Federações, Movimentos Sociais (no caso do Piauí), representantes dos Comitês Territoriais e a ULS. Os/as candidatos/as selecionados/as devem atender o perfil estabelecido por um Termo de Referência, construído a partir de um diálogo entre os representantes da comissão mencionada acima.

A equipe do Sertão Central é formada por 15 pessoas (8 homens e 7 mulheres) que têm entre 20 e 45 anos de idade. No Apodi, a equipe é formada por 22 ‘mobilizadores/as sociais’ no Território (14 mulheres e 8 homens).

Cada MS acompanha uma área de abrangência que se mede pelo número de famílias: entre 100 e 150. Isto significa que ele está envolvido com um número variável de ‘comunidades’, dependendo do tamanho destas. Assim, o normal é que cada MS acompanhe entre duas e seis ‘comunidades’.

No Sertão Central, os MS têm uma forte dinâmica de equipe. Sob o impulso da coordenadora, eles se reúnem semanalmente. É nestas reuniões, realizadas sempre em municípios diferentes, que cada MS organiza a sua agenda de trabalho para a semana, além de avaliar o trabalho feito anteriormente. A coordenadora disse que faz questão de abrir espaço nestas reuniões para que os MS possam trazer para discussão as dificuldades que eles estão encontrando no trabalho.

No Apodi, esta dinâmica de equipe é bem mais tênue. O MS entrevistado falou que o conjunto dos ‘mobilizadores’ se reúnem uma vez por mês, para ‘trocar experiências’. Já a coordenadora da equipe de MS mencionou reuniões a cada três meses.

### **As principais tarefas dos MS**

Conforme vimos, uma das tarefas importantes destes MS é o ‘acompanhamento’ do trabalho das ‘parceiras’. Assim, eles precisam estar informados do que acontece com UDs e FISPs. Eles também têm por objetivo o fortalecimento das organizações locais e por isso devem estar presentes nas reuniões das associações das ‘comunidades’, assim como as atividades de outros grupos que possam estar ativos nestes locais (tais como Grupos de Jovens ou Grupos de Mulheres).

Mas os MS também têm como responsabilidade estarem presentes nas reuniões do STR, dos coletivos de Jovens e de Mulheres do município, do Fórum dos Assentados e das Associações Comunitárias. Alguns conseguem também participar de reuniões de Conselhos Municipais. Por vezes, os MS participam de momentos mais amplos de mobilização. Por exemplo, no momento da nossa visita, seis MS do Sertão Central estavam fora do Território, participando do Grito da Terra em Brasília.

Também ficou determinado que os/as MS assumam a tarefa de fazer uma pesquisa nas comunidades onde atuam sobre a produção agrícola, com a respectiva ‘devolução’ dos resultados para as comunidades.

Em resumo, segundo a coordenadora da equipe do Sertão Central, tudo o que diz respeito às comunidades é assunto dos MS: é assim que eles fazem o ‘controle social’.

## **A capacitação dos/as mobilizadores/as**

Embora a própria rotina de trabalho (com as reuniões semanais, as viagens, a participação de mobilizações) seja uma verdadeira ‘escola’, há um esforço específico bastante intenso de capacitação dos/as MS, que é responsabilidade da coordenação das equipes. Este esforço é múltiplo.

No CE inclui, por exemplo, aulas de computação<sup>76</sup>. A realização da mencionada pesquisa sobre a produção agrícola, também é considerada uma ferramenta de formação para os/as MS. Nas palavras da coordenadora da equipe do CE, os MS “*se capacitam para intervir melhor*”.

Já no caso do Apodi, também houve uma série de capacitações, que trataram temas como: associativismo (ministrado por assessores da FETARN, e bastante centrado no tema das exigências legais que as associações precisam respeitar); questão de gênero (ministrado pelo CF 8); previdência social (novamente ministrado por assessores da FETARN e centrado no tema dos créditos consignados).

## **Os recursos**

O PDHC repassa um valor padrão de R\$ 600,00 por mês de remuneração para cada ‘mobilizador/a’. Também repassa R\$ 200,00 para os deslocamentos, o que significa que ele precisa se virar para fazer os deslocamentos que o trabalho demanda com este recurso. As reuniões de equipe e as atividades de capacitação dos/as mobilizadores/as também são custeadas pelo PDHC. Nos territórios visitados, a operacionalização deste movimento monetário passa pelas Federações e, por vezes, por alguns STTRs.

## **A visão de um ‘mobilizador social’<sup>77</sup> sobre o seu trabalho**

Vale a pena registrar a opinião de um ‘mobilizador’. Este entrevistado é um antigo militante do movimento sindical. Ele acompanha seis assentamentos (nas contas dele, umas 150 famílias). Segundo ele, o trabalho de ‘mobilizador social’ não é muito diferente da-

---

76 Sempre neste âmbito da formação dos MS, achamos muito interessante uma iniciativa que encontramos no Sertão Central, que teve por objetivo principal apresentar ao grupo a ideia de ‘fundo rotativo’. A coordenadora fez isto sugerindo a criação de um ‘consórcio’ no próprio grupo para a compra de uma máquina fotográfica digital. Esta iniciativa teve bastante sucesso e hoje praticamente todos os MS têm o seu aparelho. Além de apreender a lidar com o ‘fundo rotativo’, o grupo também apreendeu a lidar com a ferramenta, que usam para o trabalho, mas também para registrar outros aspectos da vida.

77 Tivemos oportunidade de conversar com vários ‘mobilizadores sociais’. Reproduzimos aqui as informações e opiniões de um entrevistado, assentado de Moacir Lucena e experiente ‘mobilizador social’ do Sertão do Apodi.



Foto 20 – Duas gerações do Assentamento Moacir Lucena

quilo que sempre fez como militante. Ele tem diversas tarefas. A primeira é “*incentivar e apoiar a organização dos assentamentos*”. Isto quer dizer que ele está presente com frequência nas reuniões da associação. Ele checa para ver se a papelada da associação está em ordem. Em alguns casos, descobriu-se que ela não tinha livro caixa. Em outros, não tinham feita a declaração (obrigatória) perante a Receita Federal. O ‘mobilizador’ cuidou de ensinar como devia ser feito isto.

Uma segunda tarefa é a de incentivar a criação, em cada assentamento, de grupos de jovens e de mulheres. Uma vez criados, ele se faz presente nas reuniões para ‘ajudar’. É que, sobretudo no início, a presença de alguém de fora com experiência em organização é um elemento importante de ‘incentivo’.

Outra tarefa é aquela de mobilizar as pessoas para que participem em eventos, tais com as reuniões do Movimento de Jovens ou de Mulheres (movimentos estes que são ligados ao STR) ou as reuniões do Fórum Municipal de Associações.

Outro ponto interessante é que este MS vê como tarefa dele a identificação de futuras lideranças. Para isto, ele repara nas pessoas que se destacam nos diversos grupos que ele acompanha. Estes passam a serem convidados para participar em atividades que vão, aos poucos, preparando estas pessoas para que possam assumir novas responsabilidades.

O entrevistado considera que também é seu dever divulgar o trabalho do PDHC. Mas quando perguntamos sobre a função de ‘controle social’ sobre o PDHC, o MS não soube responder. Ficou perplexo diante da nossa pergunta sobre o ‘olhar crítico’, provavelmente porque ele não consegue enxergar nada de negativo no trabalho deste projeto.

### **Fazendo um balanço: problemas e logros dos MS**

Na opinião da equipe referencial de gênero do Sertão Central, que tem um contato regular como a equipe de MS, houve um crescimento importante destes/as ‘mobilizadores/as’, tendo a FETRAECE feito um investimento importante na formação deles, com o tema de gênero, mas também com outros temas (como cooperativismo, informática, etc.). Há, no entanto, alguns problemas. Inicialmente, estes agentes eram vistos por todos como ‘pombos-correio’, que tinham apenas um papel de comunicação entre as comunidades, o PDHC e, principalmente, a equipe da ‘parceira’ que trabalhava no local. É claro que esta situação criava uma hierarquia entre estas equipes, sendo a equipe técnica a mais importante. O crescimento dos/as MS está fazendo com que eles contestem este papel tão secundário: eles estão reivindicando a possibilidade de terem responsabilidades mais importantes, já que se sentem com capacidade para desempenhar novas atividades. Uma segunda dificuldade sentida por esta equipe é que ela tem sido chamada a fazer outras tarefas, tais como participar de pesquisas, que consomem tempo e criam uma tensão já que dificulta a realização das tarefas ‘normais’.

A coordenadora da equipe do Sertão Central fez referência ao controle exercido pelos/as MS no que se refere às ‘parceiras’. Quando há problemas, é convocada uma reunião entre MS e equipes técnicas. Quando perguntamos sobre o tipo de problema que exemplificava esta função de ‘controle social’, a coordenadora lembrou o caso de uma ‘parceira’ que não estava agindo de acordo com as regras: é que, a cada visita realizada nas comunidades, o técnico deve fazer assinar uma folha ou ficha que atesta a realização desta visita. É proibido fazer assinar esta ficha posteriormente (para coibir ‘falcatruas’); um técnico de uma das parceiras estava fazendo isto. Uma reunião foi chamada para corrigir este problema. Embora seja verdade que isto pode ser considerado ‘controle social’, confessamos que o exemplo foi, de certa forma, uma decepção. Quando o tema é ‘controle social’, ao que parece, nunca houve nenhum questionamento do rumo que está tomando a AT, nem uma discussão sobre algum problema crucial que as famílias estão enfrentando e que não está sendo visto pela AT...

Um outro tipo de resultado que deve ser creditado aos MS é a dinamização da ‘vida associativa’ dos locais assistidos. Isto significa uma qualificação das discussões (na medida em que os MS vêm ganhando mais experiência e capacidade). Em alguns casos, eles/as também têm tido um papel no sentido de estimular uma renovação nas diretorias destas organizações, sobretudo em ‘comunidades’ onde a presidência da associação ficava sempre na mão duma mesma pessoa ou família. Nas palavras da coordenadora, nestes casos, “o MS ajudou a comunidade a ver que precisava mudar”.

Para nós, é bastante evidente que um dos principais resultados desta iniciativa está sendo a formação de quadros sindicais de uma qualidade rara. É que atualmente, há poucas iniciativas de capacitação de quadros sindicais, mesmo no molde clássico, de formação em sala de aula. No caso em questão, é uma formação orientada pela prática, com reflexão e algum tipo de discussão conceitual. Algo bastante raro, como dissemos. A própria coordenadora cearense reconhece esta questão quando avalia que “a tendência é que os MS tenham um papel cada vez mais ativo no Movimento Sindical”.

### 3.6 – Aspectos institucionais

#### O perfil das equipes

Tivemos a curiosidade de indagar sobre o perfil profissional das equipes de AT. Como é de esperar, dominam os/as profissionais de ciência agrárias (agrônomos/as, técnicos/as agrícolas), mas também existem pessoas formadas em economia doméstica, geografia, história, sociologia. A maioria parece ser de formação universitária, existindo também técnicos de nível médio. A figura de ‘agente de campo’, que seria um agente de extensão, sem uma formação específica, é pouco utilizada, existindo apenas dois no Sertão Central e seis no Apodi (num total de 47 pessoas contratadas pelas ‘parceiras de ATP nos dois territórios).

#### A remuneração das equipes técnicas

O PDHC tem parâmetros que determinam o repasse de recursos para a remuneração das equipes técnicas. O primeiro se refere ao número de famílias atendidas (a proporção tenta aproximar-se de um técnico para cada 100 famílias atendidas). O segundo fixa um valor mensal global a ser repassado por técnico contratado em função do nível de formação. Conforme já vimos, este valor para um técnico de nível superior é de R\$ 3.100,00 por mês, R\$ 1.950,00 para um técnico de nível médio, e R\$ 1.600,00 para um agente de



campo<sup>78</sup>. Além desses valores, o PDHC cobre as despesas com deslocamento, na base de um pagamento por km rodado.

Cabe lembrar que este valor do repasse é global. É dele que têm que sair todas as despesas (por exemplo, os encargos patronais) que se referem às contratações. Com isso, na prática, o valor recebido pelos técnicos tem que ser menor.

### **O custo global da assessoria**

Em seções anteriores, temos mencionado elementos que dizem respeito aos custos da assessoria do PDHC. Neste ponto vamos falar do conjunto destes custos.

Para o PDHC, o custo global direto da assessoria feita nos diferentes territórios é composta pela soma de oito rubricas diferentes<sup>79</sup>. A seguir vamos descrever sucintamente o que cada uma representa:

- a) **Assessoria Técnica Permanente:** este item se refere ao custo das equipes técnicas propriamente ditas, que englobam remuneração dos técnicos, os deslocamentos, as atividades ‘estruturantes’ (que incluem os eventos de capacitação, intercâmbios, etc.) e outras despesas (relatório final, etc.).
- b) **Mobilização e Organização para a Gestão Social:** rubrica que cobre as despesas feitas com os/as mobilizadores/as sociais, seus deslocamentos, reuniões, e outras atividades correlatas.
- c) **Assessoria de gênero, geração:** gastos referidos à contratação das entidades referenciais para os temas ‘transversais’ de gênero e geração<sup>80</sup>.
- d) **Projetos UD:** rubrica que inclui os gastos necessários para a implantação das ‘unidades demonstrativas’, e mais os custos das atividades de capacitação, deslocamento, etc. necessárias para a implementação destas.

---

78 É importante frisar que estes valores devem cobrir todas as despesas da contratação, não existindo outros recursos para pagar, por exemplo, os encargos sociais. Isto faz com que seja praticamente impossível que entidades (do formato jurídico comum de entidade civil sem fins lucrativos – o mais frequente entre ONGs) possam pagar uma remuneração de mais de R\$ 2.000,00 por mês para um técnico de nível superior.

79 Além destas oito rubricas, o PDHC opera um fundo de investimento (o FISP), que é mencionado várias vezes no presente documento. No entanto, este fundo pode ser considerado como equivalente a outros fundos (como, por exemplo, aquele do Programa de Combate à Pobreza Rural). Considera-se que, por isso, o FISP não é parte integrante plena do sistema de assessoria do PDHC.

80 Lembramos que no Território do Apodi trabalham uma entidade para o tema de gênero e outra que trata o tema de geração. No Sertão Central só tem a entidade referencial de gênero.

- e) **Gestão e capacitação:** item que engloba custos com auditorias internas e capacitações para o corpo técnico do Projeto.
- f) **Especialistas e Consultores:** recursos destinados para contratação de consultores técnicos e especializados.
- g) **Ações Territoriais Pró-Ativas:** são as despesas efetuadas com ações, realizadas nos territórios, custeadas diretamente pelo PDHC para realização de seminários, encontros territoriais, apoio à alfabetização, entre outras.
- h) **Apoio a Gestão Territorial:** recursos destinados a realização de reuniões de comitês territoriais e outras ações de natureza semelhante, realizadas diretamente pelas ULS (ocorre muito por ocasião do período do POA).

As despesas deste conjunto de rubricas somam-se para compor o custo global da assessoria realizada pelo PDHC. A Tabela Nº 23 apresentada a seguir pode dar uma ideia do que isto representa: ela mostra a previsão de despesas nestas diversas rubricas para três anos (2007 a 2009) nos Territórios do Sertão Central e do Apodi.

Tabela 23 – Custo global direto da assessoria do PDHC nos Territórios do Sertão Central e Apodi (em R\$)

	Rubricas	2007	2008	2009
Sertão Central - CE	Assessoria Técnica Permanente (ATP)	737.770	671.398	725.825
	Mobilização e Org. para Gestão Soc.	223.020	281.343	286.454
	Assessoria em gênero e geração	191.200	87.300	71.888
	Projetos UD	30.000	70.000	25.000
	Gestão e capacitação	20.000	20.625	12.500
	Especialistas e consultores	20.000	20.625	12.500
	Ações Territoriais Pró-Ativas	100.000	150.000	31.250
	Apoio à Gestão Territorial	25.000	50.000	14.124
	<b>TOTAL</b>	<b>1.346.990</b>	<b>1.351.291</b>	<b>1.179.541</b>
Famílias atendidas	1.800	1.892	1.677	
Sertão do Apodi - RN	Assessoria Técnica Permanente (ATP)	1.007.710	938.959	1.038.470
	Mobilização e Org. para Gestão Soc.	188.370	250.000	244.536
	Assessoria em gênero e geração	212.775	174.700	183.550
	Projetos UD	30.000	70.000	25.000
	Gestão e capacitação	20.000	20.625	12.500
	Especialistas e consultores	20.000	20.625	12.500
	Ações Territoriais Pró-Ativas	100.000	150.062	31.250
	Apoio à Gestão Territorial	25.000	50.000	14.124
	<b>TOTAL</b>	<b>1.603.855</b>	<b>1.674.971</b>	<b>1.561.930</b>
Famílias atendidas	1.900	2.280	2.050	

Fonte: UGP do PDHC

### 3.7 – A visão das entidades ‘parceiras’ sobre a estratégia de ATP

Tivemos oportunidade de conversar com técnicos/as e coordenadores/as de seis entidades de assessoria técnica permanente - ATP, além de duas equipes referenciais de gênero, uma que trabalha o tema dos jovens, além das pessoas responsáveis pela coordenação das equipes de ‘mobilizadores sociais’. Vale a pena registrar aqui algumas informações e opiniões destes atores sociais.

## A questão metodológica

Várias das pessoas das entidades consultadas teceram elogios ao PDHC naquilo que se refere às suas opções metodológicas. Por exemplo, o coordenador da equipe técnica do CDDH (Sertão Central), considera que o PDHC se destaca por ter uma ‘metodologia boa’. Quando perguntamos sobre o significado disto, ele explicou que quem trabalha com o PDHC tem que fazer um esforço importante para “*ouvir as famílias e as comunidades*”. Ou seja, mal ou bem, os/as técnicos/as adotam o enfoque ‘participativo’. Até mesmo os entrevistados mais críticos admitiram que a ‘participação’ das famílias é real. Estes reconhecem que o trabalho do PDHC teve um efeito de ‘empoderamento’ para as famílias. Um dos indicadores disto é o fato de que muitas pessoas passaram a ter mais facilidade para falar, para “*buscar as coisas*”. E isto deve ser creditado principalmente ao enfoque metodológico.

Alguns entrevistados destacaram o papel pedagógico positivo de algumas ‘ferramentas’ do PDHC. Por exemplo, a coordenadora da equipe da COOPERVIDA (Apodi) acha que o FISP é um instrumento interessante deste ponto de vista. Lembrou que o processo começa com uma oficina de elaboração do projeto. Existe a planilha (criada pela equipe da UGP) que é necessário preencher, que ajuda a refletir sobre a viabilidade econômica daquilo que se quer fazer. Uma vez elaborado, o projeto vai para o Recife, e ele precisa ser convincente. Se houver dúvidas, o projeto volta e o grupo tem que providenciar as respostas. Se for aprovado, o dinheiro do projeto vai para uma conta da associação. Depois vem a parte de prestação de contas, com notas fiscais, tudo conforme as normas legais. De fato, é um processo educativo. No caso específico dos FISPs de caprinos do Assentamento Moacir Lucena, o próprio processo de compra foi conduzido com muito rigor, com um objetivo claro (melhoramento do rebanho), com ajuda dos contatos proporcionados pelo PDHC. Evidentemente, os técnicos da COOPERVIDA estiveram envolvidos do início ao fim desta atividade.

Mas, como sempre, também se ouvem algumas críticas a certos aspectos metodológicos. Por exemplo, uma entrevistada acha que o PDHC dá uma importância exagerada aos ‘projetos’ UD e FISP. Ela mesma acha que todo ‘projeto’ que é uma doação, mesmo que tenha contrapartidas, (como é o caso das UD e os FISP), não é valorizado corretamente pelos beneficiários. Além disso, sempre segundo a mesma pessoa, como o PDHC anuncia amplamente que todas as comunidades têm direito a UD e FISP, isto só faz reforçar a ‘corrida ao dinheiro’. Ainda sobre o tema dos projetos, alguns têm a percepção de que mesmo que o conteúdo dos ‘projetos’ seja aberto, na prática os temas ‘conhecidos’ (como, por exemplo, criação de galinhas caipiras, apicultura,

etc.) tramitam de forma muito mais fácil, o que acabaria condicionando o tipo de solicitação que é apresentada<sup>81</sup>.

Outra indagação levantada por mais de um entrevistado se refere à ‘obrigatoriedade do coletivo’, sobretudo nos ‘projetos’ FISP. Foram citados casos que podem ser considerados exemplos de uma rigidez exagerada. Uma entrevistada citou o caso da horta que iniciou o seu funcionamento com 10 pessoas e que hoje ficou apenas uma. E todo o investimento ficou com esta pessoa, que é a única que continua tocando um empreendimento que, hoje, não tem nada de coletivo. Por outro lado, cabe dizer aqui que, para o PDHC, a única ‘obrigatoriedade’ para os ‘projetos’ FISP, que tem a ver com a percepção que estamos discutindo aqui, refere-se à inclusão de um **processo educativo coletivo**. No entanto, é bastante comum ver os próprios técnicos das ‘parceiras’ estimularem a preparação de projetos totalmente ‘coletivos’.

### **Sobre as equipes técnicas**

Na opinião de um coordenador de equipe técnica, o fato de muitos técnicos contratados pelas entidades serem ‘de fora’ não é muito bom.<sup>82</sup> Segundo esta versão, o pessoal que vem de outras regiões não tem o mesmo compromisso no trabalho. E o arranjo deles para retornarem às suas cidades de origem ou para a capital nos finais de semana não ajuda...

### **Sobre a formação dos técnicos das ‘parceiras’**

Encontramos várias pessoas que participaram do curso de formação, realizado em 2004, sobre o tema ‘metodologias participativas de geração de conhecimentos’. Mesmo sendo uma formação um pouco abstrata, estas pessoas se referiram a ela em termos bastante elogiosos. Um deles lembrou que ele era recém-contratado, e muitos dos temas vistos naquele evento foram ‘novidades’, que o obrigaram a refletir. Isto só faz reforçar a ideia de que um complemento da capacitação para as equipes técnicas é uma necessidade.

---

81 O pessoal da UGP contesta esta visão. Informaram que os projetos de criação de galinhas caipiras, além de ser minoritários entre as solicitações de FISP, são aqueles para os quais geralmente se fazem mais solicitações de modificação quando são analisados na UGP. Só como exemplo disto, no ano de 2008, de 209 projetos UD e FISP, somente 15% foram de criação de galinhas caipiras, e apenas 2,4% foram aprovados.

82 A equipe da ULS do Sertão Central também compartilha esta opinião. O supervisor lamenta que não existam mais ONGs ou cooperativas de técnicos oriundos da própria região.

## **Questões operacionais**

Segundo uma coordenadora de equipe técnica, a relação institucional entre o PDHC e as ‘parceiras’ é bastante burocrática. Gasta-se um tempo grande na elaboração de relatórios, no cadastro de horas (uma referência ao sistema on-line de monitoramento). Uma outra queixa é a questão das reuniões e atividades que o PDHC coloca na agenda, muitas vezes na última hora.

O repasse dos recursos é outro problema. Mais de um entrevistado falou dos atrasos no repasse de recursos. Com este tipo de ‘arranjo administrativo’, as ONGs maiores ainda conseguem fazer algo, mas as organizações menores têm muitas dificuldades (problemas de caixa). A consequência disto é que eles não visitam as comunidades / assentamentos neste período. Evidentemente, as causas destes atrasos não devem estar somente do lado do PDHC. As pessoas que entrevistamos do Setor de Planejamento da UGP do PDHC (Recife) alegam que isto acontece, frequentemente, porque as próprias entidades não se organizam administrativamente o suficiente para cumprir as diversas exigências que constam no contrato firmado com o PDHC. Mas, seja de quem for a culpa, os atrasos geram problemas para o serviço de AT a ser oferecido às famílias.

## **O papel dos ‘especialistas’**

Mais de uma vez, tivemos a oportunidade de discutir a contribuição dos ‘especialistas’ com diversos técnicos de campo. Foram citados, nestas conversas, os ‘especialistas’ em saúde animal (Sertão Central), em criação de galinhas caipira e em irrigação. Em geral, esta contribuição é muito apreciada. A avaliação escrita do especialista veterinário mencionado, feita por entidades parceiras e mobilizadores no final do contrato dele em 2005, destacou a capacidade técnica e pedagógica do profissional, além de afirmar que os resultados em termos da saúde dos rebanhos das localidades atendidas melhorou sensivelmente graças à ação dele (PDHC 2005). Por sua vez, o ‘especialista’ no tema de galinhas caipiras foi bastante elogiado como alguém capaz e, sobretudo, muito disponível. O especialista em irrigação é considerado essencial pelas famílias e parceiras, pois é um aspecto técnico que deve ser tratado com muito cuidado nas condições de semiaridez, especialmente devido aos riscos de salinização dos solos. Neste aspecto, o especialista do PDHC, além do conhecimento em irrigação, tem forte conhecimento do manejo agroecológico de solo, água e planta.

Como sempre, também ouvimos opiniões mais críticas. Por exemplo: alguns gostariam que os ‘especialistas’ ouvissem com mais atenção o que as pessoas do local (famílias e técnicos) têm a dizer.

Existe também certa incompreensão, de parte de alguns técnicos das ‘parceiras de ATP’, no que se refere ao próprio papel do ‘especialista’. Em certos casos, pensam que o es-



pecialista substitui o técnico no tema da especialidade (irrigação, saúde animal, etc.) e por isso, não o acompanham no trabalho nas comunidades. Isto faz com que os técnicos desperdicem a oportunidade para o aprendizado, e não conseguem acompanhar as iniciativas implantadas, após a saída do ‘especialista’.

### **A visão da FETRAECE**

Embora não tivéssemos a oportunidade de conversar com dirigentes desta entidade, cabe citar aqui a opinião da coordenadora da equipe de MS do Sertão Central, que assume claramente a sua posição de representante da Federação do Ceará.

Segundo esta interlocutora, o trabalho do PDHC se diferencia muito de outros trabalhos que possam ser comparados. Um exemplo é a questão da valorização do saber local. Comparando o PDHC com outros programas de ATER, a diferença é gritante. Neste último caso, o técnico não discute nada com a ‘comunidade’: ele ‘determina’. Para ela, o que caracteriza o ‘enfoque PDHC’ é não levar o projeto pronto, mas sim discutir bastante as propostas com os beneficiários. Um outro aspecto valorizado é a composição ‘multidisciplinar’ das equipes das entidades ‘parceiras’.

### **A opinião de um MS**

O MS entrevistado é um entusiasta do PDHC. A tal ponto que ele acha que o PDHC deveria ser tornado perene – uma política de Estado – quando terminar o tempo do ‘projeto’. Quando perguntamos qual era a característica do PDHC de que ele mais gostava, o ‘mobilizador’ falou da flexibilidade, e de não vir com as coisas já prontas: o PDHC “*não trabalha com pacotes*”.



## 4. Discussão: acúmulos, lições, desafios.

Conforme foi anunciado na introdução, o presente estudo procura fazer uma reflexão crítica sobre a estratégia de assessoria técnica do PDHC. Tem como base a coleta e a organização de informação sobre a experiência, incluindo a percepção dos diversos atores sociais envolvidos. Neste último capítulo, apresentamos algumas lições e ensinamentos, produtos desta reflexão.

### 4.1 – Um sistema de assessoria técnica com foco amplo

No Brasil, a situação das entidades governamentais que prestavam assistência técnica ficou fragilizada com a extinção da EMBRATER e com o fim do financiamento federal destas entidades e com as críticas relativas a sua relevância. Outros países viveram situações semelhantes. Neste contexto de crise, surgiu então um conjunto de iniciativas inovadoras de extensão rural.

Segundo Beduschi (2007), existem algumas características comuns “aos diversos modelos e experiências de prestação de serviços técnicos que surgiram nesse novo século”. A primeira destas é que “os serviços técnicos devem superar o viés produtivista que marcou a sua origem e orientar-se à construção de novos caminhos para a construção de uma cidadania ativa no meio rural”. (p.5)

Esta é certamente uma preocupação central do PDHC. Vimos, no capítulo 2, que o Projeto busca superar o ‘viés’ acima mencionado, definindo o escopo do seu trabalho de forma abrangente: a assessoria técnica deve trabalhar não somente com o tema dos sistemas produtivos, devendo dar atenção também para assuntos como o fortalecimento das organizações, o acesso às políticas públicas, além da promoção de uma maior igualdade de gênero e protagonismo da juventude.

O trabalho de campo mostrou que esta assessoria ‘multifacetada’ é uma realidade. O fortalecimento da organização comunitária como tarefa explícita está presente no discurso das entidades parceiras, e também na percepção das famílias. Por exemplo, quando perguntamos, em um dos assentamentos visitados no Sertão Central (CE), qual era a contribuição da assessoria técnica para as famílias, a primeira coisa lembrada foi o acompanhamento regular da associação. Isto se refere à presença da ATP nas discussões coletivas, e também na formação do pessoal para desempenhar diferentes tarefas na associação. A atual presidente da associação desta localidade disse que eles eram “muito

*perdidos*”, e que a ATP ajudou a encontrar um caminho. A atuação dos ‘mobilizadores sociais’ é outro trunfo importante neste quesito do fortalecimento das organizações.

Também encontramos grupos de mulheres e de jovens que se reúnem, que se informam, discutem, e agem em diversos campos. Por exemplo, um grupo de mulheres em um assentamento foi capacitado e está se juntando para fazer trabalho de corte e costura. Outro grupo de mulheres levou um caso de violência doméstica contra uma mulher para ser discutido na assembléia da associação. Um outro exemplo, desta vez envolvendo os jovens, é aquele das gincanas, organizadas espontaneamente em alguns municípios do Sertão do Apodi. A ‘parceira’ de referência que trabalha com o tema de juventude está envolvida, mas estes eventos não requerem participação financeira direta do PDHC. Esta capacidade de agir se estende também a outros grupos organizados (como diversas associações). Embora existam outras definições, para nós, a **vontade e a capacidade de tomar a iniciativa, de agir, são a melhor expressão do ‘empoderamento’**.

O grupo entrevistado do assentamento cearense acima mencionado também falou do papel muito positivo do conjunto ‘parceira de ATP’ e PDHC como mediadores em diversas ocasiões. Como exemplo, foi citado o caso recente das negociações realizadas com a prefeitura local e com um órgão estadual, que permitiram que assentamento obtivesse o empréstimo de um trator e um reboque-pipa para fazer frente à crise da falta de água no assentamento, ocorrida em 2007.

Este papel mediador do ‘sistema PDHC + parceiras de ATP’ aparece bastante frequentemente em negociações com as mais variadas instituições. Em diversos casos, isto tem significado aporte de recursos, de diversos tipos. Citemos, como exemplo, a parceria firmada com a Petrobras no Apodi (citada no item 4.3.3). Além desta, existem muitas outras parcerias, convênios, etc, com entidades as mais diversas, do universo governamental (com universidades, com o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, com prefeituras, com órgãos estaduais) ou não governamental (PIMC, por exemplo).

Em muitos casos, esta mediação, que é principalmente uma capacidade de ‘chamar para conversar’, tem representado um caminho para o acesso a políticas públicas que estão disponíveis em tese, mas que, na prática, costumam chegar aos beneficiários. Exemplo disto é o papel jogado pelo PDHC na facilitação do acesso de alguns assentamentos a recursos do INCRA para construção de adutoras, ou ao Crédito Semiárido (uma linha especial). Outro exemplo está no trabalho do Grupo de Interesse ‘Gênero e Crédito’, que tem facilitado o acesso ao crédito do PRONAF Mulher.

Assim como acontece com quase tudo, esta polivalência da assessoria – uma qualidade procurada pelo PDHC – tem um ônus. O custo se manifesta na multiplicação das tarefas, e o peso que isto tem nas agendas das equipes de assessoria.

## 4.2 – A assessoria prestada é orientada pela demanda?

Um tema recorrente, no debate sobre a renovação dos serviços de ATER, é a necessidade de responder às reais necessidades das famílias para as quais eles são destinados. Falando das experiências que adotaram um arranjo institucional do tipo PDHC, pelo qual um programa de desenvolvimento recorre a organizações locais que têm capacidade de oferecer serviços técnicos aos produtores e suas organizações, Beduschi afirma que “o risco maior é não incorporar as reais demandas dos produtores, constituindo-se apenas como um mecanismo operativo para a execução de projetos (definidos pelo próprio programa)”(Beduschi, 2007). Este mesmo autor diz que a resposta mais comum a este problema é a criação de “mercados localizados de serviços rurais”.

O PDHC afirma a importância central da demanda das famílias atendidas para moldar os serviços que são oferecidos. Mas a forma em que isto é feito não é aquela citada no parágrafo anterior. Para garantir o peso da demanda, o PDHC montou uma metodologia de trabalho centrada naquilo que chamamos de ‘planejamento ascendente’, que combina a associação de um método de trabalho participativo das ‘parceiras de ATP’ com diversas instâncias de discussão e decisão (cf. item 2.3). Dentre estas últimas, destaca-se o Comitê Territorial. Também existem instâncias do próprio PDHC (nas ULS e na UGP) que têm um certo peso em diversos tipos de decisão. Pelo que pudemos ouvir e observar, este sistema de ‘planejamento ascendente’ foi implementado gradativamente<sup>83</sup>, e tem tido bastante êxito no que refere a uma maior escuta dos anseios das famílias e das comunidades. Cabe mencionar também que alguns dos arranjos operacionais (cf. item 2.6) têm uma relação bastante estreita com este tema, reforçando a característica de ser uma assessoria técnica que se faz presente junto às famílias. Estamos nos referindo principalmente à cláusula contratual que obriga os técnicos das entidades ‘parceiras’ a passar 60% do tempo nas ‘áreas’ (comunidades / assentamentos) e também à obrigação de registro deste trabalho feito a campo no sistema on-line de monitoramento.

## 4.3 – A assessoria técnica e a geração de agroecossistemas mais sustentáveis

Embora a estratégia de assessoria técnica do PDHC busque superar o ‘viés produtivista’ dos serviços de ATER do passado, isto não quer dizer que a sustentabilidade dos agro-

---

83 Pelos relatos de pessoas da UGP, os primeiros POA (Planos Operativos Anuais) refletiam mais aquilo que pensavam as entidades ‘parceiras’. Foram feitos esforços para fazer com este planejamento se aproxime mais daquilo que as famílias dos assentamentos e comunidades tinham condições de expressar.

cosistemas de gestão familiar não seja um tema de grande importância (cf. item 2.1). Ela é um importante instrumento de luta contra a pobreza, proporcionando a possibilidade de mais renda e mais autoconsumo. Ao mesmo tempo, deve ser uma ferramenta da preservação da base de recursos desses agroecossistemas.

A experiência coletiva adquirida no Semiárido nos últimos 15 anos no trabalho técnico com a opção agroecológica possibilitou a definição de um marco mais geral para esta busca por sistemas mais sustentáveis. Estes deverão ter um conjunto de características comuns. Assim, estes deverão ser sistemas que:

- busquem um aumento da receita vinda de produtos comercializados nos mercados, começando pelo mercado local;
- reforcem a produção para autoconsumo;
- garantam espaço para a diversificação;
- reduzam os riscos (particularmente aquele das secas);
- valorizem a produção existente, sem desprezar novas oportunidades;
- do ponto de vista técnico, busquem inspiração na Agroecologia, procurando a produção de maior quantidade de fitomassa, aproveitando a biodiversidade e o potencial do meio, e constituindo estoques de sementes, comida, água, forragem, etc.

E nos territórios visitados, o que é que está acontecendo quando o assunto é aquele dos processos de ‘geração de agroecossistemas sustentáveis’?

### **Mudanças observadas**

Em alguns dos locais visitados, foi possível reconstruir com os nossos interlocutores um processo de mudanças significativas nos agroecossistemas, que apontam para maior produção, mais renda e um manejo que preserva os recursos.

#### **Box 12 – Sobre a evolução dos agroecossistemas**

---

Em geral, existe, nos assentamentos e em muitas comunidades do semiárido, um processo de desenho de novos agroecossistemas, diferentes daqueles que podemos chamar de “tradicionais” (como a criação de um rebanho de ruminantes “soltos” na caatinga, por exemplo). E estes novos agroecossistemas têm uma característica comum: a intensificação da produção vegetal e animal, que poderíamos definir resumidamente como um aumento do produto tirado de uma área dada. E, dado o fato de se tratar da região semiárida, este processo



tem como um dos elementos centrais um uso mais intenso do recurso “água”, através de um consumo doméstico e animal mais importante, e também, muito frequentemente, da irrigação em diversas formas, além de outros usos.

O caso que mais nos chamou a atenção neste sentido foi aquele do Assentamento de Moacir Lucena (Apodi) (cf. seção 3.3.1). Lembremos que neste assentamento há um processo de ‘redesenho’, a partir de uma evolução de um agroecossistema que poderia ser chamado de tradicional. A criação de caprinos é o componente principal dos novos agroecossistemas de gestão familiar que estão surgindo. Houve, neste componente, uma série de inovações que potencializam a atividade. Dentre elas, destacamos o manejo inovador da caatinga - presente hoje em quase todas as unidades familiares do Assentamento - que busca aumentar a produção de forragem, de pasto apícola e madeira, preservando ao mesmo tempo a caatinga. Não há dúvida de que, neste caso, os novos agroecossistemas apresentam bom potencial para aumentar produção e renda e, ao mesmo tempo, preservar os recursos. Ou, em outras palavras, este caso é um ótimo exemplo de ‘geração de agroecossistemas mais sustentáveis’.

Cabe destacar, nestas conclusões, que houve uma contribuição importante da assessoria técnica para o bom andamento deste processo no exemplo citado. Houve visitas de intercâmbio e capacitações e também a experimentação (sobretudo com o manejo de caatinga) que tiveram um impacto significativo no formato que estão tomando as unidades produtivas do Assentamento. Os recursos de dois projetos FISP<sup>84</sup> foram um reforço importante para a consolidação do componente principal destas unidades – o rebanho leiteiro de caprinos. Uma parte destes recursos serviu para montar uma unidade de beneficiamento deste leite, o que deve permitir agregar mais valor ao produto. A equipe da ‘parceira’ acompanhou este processo e o alimentou regularmente com ideias, informações<sup>85</sup>, etc.

Vamos citar aqui um segundo caso, desta vez do Sertão Central do Ceará, onde encontramos evidências de uma evolução dos agroecossistemas que vai no mesmo sentido da anterior. Trata-se da comunidade da Carqueja, no Assentamento Santa Elisa. Neste

84 As iniciativas relacionadas de alguma forma com o PDHC não se restringem às que estamos mencionando neste parágrafo. No entanto, as outras não têm uma relação tão direta com a transformação dos agroecossistemas que estamos discutindo aqui.

85 Por exemplo, no momento da nossa visita, um técnico da ‘parceira’ que trabalha neste assentamento está discutindo com um grupo a fabricação de queijo ‘de manteiga’ a partir do leite de cabra. Depois de vários testes, eles chegaram à conclusão de que é necessário misturar leite de cabra e leite de vaca para que seja possível a fabricação deste queijo.

caso, há um processo de consolidação de um agroecossistema com base na produção de leite bovino. É verdade que os resultados econômicos aparecem como sendo mais evidentes que os resultados no âmbito dos recursos naturais, mas isto não quer dizer que os primeiros estão sendo alcançados em detrimento dos segundos. Assim como no caso anterior, um projeto FISP (que financiou uma unidade de resfriamento de leite e a produção de forragem) e uma UD (que permitiu a implantação de uma área de gliricídia prevista como uma ‘banco de proteínas’ para o rebanho) contribuíram significativamente para a obtenção dos resultados que os assentados apresentam com orgulho.

O terceiro caso onde houve um impacto importante da ação do PDHC, no âmbito dos agroecossistemas, é aquele da comunidade de Sombras Grandes – Milagres, no Apodi. Ele se diferencia dos anteriores pelo fato de que a principal inovação foi a introdução de um subsistema produtivo totalmente novo: a área irrigada, que produz verduras, tubérculos e frutas para venda na feira agroecológica. Esta área irrigada também tem um componente de produção de capim elefante, que estabelece um elo entre a área irrigada e os sistemas existentes anteriormente (através da criação animal). Assim como acontece nos dois casos anteriores, em Sombras Grandes – Milagres há uma relação estreita entre o ‘sistema PDHC’ e os resultados alcançados. Neste caso, houve um aporte importante de recursos por parte da Petrobras, que se somaram aos recursos financeiros do próprio PDHC (um projeto FISP) e à assessoria técnica da equipe da ‘parceira de ATP’ e do ‘especialista’ no tema de irrigação.

Mas também existem situações onde não se observa o mesmo acúmulo de resultados, no domínio produtivo, que é possível observar nos exemplos aqui citados. Por exemplo, em um assentamento visitado no município de Quixeramobim, os resultados na vertente produtiva são difíceis de enxergar. A UD que trabalhou o tema da apicultura não conseguiu estabelecer esta atividade. E o projeto FISP de criação de galinhas caipiras funciona com uma certa dificuldade. O que mais chama a atenção neste caso é que, ao contrário dos outros casos, a UD e o FISP não conseguiram estabelecer uma relação com as atividades produtivas principais das famílias. E como estes projetos absorvem a maior parte da atenção da assessoria técnica, a consequência é que, numa situação deste tipo, a relação desta assessoria com os agroecossistemas de gestão familiar deixa a desejar.

### **O papel do PDHC no apoio à inovação técnica**

A primeira vista, a estrutura do PDHC (a UGP de Recife e as ULSs nos territórios) teria como função colocar em campo a assessoria técnica e garantir que ela atue em conformidade com as suas opções metodológicas e com a orientação geral agroecológica no campo técnico. Em tese, a formulação da problemática técnica, e a busca de soluções, em cada território, assentamento e comunidade seria de responsabilidade das diversas

entidades (e equipes técnicas) contratadas, com a ajuda de algum ‘especialista’, quando necessário. No entanto o que se observa na prática é um pouco diferente.

Em vários casos os ‘especialistas’ foram incorporados à estrutura do PDHC. Assim, por exemplo, o técnico responsável pelo apoio às equipes locais no tema de irrigação tem um vínculo permanente com a UGP de Recife, e se desloca aos diferentes territórios segundo as necessidades. Assim, este ‘especialista’ não é um elemento eventual, mas sim um recurso permanente. Mais recentemente, alguns agricultores que dominam os temas em questão têm sido recrutados para ‘ajudar’ nesta tarefa de assessorar grupos e equipes técnicas que estão começando a lidar com estes temas.

A partir de 2009, o PDHC deu mais um passo no sentido de assumir um papel ativo na busca de informação técnica pertinente. O caso da iniciativa do ‘algodão agroecológico’ é emblemático neste sentido. Partindo da constatação que o tema do roçado de sequeiro não tem evoluído muito nas áreas de trabalho e que existe um acúmulo interessante neste campo fora das áreas de atuação do PDHC, este último decidiu tomar a iniciativa de montar um trabalho desenhado como um instrumento que visa introduzir propostas inovadoras (no domínio do roçado de sequeiro, no acesso a mercados, etc.) nos territórios e organizar um trabalho de experimentação e reflexão sobre o assunto.

O PDHC também assumiu uma postura parecida com outros temas. Por exemplo, no caso da silagem, o aprendizado feito pelo PDHC no Território do Sertão Central (CE) fez com que as Unidades Locais de Supervisão adotassem uma ação ‘pró-ativa’ forte junto às ‘parceiras de ATP’ e famílias em vários territórios, principalmente naqueles onde a prática da silagem era praticamente desconhecida (Pajeú, Cariri, Araripe e Sertão sergipano).

Olhando estas iniciativas no seu conjunto, seria possível dizer que, em certos casos, o próprio PDHC tomou para si a tarefa de ‘municipiar’ as equipes locais com informações e ideias que as ajudem na tarefa de apoiar a emergência de sistemas de produção mais sustentáveis nas áreas onde estas equipes trabalham<sup>86</sup>.

---

86 É interessante constatar que, em alguns estados, o Programa de ATES (o programa do INCRA de assessoria técnica, social e ambiental para assentamentos) chegou a uma conclusão bastante parecida. Foi visto que, em muitos lugares, as entidades prestadoras e as equipes técnicas têm simpatia pelo enfoque agroecológico. Mas a citação dos princípios gerais deste enfoque não significa que estas equipes consigam fazer uma boa leitura técnica dos sistemas do ponto de vista agroecológico e, muito menos, que elas tenham condições de propor inovações com base neste enfoque para as principais interrogantes em um dado local. Por isso, foi visto que seria necessário dar suporte às equipes técnicas neste domínio. Em termos práticos, isto levou a assinatura de convênios entre o Programa de ATES e a EMBRAPA em pelo menos dois estados: Rio Grande do Sul e Goiás.

#### 4.4 – Aprendizado, experimentação e UD's

Aquilo que dissemos no item anterior nos leva a comentar o papel de dois dos instrumentos inovadores com os quais trabalha o PDHC: as Unidades Demonstrativas e os projetos FISP. Lembremos, em primeiro lugar, que ambos têm, na proposta do PDHC, um papel pedagógico: eles devem ser instrumentos de aprendizado, inseridos no processo de assessoria. E, lembremos, este aprendizado se refere, pelo menos em tese, às famílias de agricultores/as e também aos técnicos.

Há, no entanto, algumas diferenças naquilo que concerne à natureza do aprendizado que estes instrumentos procuram estimular. Vejamos primeiramente a UD. Este instrumento, pelo que pudemos perceber, está relacionado com a idéia de experimentação mais no campo técnico. Observamos, nos territórios visitados, que este instrumento tem sido utilizado com frequência para testar uma atividade desconhecida na localidade, tal como, por exemplo, a piscicultura em tanque rede, ou ainda, a apicultura.

Na tabela a seguir, podemos observar o conjunto de projetos UD aprovados em ambos territórios.

**Tabela 24 – Unidades Demonstrativas implantadas em ambos Territórios**

Tipo de UD	Sertão Central CE	Sertão do Apodi RN	Total
Apicultura	14	1	15
Áreas irrigadas de produção agroecológica (hortas, pomares)	13	2	15
Galinhas caipiras	8	5	13
Bancos de proteína (gliricídia)	12	1	13
Piscicultura	9	-	9
Manejo de caatinga	1	1	2
Ovinos e caprinos	2	-	2
<b>TOTAL</b>	<b>59</b>	<b>10</b>	<b>69</b>

Lembrando o que já foi dito (cf. item 3.2.3), neste contexto o aprendizado é produto da prática. Em diversos casos, os participantes aprenderam a manejar a inovação e a incorporaram nos seus agroecossistemas. Este é o caso da técnica inovadora de manejo da caatinga no Assentamento Moacir Lucena. Em outros casos, uma UD bem-sucedida deu lugar à elaboração de um projeto FISP com o intuito de ampliar a escala da iniciativa. Existem exemplos deste tipo com o tema da piscicultura. O resultado de outras UD foi o domínio de uma nova técnica, mas este aprendizado não levou à adoção da idéia. Isto ocorreu, por exemplo, em um dos assentamentos visitados, onde houve o domínio da técnica apícola, mas os participantes acharam que os resultados (produto e renda) “*não compensavam*”. Também há casos onde a própria UD ‘não dá certo’. Cabe realçar que em todos estes casos, existiu aprendizado.

Mas voltemos à ideia da experimentação como instrumento de aprendizado e de apoio à inovação nos agroecossistemas. Pode ser útil lembrar que a experimentação também é uma prática bastante comum dos agricultores (Sumberg e Okali 1997; Hocdé 1999). Exemplos ‘clássicos’ disto são os testes frequentes de novas variedades ou de novas culturas (Reijntjes, Haverkort et al. 1999). E este processo é certamente fundamental como catalizador das inovações e mudanças que ocorrem espontaneamente nos agroecossistemas de gestão familiar. Acreditamos que a Unidade Demonstrativa busca se aproximar deste processo.

Mas, mesmo que se reconheça a pertinência dos temas trabalhados pelas UD's, chama a atenção o fato de ser um número bastante reduzido (cinco temas ou propostas equivalem a 94% das UD's). Acreditamos que há bom potencial para um desenvolvimento maior e mais diversificado da ferramenta pedagógica da experimentação. Buscando potencializar o efeito deste instrumento, o desafio que está colocado é aquele de ampliar ainda mais o estímulo à experimentação ‘camponesa’. Em muitos casos, o experimento pode ser algo simples, não sendo necessário procurar recursos externos (pelo menos na forma de um ‘projeto’).

#### 4.5 – O papel dos projetos FISP

Já o objetivo principal para um projeto FISP é o de consolidar alguma atividade já dominada pelas pessoas que participam do projeto, sendo o aprendizado mais no campo da gestão. Nos territórios visitados, foram financiados, no período 2003-2008, um total de 143 projetos FISP, conforme uma distribuição temática que apresentamos na tabela a seguir.

Tabela 25 – Número de projetos FISP financiados nos dois territórios

Tema	Sertão Central CE	Sertão do Apodi RN	Total
Construção de cisternas de placas	30	16	46
Infraestrutura social (sede de associação, creche etc.)	-	12	12
Infraestrutura hídrica (barragens, barragens subterrâneas)	-	7	7
Ovinos / caprinos	6	27	33
Apicultura	6	7	13
Unidade de criação de galinhas caipiras	4	8	12
Áreas irrigadas agroecológicas (hortas)	3	6	9
Piscicultura	3	-	3
Unidades de beneficiamento de leite	1	1	2
Unidades de beneficiamento de caju	-	2	2
Outros (implementos agrícolas, de pesca etc.)	-	4	4
<b>TOTAL</b>	<b>53</b>	<b>90</b>	<b>143</b>

Cabe lembrar que o ciclo de gestão – que inclui a preparação, com um exercício de viabilidade econômica (quando cabe), a implantação, e a prestação de contas – constitui o aspecto educativo deste tipo de projeto. O valor pedagógico deste processo foi destacado por vários entrevistados. Por outro lado, uma pessoa lembrou que o caráter de doação que tinha o financiamento podia exercer um contrapeso ‘não pedagógico’, sobretudo no caso dos projetos ‘produtivos’.

Podemos observar, na tabela acima, que existem vários tipos de FISP. O primeiro poderia ser chamado de FISP de implantação de infraestrutura<sup>87</sup> (que engloba a construção de cisternas, e de diversos tipos de construção, tais como sede de associação, quadra esportiva, barragem, etc.). Os outros casos estão relacionados mais diretamente como os aspectos produtivos dos agroecossistemas. Existem ‘projetos FISP’ que tiveram como função o reforço direto dos sistemas familiares. Mencionamos um caso destes ao falar do Assentamento Moacir Lucena (cf. item 4.3.3), onde uma boa parte dos recursos de dois projetos FISP foi utilizada para aumentar os rebanhos caprinos das famílias. Este

87 Muitos destes projetos são classificados pelo PDHC como FISP Sociais.



mesmo assentamento serve como exemplo da terceira forma que toma o investimento: a montagem de uma unidade de produção associativa ou ‘coletiva’ de beneficiamento de leite de cabra. Há vários outros casos deste tipo na lista de projetos financiados. Existem ainda os casos ‘híbridos’, onde um investimento ‘coletivo’ viabiliza unidades de produção familiares. Observamos este tipo de arranjo nas áreas irrigadas, por exemplo.

Consideramos que é útil fazer um exercício de aproximação dos projetos FISP do âmbito produtivo com o crédito do PRONAF. Se pensarmos nos valores financiados por família, há uma certa proximidade entre o FISP e o PRONAF B: na realidade, o valor máximo por família no FISP fica abaixo de R\$ 1.100,00, enquanto que o PRONAF B financia até R\$ 1.500,00. É verdade que o funcionamento do sistema de crédito pode dificultar a elaboração de certo tipo de projeto (por exemplo, uma unidade de beneficiamento para um conjunto de famílias...). Mas a discussão coletiva de um conjunto de projetos familiares em torno da criação de cabras, ou de abelhas, etc, não nos parece uma hipótese tão absurda. Afinal, as atividades a serem financiadas devem ter, em princípio, viabilidade econômica. E a ‘graça’ deste exercício de reflexão hipotética aparece com mais clareza quando se imagina, no futuro, uma possível ‘estratégia de assessoria técnica’ como aquela do PDHC, mas sem um fundo como o FISP.

#### **4.6 – Sobre o formato da assessoria técnica: o desenho do ‘sistema’ com diversos ‘níveis’ e instâncias**

Colocar as equipes em campo para atender comunidades e assentamentos é, certamente, o ponto de partida para uma boa assessoria. No entanto, aquilo que foi dito ao longo deste documento mostra que o ‘sistema de assessoria’ posto em prática pelo PDHC é mais do que apenas isto. Nesta seção, vamos lembrar alguns elementos importantes deste ‘sistema’.

##### **Os ‘especialistas’**

Vimos anteriormente (seções 2.4, 2.5 e 4.3) que o modelo de ATP do PDHC conta com um corpo de assessores/as distribuídos em dois níveis: os/as ‘generalistas’ das equipes das ‘parceiras de ATP’ que estão presentes com frequência nas ‘áreas’ e os/as especialistas, contratados diretamente pelo PDHC, que devem apoiar o trabalho nas comunidades com informação e conhecimento em áreas específicas, consideradas estratégicas (tais como saúde animal, irrigação, piscicultura, cajucultura, etc.).

Embora existam, as vezes, alguns mal-entendidos entre ‘generalistas’ e ‘especialistas’ (cf. item 3.7), no geral, o aporte destes últimos é muito apreciado. E, de fato, fica difícil

imaginar o bom funcionamento de toda uma série de UD's e de projetos FISP, sem esta assessoria mais especializada.

### **A assessoria de gênero e geração**

Lembremos ainda que as entidades referenciais nos temas de gênero e geração também são parte importante neste desenho. Não resta dúvida de que a assessoria nestes temas tem tido o mérito de tornar a estratégia de assessoria técnica mais sensível e mais atenta às desigualdades existentes nestes campos. E isto ajuda, certamente, a revelar oportunidades que não apareceriam, sem esta sensibilidade.

### **Os diversos papéis das Unidades Locais de Supervisão (ULS)**

Também cabe ressaltar a importância das unidades técnicas locais do PDHC nos territórios (as ULSs). Embora o nome destas unidades dê destaque para a função de 'supervisão' (que tem uma conotação de fiscalização), na realidade estas unidades cumprem um papel mais amplo.

Mas, antes de falar das outras funções, cabe destacar que a supervisão exercida pelas ULSs tem tido um efeito muito positivo no trabalho. Lembremos, por exemplo, os casos de insatisfação e conflito entre equipes técnicas e comunidades, e que foram resolvidas por estas unidades. Elas são, de fato, uma instância importante no sistema de monitoramento, que é sempre acionada quando necessário. Esta supervisão se relaciona com um trabalho que poderia ser definido como de 'apoio metodológico'. A presença nas comunidades e o contato frequente com as equipes e entidades têm permitido que estas unidades possam interpelar estas últimas sobre o trabalho que elas estão fazendo. Quando necessário, a ULS pode fazer uma crítica ao trabalho feito e sugerir alternativas.

Outro papel importante, que cabe às ULSs, é o que se refere à articulação entre os diferentes atores envolvidos diretamente no trabalho no território. Isto se dá, via de regra, nas reuniões do Comitê Territorial. Mas a ULS pode tomar outras iniciativas para fortalecer os intercâmbios e o debate entre entidades 'parceiras' e também entre assentamentos e comunidades. Neste contexto, ela pode assumir uma postura ativa, colocando assuntos na pauta do Comitê Territorial (como foi o caso da silagem, conforme vimos na seção 4.3). Em certos casos, esta articulação pode dar lugar a iniciativas coletivas de experimentação (como o caso da praga da mosca branca no Apodi, discutida na seção 4.7 a seguir), de capacitação, etc. Este esforço de articulação muitas vezes ultrapassa o universo das 'parceiras de ATP' e comunidades, e passa a envolver outras entidades mais próximas, como os STTRs, o Movimento de Mulheres, etc.

São também as ULSs que estimulam o aparecimento de iniciativas ‘territoriais’ (que ultrapassam o âmbito estrito das áreas de intervenção do PDHC), e apóiam e acompanham o seu desenvolvimento. Aqui cabe citar, por exemplo, o apoio dado pelo Projeto para as ‘feiras agroecológicas’, que são iniciativas que propiciam o acesso ao mercado local para famílias atendidas diretamente e também para outras famílias interessadas. A organização de eventos de capacitação para técnicos também têm sido uma tarefa desempenhada pelas ULSs.

Mas a influência das ULS também se estende para outros âmbitos. Por exemplo, elas têm tido um papel fundamental na aproximação de diversos tipos de atores sociais, como foi o caso, citado acima, das diferentes correntes do movimento sindical e das ONGs no Apodi. Outra função muito importante tem sido o estabelecimento de ‘parcerias’ com diversos tipos de entidades. Por exemplo, no Ceará as duas ULSs deste estado têm trabalhado bastante para fazer um trabalho conjunto com a SDA (Secretaria de Desenvolvimento Agrário) do governo estadual. No Apodi, foram firmados vários convênios com a Petrobras, o que significou o aporte de recursos para financiar diversas iniciativas nas áreas de trabalho. Outro exemplo deste tipo é a iniciativa que visa à perenização do rio Umari, que agrega diversas prefeituras, o Programa de Desenvolvimento Solidário, além da SDT (cf. seção 3.3.2).

O que foi dito nesta seção nos lembra que um bom serviço de assessoria rural é muito mais do que uma relação entre um técnico ou técnica e uma família. Seria interessante lembrar este tipo de ‘desenho’, que envolve diferentes níveis e instâncias, nas discussões sobre estratégias futuras de assessoria técnica.

#### **4.7 – Sobre o formato da assessoria técnica: o foco na ‘comunidade’ versus outras formas de atuação**

O modelo de assessoria técnica do PDHC adotou a comunidade como seu foco central. Isto está presente até nos contratos assinados com as ‘parceiras de ATP’. Esta focalização é plenamente compreensível, na medida em que seria muito mais difícil trabalhar de forma individual com cada família, como já se fez nos tempos dourados da extensão rural. Mas a escolha de trabalhar com a comunidade também carrega os seus problemas e dilemas.

Um destes dilemas é que a assessoria fica de certa forma refém da qualidade da ‘organização’ ou, mais precisamente, das relações existentes na comunidade. Isto ficou bastante evidente comparando as diversas localidades visitadas. Por exemplo, os três casos que comentamos no item 4.3 onde o trabalho está acontecendo de forma satisfatória, são

localidades onde se destacam o dinamismo do grupo e a ausência de conflitos maiores. Já em outro assentamento visitado, onde o trabalho está avançando com dificuldades, são bastante evidentes as tensões existentes na comunidade, que se refletem no seio da associação. Numa conversa com a equipe de uma ‘parceira de ATP’ do Apodi, surgiu uma informação interessante sobre esta questão. Eles estão obtendo resultados muito interessantes em certas comunidades (como, por exemplo, aquela de Sombras Grandes – Milagres mencionada anteriormente). Mas há um outro caso, no qual depois de um bom tempo de trabalho, a única coisa que conseguiram fazer é avançar na elaboração dos projetos de investimento PRONAF A, trabalhando com cada família individualmente. A divisão das famílias entre grupos antagônicos tem inviabilizado toda e qualquer atividade conjunta.

Tem também outros aspectos que vale a pena comentar. Vimos, nas seções anteriores, que há um importante investimento em temas técnicos, que procura a geração de agroecossistemas mais sustentáveis. Vimos também que um boa parte deste esforço é canalizado através da montagem de UDs e, mais tarde, de projetos FISP. Mas, como era de esperar, existe uma infinidade de assuntos ou demandas que este sistema de trabalho não conseguiu atender. Vamos discutir aqui um exemplo, que tem gerado, no seio mesmo do PDHC, um formato diferente para a atuação da assessoria técnica.

Este exemplo diz respeito à praga da mosca branca, que, no momento da nossa visita, estava causando um estrago grande nos pomares de caju em diversos municípios do Sertão do Apodi<sup>88</sup>. Como esta cultura é um elemento importante dos agroecossistemas de muitas famílias agricultoras, sendo inclusive a principal fonte de renda em várias das ‘áreas’ atendidas pelo PDHC, viu-se que seria crucial tentar agir para controlar esta praga. A iniciativa implementada, que descrevemos sucintamente a seguir, assumiu um formato bem diferente daquele que é o padrão do Projeto.

Por iniciativa do PDHC, foi organizada uma grande reunião sobre o tema da mosca branca<sup>89</sup>. Foi uma reunião concorrida, na qual houve a participação, inclusive, de algumas prefeituras. A discussão principal desta reunião, que teve a participação de um ‘especialista’ com experiência neste tema da cajucultura, foi a organização de um teste da aplicação de

---

88 A chegada da mosca branca na região de Apodi é recente, mas o impacto dela, em alguns casos, foi grande: em algumas áreas houve, em 2008, uma diminuição de 90% na colheita da castanha.

89 Esta reunião, segundo nos disseram, marcou o nascimento do Grupo de Interesse da cajucultura do Território do Sertão do Apodi.

uma receita de combate à praga<sup>90</sup> que já tinha sido aplicada, aparentemente com sucesso, no município de Serra do Mel. Na reunião, foi agendada uma série de visitas às comunidades afetadas. E foi organizada uma fumigação em larga escala. Para tal, diversos parceiros entraram com recursos: o PDHC comprou uma máquina ‘atomizadora,’ puxada por trator. Outros compraram o óleo de algodão e o detergente da receita, enquanto que outros forneceram o óleo diesel, etc. Toda esta movimentação significou uma mobilização importante em diversos municípios do território. No entanto, os resultados não foram tão bons assim. Um entrevistado disse que deu para notar uma diminuição da incidência da praga, mas diante do avançado estado do ataque, este efeito não foi o suficiente. Este resultado de certa forma decepcionante parece ter tido um forte efeito desmobilizador. Depois da pulverização (ou ‘atomização’), não houve novas iniciativas.

No marco do nosso propósito aqui, não se trata de discutir os resultados desta iniciativa, mas sim o formato dela. Diferentemente do trabalho com foco comunitário, que é a norma, trata-se de uma experiência de rede territorial de ATER em ação, com a participação de um conjunto amplo e diversificado de atores. É verdade que o foco temático desta ‘rede’ foi bastante restrito (o ataque da mosca branca), mas isto não precisa ser sempre assim. Seria possível imaginar que, com o tempo, esta rede ampliasse o seu campo de intervenção para tratar, por exemplo, da melhoria da cultura do caju.

Claramente, este formato é mais adequado que outros para tratar problemas deste tipo. Mas, por outro lado, esta experiência mostra que, para funcionar, uma rede territorial deste tipo precisa de gente com tempo e capacidade para realizar as tarefas que são necessárias para que os resultados apareçam. Por exemplo, seria necessário que alguém analisasse o que aconteceu com a experiência de pulverização, para poder tirar algumas lições. Será que vale a pena repetir esta iniciativa de forma mais abrangente no próximo verão? Ou seria perder tempo e dinheiro? De qualquer maneira, tudo indicava que a solução do problema ia demandar a mobilização de outras informações. Provavelmente demandaria uma interlocução mais ativa com a pesquisa, (principalmente o Centro da Embrapa que trata do caju), etc. O problema é que ninguém, do ‘sistema PDHC + parceiros’, tem o tempo que demanda a realização destas tarefas. Como fazer?

O desafio colocado então é como incorporar, ao modelo global de assessoria técnica adotado pelo PDHC, outros formatos que, para certas questões, aparecem como mais interessantes que aquele do trabalho centrado na comunidade. Se não forem incorporados, a ‘falta de tempo’ falará mais alto.

---

90 Pelas informações colhidas, a receita mistura óleo de algodão e detergente neutro. O pessoal fez questão de mostrar que era uma receita benigna do ponto de vista da toxicidade, pelo menos para animais de sangue quente.

## 4.8 – O potencial dos ‘mobilizadores sociais’

Outro aspecto que vale a pena comentar, neste capítulo final, é o aporte dos mobilizadores sociais. Lembremos que eles apareceram no desenho institucional para “*apoiar a gestão social*” do PDHC, exercendo principalmente um papel de “*controle social*” sobre a implementação das ações do Projeto. (Cf. itens 2.4 e 3.5)

Na prática, os mobilizadores/as têm feito um acompanhamento do trabalho de campo que, de alguma forma, é um ‘controle social’. Mas as informações colhidas nas visitas demonstram que eles/as realizam bem mais do que isso. Gostaríamos de destacar o papel importante que eles/as têm no quesito de fortalecimento das organizações locais. Além disso, também desempenham um papel de reforço da organização municipal (os STTRs) e existe a perspectiva que sejam uma nova opção para a renovação dos quadros destas entidades. É interessante realçar o fato de que o ‘fortalecimento das organizações locais’ é um dos temas que deve ser tratado como parte da própria estratégia geral de assessoria do PDHC.

Várias pessoas consultadas dão destaque para o crescimento das capacidades e da autoconfiança dos/as mobilizadores/as, que foi obtido na prática do dia a dia e com a ajuda de um trabalho de formação destes agentes. As integrantes da equipe referencial de gênero do Sertão Central retrataram esta evolução da seguinte forma: inicialmente os/as mobilizadores/as eram vistos mais como um elo entre o PDHC, as entidades ‘parceiras’ e as comunidades, mas atualmente eles sentem que têm capacidade suficiente para desempenhar outras funções. O que comentamos no parágrafo anterior é uma confirmação destas capacidades mais amplas.

Estas constatações permitem pensar numa ampliação significativa das responsabilidades deste tipo de agente como um desafio num futuro sistema de assessoria técnica. Neste contexto, cabe mencionar que a participação dos/as agricultores/as nos sistemas de extensão (*latu sensu*) está sendo debatida intensamente em diversos países do mundo (Scarborough et al. 1997).

## 4.9 – Sobre as entidades de assessoria técnica

No capítulo 2 (cf. seção 2.4) vimos que o PDHC fez a opção de não atuar diretamente nos assentamentos e comunidades. A assessoria técnica é feita por entidades da sociedade civil (ONGs ou cooperativas de técnicos) contratadas. Cabe, evidentemente, perguntar sobre os motivos que levaram a esta escolha.

Não encontramos, na documentação consultada, nenhuma menção explícita desta questão. Mas é importante lembrar que, na época em que o PDHC foi montado (final



dos anos noventas), a extensão rural pública passava por uma crise grande. Como foi mencionado anteriormente, o governo Collor determinou, em 1990, a extinção da EMBRATER<sup>91</sup> e o fim dos repasses de recursos do governo federal para os órgãos estaduais de extensão, por um lado. Por outro lado, as críticas ao modelo corrente desta extensão eram frequentes, e colocavam em dúvida a sua eficácia. Diante disto tudo, buscava-se uma renovação na assessoria rural. Acreditamos que estes foram elementos do contexto que tiveram uma influência na escolha do PDHC de trabalhar com a sociedade civil.

Mas, ao mesmo tempo, esta escolha, inovadora para um projeto governamental, suscitou dúvidas. A principal delas referia-se à própria capacidade das entidades da sociedade civil de prestar uma assessoria técnica de qualidade. A trajetória do PDHC não esteve isenta de problemas neste âmbito. É o que vamos discutir nos parágrafos que seguem.

### **A ‘escassez’ de potenciais ‘parceiros’**

A primeira condição para poder implantar o modelo de assessoria referido é a existência, nos territórios escolhidos, de entidades da sociedade civil capazes de fazer o trabalho. E, de fato, nem sempre o PDHC as encontrou. Nós encontramos uma situação deste tipo no Território do Sertão Central (CE). (Cf. seção 3.2.2) A equipe do PDHC informou que a mesma coisa aconteceu no Território do Cariri (PB).

O que foi que o PDHC fez nestes territórios? No caso do Sertão Central, havia duas ONGs que trabalhavam na região, mas elas só tinham condições de atender uma pequena parcela das famílias. A solução veio através de uma negociação com várias ONGs estabelecidas no estado, mas que não atuavam no território em questão. Embora esta negociação inicial tenha demorado um certo tempo, passados vários anos, o PDHC considera que este processo de ‘importação’ de ‘parceiras’ foi bem-sucedido.

No caso do Cariri, o PDHC teve que adotar a mesma tática da ‘importação’ de entidades do mesmo estado, mas que não atuavam neste Território. Mas, neste caso, a experiência foi mais difícil. As entidades contratadas – ONGs que tinham um histórico de trabalho com Agroecologia e agricultura familiar – não se adaptaram ao tipo de serviço de assessoria técnica desejado pelo PDHC. O resultado foi a ruptura da ‘parceria’ com estas entidades e a contratação de outras. As entidades desta segunda leva eram, na sua maioria, cooperativas de técnicos. Embora não tivessem a mesma experiência das anteriores, a maioria destas ‘parceiras’ foi se adaptando às exigências

---

91 A EMBRATER era o órgão que tinha como função a coordenação metodológica do conjunto do sistema nacional de extensão rural governamental, formado por uma rede de órgãos estaduais que faziam o trabalho no campo.

colocadas pela tarefa demandada. No entanto, mesmo com o acompanhamento e do apoio dado pelo PDHC, os resultados apresentados por uma das entidades da segunda leva não foram satisfatórios, a ponto das próprias famílias atendidas demandarem a sua substituição. Mas, vencidas estas dificuldades, atualmente o trabalho está acontecendo a contento neste Território.

### **A capacidade das entidades ‘parceiras’**

A proposta de assessoria do PDHC carrega diversos aspectos inovadores, com destaque para o âmbito metodológico e também no campo técnico (com o enfoque agroecológico). Embora muitas das entidades contratadas afirmassem ter experiência nestes campos, o trabalho concreto no campo mostrou que a capacidade de várias delas deixava bastante a desejar.

Um exemplo disto foi a dificuldade encontrada por muitas ‘parceiras’ para estabelecer um real diálogo com as famílias em torno do planejamento anual das atividades. Em diversos casos, foi constatado que os planos de trabalho (POA) elaborados eram mais representativos do que as entidades de assessoria queriam fazer do que dos desejos das famílias.

A política do PDHC tem sido de atuar junto às entidades ‘parceiras’ para garantir que as características da assessoria prestada seja a mais próxima possível àquilo que o Projeto almeja. Por isso, no exemplo citado no parágrafo anterior, o PDHC tomou medidas que tiveram como objetivo garantir a escuta das comunidades. A principal destas foi a de promover, em 2004, um rodízio dos facilitadores do processo de planejamento, assegurando que quem fizesse este trabalho não fosse da entidade que trabalhava no local. Esta medida, que causou um certo descontentamento das ‘parceiras’ no momento de sua execução, teve um resultado positivo. Os envolvidos (famílias e, principalmente, as entidades ‘parceiras’) perceberam a diferença nos resultados do processo de planejamento. Nos anos subsequentes, não foi mais necessário promover este ‘rodízio’.

Em termos mais gerais, o PDHC se preocupou com a capacitação das equipes de assessoria. Para tal, ele criou momentos de reflexão e capacitação para técnicos das ‘parceiras’. Por exemplo, neste mesmo ano de 2004, foram realizados dois cursos (com a participação de 70 técnicos e mobilizadores sociais de diversos territórios) que trataram do tema da ‘metodologias participativas de geração de conhecimentos’. As ULS também agiram no sentido de criar outros momentos de capacitação, que tiveram tanto a forma de intercâmbios como de cursos. Neste ponto, a política mais recente foi de sempre organizar eventos ‘mistos’, incluindo técnicos e agricultores, já que a experiência tem mostrado que este formato é mais eficaz.

Cabe realçar também o papel positivo que tiveram os momentos regulares de encontro – tais como os encontros mensais das entidades com a ULS e os momentos anuais de avaliação e planejamento que acontecem nos territórios (cf. seção 3.3.2) – como momentos de reflexão crítica sobre a prática de cada um dos atores envolvidos.

Todo este conjunto de atividades de apoio teve como efeito um crescimento das capacidades das entidades ‘parceiras’. Atualmente, o PDHC considera que, em geral, estas últimas estão desempenhando o trabalho de assessoria de maneira satisfatória.

### **As divergências sobre o tema do crédito**

Outro problema encontrado com algumas das entidades ‘parceiras’ foram as divergências em torno da realização de algumas tarefas. O caso mais significativo foi aquele da elaboração de projetos de crédito PRONAF. Para o PDHC, o crédito – principalmente o PRONAF A para as famílias assentadas – é um instrumento que, se bem utilizado, pode contribuir significativamente para a construção de uma estrutura produtiva sustentável para a unidade familiar. Mas esta visão não era compartilhada plenamente por todas as entidades ‘parceiras’, sendo que algumas delas não se dispunham a elaborar projetos de crédito, por diversos motivos<sup>92</sup>. Foi o que aconteceu, por exemplo, no Assentamento Remédio do Território do Apodi (cf. seção 3.3.3), onde os projetos de investimento apresentados ao PRONAF A não foram elaborados pela equipe que assessorava o assentamento e foi necessário acionar um técnico de outra entidade.

Em alguns territórios, isto gerou um impasse. Mas, com o tempo, a própria participação das famílias no processo tem contribuído para a sua superação. Por exemplo, no Território do Pajeú, as famílias de uma comunidade decidiram que queriam fazer uso do crédito. Como a entidade que trabalhava com elas não concordava com esta decisão, as famílias colocaram um *ultimatum* para ela: ou ela elaborava os projetos, ou ela cedia o lugar para outra entidade. Este conflito foi levado para o Comitê Territorial, onde a discussão permitiu o surgimento de uma solução envolvendo outra entidade que dominava o referido ‘know-how’ da elaboração de projetos.

Na verdade, com o passar do tempo, foi ficando claro para todos que o crédito, quando usado com critério, pode ser uma ferramenta muito útil, inclusive para a transição

---

92 Algumas entidades usam o argumento de que os bancos quase que inviabilizam qualquer proposta com base agroecológica, já que eles têm o poder de definir o conteúdo destes projetos. Para outros, o problema é que eles não possuem o ‘know-how’ necessário para trabalhar com as planilhas que o banco usa para a preparação do projeto. Ainda há os que veem o endividamento do crédito como algo que é mais perigoso do que útil.

agroecológica. Com isso, é possível dizer, hoje, que esta divergência entre o PDHC e as entidades ‘parceiras’ está sendo superada.

### **A situação atual**

A trajetória do PDHC mostra que as dúvidas que existiam sobre a opção de trabalhar com entidades da sociedade civil correspondiam, de fato, a problemas reais. Mas, ao mesmo tempo, ela mostra os caminhos de superação destes problemas.

Um elemento importante neste ponto tem sido o desenho do próprio sistema de assessoria, que não deixa as entidades contratadas sozinhas no campo. Nas conversas mantidas com diversos atores envolvidos, foi lembrado que a existência dos ‘especialistas’ e, principalmente, as estruturas territoriais de **diálogo** (por exemplo, o Comitê Territorial) e de **supervisão** (a Unidade Local de Supervisão ou ULS) tiveram um papel muito importante na superação dos problemas acima mencionados. Para além do acompanhamento regular do trabalho das ‘parceiras’, como já foi dito, a estrutura do PDHC (as ULSs nos territórios e a UGP de Recife) permitiu a organização de diversos momentos de **capacitação**, o que fortaleceu as entidades ‘parceiras’ e ajudou a superar algumas deficiências que elas tinham.

Outro elemento que ajudou a superar problemas foi o ‘controle social’, através da presença dos mobilizadores sociais e, principalmente, do contato regular entre as famílias atendidas e as instâncias de gestão do Projeto. Em muitos casos, foi a manifestação direta das famílias que possibilitou a superação das dificuldades.

### **Existem alternativas?**

Do que foi dito nos parágrafos anteriores, é possível que alguns concluam que a escolha de trabalhar somente com entidades da sociedade civil, mesmo sendo um caminho fecundo, é um caminho cheio de percalços. Diante das dificuldades aqui apontadas, não faltará quem pergunte se não existem outros caminhos possíveis.

Na realidade, a única alternativa real àquela das entidades da sociedade civil, para montar um serviço de assessoria para comunidades rurais, é aquela das entidades governamentais de extensão. Vale a pena se deter um pouco sobre esta opção.

Lembremos, inicialmente, que no momento em que foi concebido o Projeto, as organizações estaduais de extensão não representavam uma opção muito realista, na medida em que passavam por uma profunda crise, inclusive material. Mas esta situação evoluiu bastante. Nos quase oito anos do Governo Lula, o Governo Federal tem investido quantias significativas de recursos na recuperação material dos órgãos estaduais de extensão. Embora esta recuperação não tenha se dado uniformemente em todos os estados, é pos-

sível dizer que estes órgãos se encontram, atualmente, numa situação bastante melhor que aquela de 2003.

Então, a pergunta que pode ser colocada hoje é: será que os órgãos governamentais de extensão poderiam implementar uma proposta de assessoria como aquela do Projeto Dom Helder? Esta é uma pergunta de difícil resposta. No entanto, os diversos interlocutores consultados coincidem em dizer que estas entidades teriam que mudar significativamente para que possa ser dada uma resposta afirmativa.

Atualmente, conceitos tais como a participação e até a Agroecologia estão presentes no discurso destas instituições. Além disso, houve recentemente um esforço de várias delas de contratar técnicos novos, o que deverá injetar um ânimo renovado nas equipes de campo. Mas permanecem algumas dúvidas. A principal indagação se refere à capacidade destes órgãos de implementar um tipo de assessoria que realmente se coloque a serviço dos desejos e necessidades das famílias. Esta dúvida surge em parte porque as equipes da extensão governamental atualmente têm a incumbência de cuidar de diversas iniciativas dos governos, tais como a distribuição de sementes, as campanhas de vacinação de animais, etc. Além disso, a forma corrente de trabalhar destes órgãos não considera uma assessoria mais intensiva a grupos determinados de famílias, como requer a estratégia de trabalho do PDHC.

Ou seja, o desafio a ser colocado para a extensão governamental é o de inverter a sua lógica de funcionamento. No enfoque convencional, a extensão colocava as famílias atendidas a serviço de um 'projeto' alheio (como por exemplo, o da 'modernização da agricultura' ou, de forma mais simples, aquele das prioridades do governo no âmbito rural). Na visão renovada, trata-se, ao contrário, de colocar a assessoria a serviço dos projetos (individuais e/ou coletivos) das famílias. Resta a dúvida: será que esta 'inversão' é possível?

### **E o futuro?**

Esta discussão sobre a opção de trabalhar com entidades da sociedade civil como as 'parceiras' que atuam no campo, e as possíveis alternativas, cobra uma dimensão maior quando o tema é o futuro. Em diversas circunstâncias, ouve-se a pergunta: e se o Projeto Dom Helder Camara tivesse que ampliar significativamente a sua área de atuação e o número de famílias atendidas? Qual seria a estratégia a ser empregada?

Do que foi visto anteriormente, podemos deduzir que não há respostas prontas para estas perguntas. As entidades da sociedade civil poderão, certamente, ampliar a escala da sua ação. Mas esta capacidade não é infinita. Por exemplo, tudo leva a crer que a incorporação de novas ONGs e cooperativas de técnicos vai requerer um esforço de

capacitação e acompanhamento parecido com o que foi realizado com as entidades que são as atuais ‘parceiras’. É verdade que a experiência já adquirida na capacitação e no acompanhamento permite vislumbrar um processo um pouco mais rápido e seguro de incorporação de novas entidades ao trabalho.

Outro trunfo que poderá ser acionado para acelerar o processo de instalação de novas ‘áreas de atuação’ é a ‘capacidade instalada’ – na forma de entidades que estão trabalhando e de pessoas que acumularam boa experiência. O potencial demonstrado por agricultores e agricultoras no desempenho das tarefas do mobilizador social (cf. seção 4.8) sugere que seria possível uma utilização mais ampla e ambiciosa destes agentes como membros das equipes de assessoria. Isto, por sua vez, faria com que as entidades da sociedade civil pudessem aumentar significativamente o seu ‘poder de fogo’.

Uma alternativa seria a de trabalhar com os órgãos estaduais de extensão. Conforme foi discutido acima, a incorporação destas instituições na proposta de trabalho apresenta desafios importantes. Diversas pessoas entrevistadas apontaram que seria necessário ‘experimentar’ novos arranjos institucionais, que pudessem aproximar estes órgãos do PDHC, mas sempre garantindo a continuidade da proposta de trabalho deste último. O receio de muitos destes interlocutores é que a inércia institucional destas entidades governamentais acabe ‘engolindo’ o esforço renovador do Projeto Dom Helder Camara.

## **4.10 – Sobre as políticas públicas de ATER e os custos da assessoria do PDHC**

### **O formato institucional da assessoria do PDHC e a Política Nacional de ATER**

Uma das características da Política Nacional da Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), instituída em 2003 pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, é que ela determina que diversos tipos de entidades podem ser apoiadas pelo Governo Federal para prestar assessoria às famílias rurais. Se anteriormente o Governo Federal só tinha compromisso com a ATER governamental, a PNATER, em vigor, permite que entidades de direito privado (ONGs, cooperativas, etc.) sejam consideradas elegíveis para prestar este serviço.

Amparado por este marco, o Governo Federal (via o MDA) assinou diversos tipos de instrumentos jurídicos que permitiram o repasse de recursos para realizar atividades de ATER, tanto para as entidades estaduais de extensão rural (as diversas EMATERS), como para ONGs, cooperativas, universidades, etc. Temos então que a política do



PDHC de atuar por meio da contratação de ONGs e cooperativas de técnicos, está plenamente contemplada pelas diretrizes gerais do MDA. Mas, embora defina as diretrizes mais gerais, a PNATER não determina o formato do serviço de assessoria que será apoiado. Assim, as iniciativas de ATER apoiadas pelo MDA são extremamente diversas.

Neste quadro geral, cabe salientar que o INCRA instituiu um Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) para prestar assessoria às famílias assentadas, que tem bastantes semelhanças com o trabalho de assessoria técnica do PDHC. Dentre estas semelhanças, gostaríamos de destacar duas. A primeira é que o Programa de ATES tem assinado convênios e, mais recentemente, contratos com entidades de direito privado (cooperativas de técnicos, ONGs, e empresas). A segunda é que o Programa de ATES define de forma clara qual é o tipo de assessoria que se espera, sendo que esta definição é bastante próxima daquela que rege o trabalho do PDHC. A principal característica comum é a definição clara de um público a ser atendido. Assim, tanto o Programa de ATES quanto o PDHC contratam entidades para fazer um atendimento polivalente de um número determinado de famílias localizadas em áreas (assentamentos e, no caso do PDHC, também comunidades) pré-definidas. Além disso, ambos esperam que esta assessoria se faça presente junto às famílias com frequência.

### **Sobre os custos da assessoria do PDHC**

As afinidades entre estas duas expressões da política de assessoria técnica (a do Programa de ATES do INCRA e aquela do PDHC) possibilitam a realização de uma comparação entre elas, inclusive do ponto de vista dos seus custos. Ao fazer as suas licitações e assinar os contratos, o INCRA trabalha com um valor por família, por ano. Este valor, definido como ‘valor máximo’ pelo Manual Operacional da ATES, é de R\$ 746,19 para a região Nordeste<sup>93</sup> (INCRA, 2008).

Na seção 3.6 apresentamos os custos globais diretos da assessoria do PDHC para os territórios considerados no presente estudo. Estes valores nos permitem chegar a um cálculo de valor da assessoria por família atendida, conforme podemos observar na tabela a seguir.

---

93 Na realidade, este valor (máximo) por família por ano de R\$ 746,19 é válido para todas as regiões do Brasil, com exceção da Amazônia Legal. Neste último caso, o valor passa para R\$ 796,85. No caso do INCRA, o valor pago por família inclui o pagamento dos salários dos técnicos (incluindo encargos) e um custeio de transporte, além de tributos. Para calcular o valor dos salários, o INCRA usa o cálculo de um/a técnico/a para 85 famílias.

**Tabela 26 – Famílias atendidas, custo global e custo por família da assessoria do PDHC nos Territórios do Sertão Central (CE) e do Apodi (RN), para o período 2007 a 2009**

Dados		2007	2008	2009
Sertão Central CE	Famílias atendidas	1.800	1.892	1.677
	Custo global da assessoria (R\$)	1.346.990,00	1.351.291,00	1.179.541,00
	Custo por família atendida (R\$)	748,33	714,21	703,36
Sertão do Apodi RN	Famílias atendidas	1.900	2.280	2.050
	Custo global da assessoria (R\$)	1.603.855,00	1.674.971,00	1.561.930,00
	Custo por família atendida (R\$)	844,13	734,64	761,92

Conforme podemos ver na tabela acima, os valores do custo por família do PDHC são muito próximos do valor pago por família atendida pelo INCRA. Consideramos que este panorama geral permite afirmar que, do ponto de vista do seu custo, a assessoria técnica do PDHC é comparável com aquela do Programa de ATES do INCRA.

## Siglas

ADENE: Agencia de Desenvolvimento do Nordeste

AESA : Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba

AFICEL: A. Ferreira Indústria, Comércio e Exportação Limitada

ASA : Articulação no Semiárido Brasileiro

ATOS: Assessoria, Consultoria e Capacitação Técnica Orientada Sustentável

BNB : Banco do Nordeste do Brasil

CAA : Centro de Aprendizagem Agroecológico

CATAVENTO: Catavento Comunicação e Educação Ambiental

CDDH-AC : Centro de Defesa dos Direitos Humanos Antonio Conselheiro

CEATICA : Centro de Apoio a Trabalhos e Iniciativas na Área da Criança e do Adolescente

CETRA : Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador

CF 8: Centro Feminista 8 de Março

CIPAT : Conscientização, Informação e Prevenção no Ambiente de Trabalho

COCRESCE: Cooperativa de Crédito do Sertão Central

COGERH : Companhia de Gestão de Recursos Hídricos

CONAB : Companhia Nacional de Abastecimento

COOAFAP : Cooperativa da Agricultura Familiar de Apodi/RN

COOPERVIDA: Cooperativa de Assessoria e Serviços Múltiplos ao Desenvolvimento Rural

CPT : Comissão Pastoral da Terra

CREDIOESTE: Cooperativa de Crédito Solidário da Agricultura Familiar do Oeste Potiguar

CUT : Central Única dos Trabalhadores

DAP : Declaração de Aptidão do Pronaf

DIACONIA: Organização social sem fins lucrativos e de inspiração cristã, ligada a Igrejas Evangélicas

EMAT ERCE: Empresa de Assistência Técnica e Extensão do Ceará

EMBRAPA Algodão: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Algodão

EMBRATER: Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

ESAM : Escola Superior de Agricultura de Mossoró (extinta, atual UFERSA)

ESPLAR : Centro de Pesquisa e Assessoria

FAO: Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FETAPE: Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco

FETRAECE: Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Ceará

FETRAF: Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar

FUNCEME: Fundação Cearense de Meteorologia

IBAMA : Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH: Índice de Desenvolvimento Humano

INCRA : Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MST : Movimento dos Sem-Terra

P1MC : Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas

PAC : Projetos, Ações e Contratos

PCPR : Programa de Combate à Pobreza Rural (Banco Mundial)

PDS: Programa de Desenvolvimento Solidário (Governo do Rio Grande do Norte)

PIB: Produto Interno Bruto

POA: Plano Operativo Anual

PRONAF A: Crédito destinado para investimentos em estruturação dos lotes dos assentados (as) da Reforma Agrária ou beneficiário(as) do Programa do Crédito Fundiário

PRONA F: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SADE: Banco de Dados da Agricultura Familiar (referencia no site [www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br))

SEBRAE: Serviços de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SETAH : Instituto de Estudos e Assessoria para o Desenvolvimento Humano



STTR 's: Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

SUDENE: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UERN : Universidade Estadual do Rio Grande do Norte

UFERSA : Universidade Federal Rural do Semiárido

UFRN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte

## Referências citadas

- Altieri, M. A. (2002). Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba, Agropecuária.
- Alves, M. de F. P. (2007). Gênero e crédito no Oeste Potiguar: uma experiência de inclusão e articulação. Brasília, MDA.
- Andrade, M. C. de (1980 (1963)). A terra e o homem no Nordeste. São Paulo, Hucitec.
- Beduschi, L. C. (2007). Análise do Estado da Arte sobre a Gestão de Serviços Técnicos nas Organizações de Produtores. s.l., Centro Latino-Americano de Desenvolvimento Rural - RIMISP / FIDAMERICA: 45 p.
- Berdegú, J., A. Ocampo, et al. (2007). Sistematización de Experiencias Locales de Desarrollo Rural. sl, FIDA, FIDAMERICA, PREVAL.
- Beserra Campos, J. N. (1994). II.2 - Vulnerabilidade do Semi-Árido às secas, sob o ponto de vista dos recursos hídricos. Projeto Aridas. GT II - Recursos Hídricos: 49 p.
- Caporal, F. R. (1998). La Extensión Agrária del Sector Público ante los Desafíos del desarrollo sostenible: el caso de Rio Grande do Sul. Tesis de PhD. Escuela Técnica Superior de Ingenieros Agrónomos y de Montes. Córdoba - España, Universidad de Córdoba: 516 p.
- ESPLAR (2007). Diagnóstico de gênero. Fortaleza, ESPLAR.
- FIDA (2007). Relatório de Auto-avaliação do Projeto de Desenvolvimento Sustentável dos Assentamentos de Reforma Agrária de Semi-Árido Nordestino (Projeto Dom Helder Camara - PDHC). sl, FIDA e SDT.
- Forman, S. (1979). Camponeses: sua participação no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Guimarães Duque, J. (1980). Solo e água no Polígono das Secas. Mossoró, Fundação Guimarães Duque.
- Hocdé, H. (1999). A lógica dos agricultores-experimentadores: o caso da América Central. Rio de Janeiro, AS-PTA.
- INCRA (2008). ATEs - Manual Operacional. Brasília, INCRA: 60 p. + Anexos. Documento disponível em: [http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com\\_docmand&Itemid=141](http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_docmand&Itemid=141), acessado em 14/05/2010.
- Jalfim, F., E. Rufino, et al. (2008). «Promovendo feiras agroecológicas no semi-árido brasileiro: a experiência do Projeto Dom Helder Camara.» Agriculturas Vol. 5 (No. 2): pp. 23-25.
- Jalfim, F., F. Santiago, et al. (2009). “Integração entre criação animal, cultivos de sequeiro e irrigado no semiárido nordestino.” Agriculturas V. 6 (No. 2): pp. 19 - 24.





Maurice, Y. e E. Medeiros Lima (2002). O Projeto Água Subterrânea no Nordeste do Brasil (PROSANE - BRASIL) traz tecnologias inovadoras para ajudar ao desenvolvimento dos recursos hídricos do Nordeste. XII Congresso Brasileiro de Águas Subterrâneas, Florianópolis, SC.

MDA (2004). Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília, MDA.

Molle, F. e E. Cadier (1992). Manual do pequeno açude. Recife, SUDENE/ORSTOM/TAPI.

Nimer, E. (1989). Climatologia do Brasil. Rio de Janeiro, IBGE.

Oakley, P. e A. Cleyton (2003). Monitoramento e avaliação do empoderamento. São Paulo, se.

Oliveira Jr., L. e V. Rodrigues da Rocha (2006). Juventude Rural. Realidade e perspectivas no Sertão do Apodi. Mossoró, CEATICA - PDHC.

PDHC (2004a). A assistência técnica e extensão rural (ATER) no âmbito do PDHC (Texto para debate interno). sl, PDHC.

PDHC (2004b). Metodologia para as Oficinas de Planejamento 2004 dos Assentamentos e Comunidades Parceiros do PDHC. Recife, PDHC.

PDHC (2004c). Orientações Estratégicas Sobre os Processos Metodológicos na Atuação Junto aos Assentamentos e Comunidades. sl, PDHC.

PDHC (2004d). Questões relacionadas à implantação de Unidades Demonstrativas no PDHC - Orientações para 2004. Recife, PDHC.

PDHC (2005). Documentos de avaliação sobre a atuação do especialista em sanidade animal (Sertão Central, CE). Recife, PDHC.

PDHC (2006a). Manual para elaboração de projetos de Unidade Demonstrativa. Recife, FIDA, Projeto Dom Helder Camara, MDA.

PDHC (2006b). Manual para elaboração de projetos FISP. Recife, FIDA, Projeto Dom Helder Camara, MDA.

PDHC (2006c). Relatório Físico-Financeiro Ações Desenvolvidas 2001 - 2006. Versão preliminar. Recife, FIDA e SDT Secretaria de Desenvolvimento Territorial.

PDHC (2006d). Sistemas de produção sustentáveis, assessoria técnica e organização da produção agropecuária na perspectiva territorial: a experiência do Projeto Dom Helder / SDT / MDA / FIDA. Recife, PDHC.

PDHC (2008). Termo de Referência Para Estudo de Caso nas Áreas Temáticas de Sistematização - Estratégia de Assessoria Técnica do PDHC. Recife, PDHC.

PDHC (2009). Relatório Físico - Financeiro, Ações, Resultados e Impactos 2009. Recife, PDHC/MDA/FIDA

PDHC (sd). Termo de Referência para Contratação da Assessoria Técnica Permanente - ATP. Recife, PDHC.

PDHC, FETAPE, et al. (2007). Empoderamento de Organizações de Base para o Desenvolvimento Territorial no Semi-Árido Brasileiro. Sistematização de Experiências do Projeto Dom Helder Camara. Documento de Projeto. Recife, FIDA e PDHC (SDT).

Petersen, P., L. M. da Silveira, et al. (2002). Ecosistemas naturais e agroecossistemas tradicionais no Agreste da Paraíba: uma analogia socialmente construída e uma oportunidade para a conversão agroecológica. In: Agricultura familiar e agroecologia no semi-árido: avanços a partir do Agreste da Paraíba. P. Petersen, L. M. da Silveira e E. Sabourin (Orgs.). Rio de Janeiro, AS-PTA: pp. 13 - 122.

Reijntjes, C., B. Haverkort, et al. (1999). Agricultura para o futuro: uma introdução à agricultura sustentável e de baixo uso de insumos externos. Rio de Janeiro, AS-PTA.

Scarborough, V. et al., Eds. (1997). Farmer-led extension: concepts and practices. London, Intermediate Technology, on behalf of the Overseas Development Institute.

SDT (2006). Plano de Desenvolvimento Sustentável do Sertão do Apodi / RN. Brasília, SDT/MDA.

Sevilla Guzmán, E. (2006). De la sociología rural a la agroecología. Andalucía, Junta de Andalucía / Consejería de Agricultura y Pesca / Icaria.

Sidersky, P. (2001). Sobre as transformações da extensão rural e do papel do extensionista: da difusão de informações para a 'facilitação de processos'. Seminário Nacional "Extensão e o novo espaço rural no Nordeste brasileiro", Recife, Secretaria de Planejamento do Estado de Pernambuco, GTZ, Universidade Federal Rural de Pernambuco.

SUDENE (1990). Dados pluviométricos do Nordeste. Recife.

Sumberg, J. e C. Okali (1997). Farmers' Experiments: Creating Local Knowledge. Boulder and London, Lynne Rienner Publishers.

Tonneau, J.-P. (2004). Pensar novos sistemas produtivos camponeses. Fundamentos de Agroecologia. Universidade Federal de Campina Grande. Projeto Unicampo.: 10 p.





